

**A Ribeira Grande de Cabo Verde – uma cidade cosmopolita do século
XVI**

Agata Natalia Błoch

**Dissertação
de Mestrado em
História do Império Português**

Abril de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em História, com a especialização de História do Império
Português, realizada sob a orientação científica de
Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

Dla moich Rodziców i Babci

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado foi possível graças ao apoio e ao contributo, tanto de forma direta como indireta, de várias pessoas, às quais eu gostaria de agradecer.

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa pelo acompanhamento e pela disponibilidade para orientar o desenvolvimento da minha investigação científica.

À dr.^a Teresa Lacerda agradeço a sua incansável orientação científica; a sua dedicação, paciência, compreensão e amizade; o tempo precioso que dedicou para as nossas muitas reuniões presenciais e por skype, a disponibilidade que sempre manifestou para me ajudar a melhorar a minha escrita académica em Português; todos os seus ensinamentos, incentivos e conselhos, particularmente sobre a história do Império português. A palavra orientador significa literalmente "aconselhar o pensamento". Assim, muito obrigada por ter aconselhado o meu pensamento no decorrer da realização desta investigação. Este trabalho, em grande medida, também é mérito seu.

Agradeço também aos meus professores do mestrado de História do Império Português: Paulo Teodoro de Matos, Toby Green, Maria Manuel Torrão, Arlindo Caldeira, Maria João Ferreira, João Teles e Cunha, pelo interesse demonstrado e pelas orientações que me deram no decorrer do curso.

Aos funcionários do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa pela disponibilidade e pelo suporte académico.

Aos funcionários das bibliotecas do I&D da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Biblioteca Nacional de Portugal, pela disponibilização da bibliografia e a consulta de importantes obras para o tema em causa.

Aos meus amigos cabo-verdianos pela inspiração, que me levou a eleger Cabo Verde como objeto para a minha dissertação, assim como pelo tempo que dedicaram a ensinar-me o Crioulo cabo-verdiano: Claudio Monteiro, Kevin Mota e Nelo Canuto;

Aos meus amigos, pelo apoio, colaboração e suporte: Marjolaine Carles, Janina Petelczyc e Luiz Carvalho.

À minha família pelo apoio emocional.

RESUMO

A RIBEIRA GRANDE DE CABO VERDE – UMA CIDADE COSMOPOLITA DO SÉCULO XVI

AGATA NATALIA BŁOCH

A cidade da Ribeira Grande, localizada no coração do Império português, passou por um processo de internacionalização no século XVI. Este pequeno porto cabo-verdiano estava localizado no cruzamento das mais importantes rotas marítimas e comerciais e, por consequência, tornou-se num ponto de abastecimento para as tripulações estrangeiras e num ponto de passagem para várias pessoas e mercadorias.

Por um século, a cidade da Ribeira Grande foi habitada e visitada por pessoas vindas de vários continentes. Os próprios moradores deste porto cabo-verdiano experimentaram os sabores do mundo e adaptaram várias práticas e conhecimentos. Esta dissertação analisa tanto as circunstâncias internacionais como o aspecto cosmopolita da Ribeira Grande Quinhentista.

PALAVRAS-CHAVE: Cabo Verde, Ribeira Grande, Internacionalização, Cosmopolitismo, século XVI

ABSTRACT

RIBEIRA GRANDE OF THE CAPE VERDE – THE COSMOPOLITAN CITY OF THE 16th CENTURY

AGATA NATALIA BŁOCH

The city of Ribeira Grande, located in the heart of the Portuguese Empire, passed through the process of the internationalization in the sixteenth century. This small Cape Verdean port was located at the crossroads of the most important maritime and trade routes and consequently became the supply point for the foreign crews and the transit point for various people and goods.

For one century, the city of Ribeira Grande was inhabited and visited by people coming from various continents. The residents of this Cape Verdean port experienced the flavors of the world and adapted various practices and knowledges. This thesis analyzes both the international circumstances and the cosmopolitan aspect of the city of Ribeira Grande in the 16th century.

KEYWORDS: Cape Verde, Ribeira Grande, Internationalization, Cosmopolitanism, 16th century

ÍNDICE

Introdução.....	9
Capítulo I: A Internacionalização do Arquipélago Cabo-Verdiano	14
I. 1. A dimensão internacional de Cabo Verde e a sua articulação com as dimensões régia e regional.....	14
I.1.1. A dimensão regional de Cabo Verde	16
I. 1.2. A dimensão régia de Cabo Verde.....	19
I. 1.3. Reconhecimento internacional.....	20
I. 2. Ascensão e declínio de Cabo Verde no século XVI	23
I. 2.1. Cabo Verde uma região próspera. As viagens de Luís de Cadamosto.....	25
I. 2.2. Cabo Verde como ponto de escala para São Tomé. O relato do piloto anônimo.....	27
I. 2.3. Cabo Verde como ponto de escala para as Índias	29
I. 2.4. Cabo Verde como coração das rotas negreiras. O relato de Francisco Carletti.....	32
I. 2.5. Cabo Verde em decadência. O relato de William Dampier.	35
I. 3. Cabo Verde e o Atlântico.....	39
I. 3.1. Cabo Verde e o Atlântico Sul.....	39
I. 3.2 Cabo Verde e o tráfico de escravos na costa ocidental africana	41
I. 3.3 Cabo Verde e o tráfico de escravos transatlântico	42
Capítulo II: A cidade da Ribeira Grande na época do nascimento do Mundo Global.....	45
II. 1. O desenvolvimento efémero da Ribeira Grande. Ascensão e declínio.....	45

II. 2. As influências da cidade da Ribeira Grande.....	49
II. 3. O processo gradativo da internacionalização da cidade da Ribeira Grande.....	52
II. 4 A internacionalização da cidade da Ribeira Grande	59
II.4.3 A circulação de bens	61
II. 4.3 A circulação do conhecimento científico e técnico	70
II.4.3 A circulação da população na cidade	77
II.4.4. A circulação do capital escravo	81
III. 4.5 A prestação de serviços.....	83
Conclusão	86
Anexo	92
Bibliografia	94

LISTA DE ABREVIATURAS

<i>AHU</i>	Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa
<i>HGCV-I</i>	História Geral de Cabo Verde, vol. I
<i>HCCV-II</i>	História Geral de Cabo Verde, vol. II
<i>HGCV-CD-I</i>	História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental, vol. I
<i>HGCV-CD-II</i>	História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental, vol. II
<i>IAN/TT</i>	Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa
<i>MMA</i>	Monumenta Missionária Africana

INTRODUÇÃO

As ilhas de Cabo Verde, hoje vistas como um arquipélago culturalmente integrado e unido, passaram por um processo de internacionalização no século XVI, desempenhando um papel relevante na política geoestratégica da Coroa Portuguesa, estando localizadas num dos centros do Império português – o Atlântico. Atualmente, os estudos acerca deste arquipélago tendem analisar o desenvolvimento político e administrativo, bem como os processos de criouliização, centrando-se, desta forma, sobretudo no contexto regional. O objetivo da presente dissertação é entender o mundo cabo-verdiano num contexto mais amplo, isto é, internacional, e provar que o pequeno porto da Ribeira Grande se tornou numa janela para o mundo, sendo principalmente um lugar onde se cruzaram várias influências, aonde chegaram pessoas e mercadorias diferentes, algumas das quais voltaram a partir daí para outros cantos do mundo.

Cesária Évora, a artista cabo-verdiana mais conhecida do seu país na Polónia, cantou que “Cabo Verde [é] nos cantinho querido, berço de amor e sodade, paraíso di Atlantico”, cuja visão coincide com a percepção, analisada no decorrer desta investigação, do mercador Francisco Carletti que identificou o arquipélago com o lugar mítico das deusas Hespérides. Porém, a primeira comparação de Cabo Verde com este jardim mitológico, localizado na fronteira de três espaços, isto é, terra, inferno e paraíso, foi feita por Luís de Camões, que afirmou que "habitavam as Hesperides em humas Ilhas (...) e conforme a opinião de alguns, são as que hoje dizemos do Cabo Verde".¹ O mar constituiu um elemento fundamental tanto na poesia, como na música, mas, sobretudo, na história.

No século XVI, Cabo Verde foi o verdadeiro “paraíso di Atlantico” e berço, além “de amor e sodade”, da primeira cidade cosmopolita da Ribeira Grande. Este carácter cosmopolita manifestou-se de várias formas, desde a circulação de mercadorias e pessoas, passando por motor e difusor de conhecimento.

Cabo Verde, frequentemente objeto de pesquisas realizadas em Portugal e no próprio arquipélago, ainda é uma novidade na academia polaca. Portanto, este trabalho

¹ Obras de Luís de Camões, príncipe dos poetas de Hespanha. Segunda edição, da que, na Officina Luisiana, se fez em Lisboa nos annos de 1779 e 1780. Tomo I, parte II. Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira. Com licença da Real Meza Censoria, Lisboa, 1782, p.230.

poderá servir para os investigadores polacos da cultura lusófona compreenderem melhor o Império português nos seus primórdios.

Esta dissertação é constituída por três capítulos complementares, nos quais se desenvolve a pesquisa sobre a internacionalização de Cabo Verde. A base na qual se baseia o presente estudo reside na leitura e análise de diferentes tipos de documentos, nomeadamente, emitidos pela Coroa portuguesa, relatos de viagens dos finais do século XV até aos meados do século XVII. Um escrutínio, nomeadamente cronológico, revelará que a ascensão e o declínio de Cabo Verde é um fenómeno exclusivo do século XVI. Esta percepção foi aprofundada pela análise da documentação avulsa impressa na *Monumenta Missionária Africana* e na *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*.

No primeiro capítulo, dividido em quatro subcapítulos, caracteriza-se o nascimento de uma cidade nos primórdios do mundo global. Primeiro, assinala-se a importância da insularidade de Cabo Verde, cujos traços particulares se explicam pela localização geoestratégica deste arquipélago, onde o mar se apresenta como um espaço de oportunidades no mundo renascentista, contrariando, desta forma, a visão medieval. A segunda questão abordada será a do descobrimento das ilhas de Cabo Verde e as suas primeiras descrições. A documentação oficial da Coroa portuguesa, nomeadamente, as cartas de doação e os relatos de viagens de Luís de Cadamosto, Diogo Gomes e Duarte Pacheco Pereira fornecem as primeiras impressões sobre este arquipélago atlântico. O povoamento das ilhas de Cabo Verde será estudado no terceiro subcapítulo, onde se explica a trajetória das políticas populacionais da Coroa em relação à sua colônia, assim como se expõe as etapas através das quais se deram o desenvolvimento político, administrativo e comercial. Aqui, aponta-se também os primeiros privilégios concedidos aos moradores, que serviram para incrementar o trato de escravos entre Cabo Verde e a costa da Guiné. O primeiro capítulo termina com uma análise aprofundada da história da Ribeira Grande, procurando responder às questões acerca do rápido e bem-sucedido desenvolvimento desta cidade. Reflete-se ainda sobre a importância deste porto em termos políticos, estratégicos, institucionais e religiosos.

O segundo capítulo dedica-se ao estudo do conceito de internacionalização no período Quinhentista, sendo uma introdução à análise da Ribeira Grande, enquanto cidade cosmopolita. Procura-se explicar as circunstâncias internacionais que levaram

à abertura de Cabo Verde no início do século XVI e ao seu fechamento nos finais do mesmo. O processo de internacionalização da Ribeira Grande será abordado através de três aspectos: o reconhecimento regional, o régio e o internacional. No primeiro, Cabo Verde é analisado enquanto parte integrante de uma região, a Guiné de Cabo Verde. Em seguida, por meio da leitura dos instrumentos legais, tais como cartas de privilégios, cartas de perdão e cartas de mercê, estuda-se o crescente destaque deste arquipélago nas políticas régias. O reconhecimento internacional será abordado através dos conceitos declarados no Tratado de Tordesilhas, bem como da presença de piratas e das consequências trágicas dos seus ataques para Cabo Verde, em particular para a Ribeira Grande.

No segundo subcapítulo do mesmo capítulo, pretende-se explicar a ascensão e o declínio de Cabo Verde no século XVI, tendo em consideração os vários relatos de viagens. Esta parte começará com as descrições de Luís de Cadamosto, que providenciam uma visão próspera de Cabo Verde, rico em termos de biodiversidade e importante nas questões da geoestratégia. Os relatos do piloto anônimo, que fez escala em Cabo Verde, mostrará o desenvolvimento administrativo e político deste arquipélago, bem como a crescente importância da posição de Cabo Verde na ligação vertical entre Portugal e o Atlântico Sul. Este conceito será aprofundado com os relatos de viagens dos navegadores que, rumando à Índia ou à América, se abasteciam em Cabo Verde. Entre estes navegadores destaquem-se o autor do *Roteiro da primeira viagem à Índia*, Thomé Lopes e a sua *Navegação às Índias Orientais*, Américo Vespúcio, Bernard Fernandes e Pero Vaz Fragoso dos *Livros de Marinharia*. O auge da importância da cidade da Ribeira Grande será percebido através do relatório de viagem de Francisco Carletti, no qual é visível como o pequeno porto atlântico assumiu o papel de coração das rotas negreiras transatlânticas. Esta parte da tese terminará com a visão decadente de Cabo Verde, dos meados do século XVII, proporcionada pelos escritos do Inglês William Dampier. O terceiro subcapítulo, por sua vez, abordará a ligação de Cabo Verde com o Atlântico, procurando explicar a contribuição deste oceano para o desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana. Serão estudadas as seguintes questões: o Atlântico Sul, o tráfico de escravos e a sua vertente internacional.

O terceiro capítulo dedica-se ao estudo dos fenómenos que permitem afirmar a Ribeira Grande enquanto cidade cosmopolita, sendo que nos primeiros dois

subcapítulos reintroduz-se o tema da internacionalização, agora aplicado exclusivamente àquela cidade. O porto da Ribeira Grande apresentava-se, assim, como um centro de troca de mercadorias e de conhecimentos, onde se desenvolveram processos de dimensão global. Serão mencionados, entre outros, os estudos de Iva Cabral, Maria João Soares, Maria Manuel Ferraz Torrão e António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva. Para este fim, foi levantada, principalmente, a documentação publicada na *Monumenta Missionária Africana* e a guardada no *Arquivo Histórico Ultramarino*. O terceiro subcapítulo explicará o processo gradativo da internacionalização da cidade da Ribeira Grande, realizado através de três etapas: o aporuguesamento, a africanização e a europeização. Estas serviram de base para a internacionalização.

O processo de internacionalização da Ribeira Grande será analisado de acordo com a teoria do economista polaco, Jerzy Dudziński, que definiu cinco fases importantes no comércio externo, que incluem o recurso nacional no processo de intercâmbio internacional. A primeira dessas fases, a circulação de bens, será abordada através da identificação das mercadorias reexportadas pela cidade da Ribeira Grande. Algumas destas mercadorias estavam apenas de passagem, enquanto outras aí permaneciam. Os relatos do piloto de Vila do Conde, Gaspar Frutuoso, Baltazar Barreira e André Álvares de Almada fornecem informações sobre as plantas e os animais que passaram pelo porto da Ribeira Grande. Algumas mercadorias desempenharam um papel fundamental no comércio interafricano e outras no comércio transatlântico, especialmente com o Brasil. Estas informações constam nos relatos de André Álvares de Almada, no caso de África, e nos relatos de Gabriel Soares de Sousa, para o Brasil. A segunda fase é a circulação da excelência científica e técnica na cidade da Ribeira Grande cujos objetos de análise serão a produção cavalar, a indústria têxtil, as letras de câmbio, o conhecimento médico e as aprendizagens vivenciais. Em seguida, será analisada a circulação da população da Ribeira Grande que, mesmo que flutuante, era muito diversificada em termos de origem e ocupação profissional. Será referida ainda a presença voluntária e forçada dos moradores da Ribeira Grande, bem como o papel dos intermediários, isto é, os estantes e os lançados. Desta forma, procura entender-se a composição social da primeira sociedade cosmopolita. Outro aspecto perscrutado, será a circulação do capital escravo no porto da Ribeira Grande, onde

o escravo tinha duplo papel no processo produtivo. Este capítulo terminará com o estudo da prestação de serviços na cidade da Ribeira Grande.

Deste modo, a estrutura da tese aqui descrita procura demonstrar a hipótese central da presente dissertação: quando, como e porquê a Ribeira Grande foi uma cidade cosmopolita no Atlântico do século XVI, não possuindo já esta condição em Seiscentos.

CAPÍTULO I

A Internacionalização do Arquipélago Cabo-Verdiano

1.1. A dimensão internacional de Cabo Verde e a sua articulação com as dimensões régia e regional

Admite-se como hipótese, a ideia de que o fenómeno de internacionalização das ilhas de Cabo Verde foi apenas um episódio do período Quinhentista. Tanto a abertura do arquipélago para o mundo, como o seu fechamento em termos do comércio internacional ocorreram durante o século XVI. No presente capítulo, pretende-se demonstrar que, quando os Portugueses encontraram o caminho marítimo para a Índia, em 1497, e alguns anos depois, em 1500, descobriram o Brasil, Cabo Verde ganhou imediatamente um destaque na política ultramarina portuguesa, por se tornar num dos centros, por onde passavam as mais importantes rotas marítimas. Mesmo ainda no decorrer do século XVI, Cabo Verde enfrentou várias dificuldades como a mudança do rumo político seguido durante a União Ibérica, a perda da posição privilegiada da ilha de Santiago no comércio com a costa ocidental africana, os ataques de corsários e a crescente importância da concorrente ilha de São Tomé e Príncipe. Com este arquipélago aumentou também a importância dos portos do Golfo da Guiné e da África Central. Um outro momento importante foi o bem-sucedido envio de um governador para Angola, em 1596. Os navegadores e comerciantes aprenderam a evitar Cabo Verde, que era considerado uma zona de doenças tropicais e alvo da ação dos corsários. Todos estes fatores contribuíram para que houvesse uma queda da relevância do arquipélago cabo-verdiano na política ultramarina portuguesa e no comércio atlântico.

É importante notar que este declínio não deve ser interpretado apenas negativamente. A partir do final do século XVI, observou-se uma significativa diminuição no comércio internacional, o que seguramente teve impacto na prosperidade econômica das ilhas. No entanto, o decréscimo do fluxo migratório dos reinóis vindos para o arquipélago teve efeitos positivos, pois proporcionou a integração dos habitantes de Cabo Verde. Os Portugueses iam às ilhas com menos frequência, o que permitiu o acesso dos moradores não brancos às estruturas administrativas. Os moradores do arquipélago foram ocupando os cargos mais importantes, em consequência do desinteresse dos Europeus. Por outro lado, a alteração das relações comerciais com a

costa da Guiné proporcionou uma reconversão da economia cabo-verdiana que marcou de modo indelével a história do arquipélago.

Nas próximas páginas procurar-se-á demonstrar como se construiu a dimensão internacional de Cabo Verde, que desempenhou também papéis importantes no contexto regional, nomeadamente através da sua relação com o continente fronteiro, assim como mereceu o interesse do rei de Portugal, visível nos inúmeros diplomas régios que tiveram Cabo Verde por objeto.

A internacionalização de Cabo Verde pode ser percebida pelos investigadores através de diferentes tipos de documentação, nomeadamente régia e em relatos de viagens, alguns dos quais escritos por não-portugueses. Sobretudo, este último tipo de fontes permitiu que Cabo Verde fosse ganhando visibilidade entre o público letrado europeu.

A posição estratégica do arquipélago variou ao longo do tempo, passando por fases em que foi apenas visto como parte integrante da Guiné de Cabo Verde, noutras entendido como uma região de transição, até ao seu reconhecimento como uma zona independente. Deve também salientar-se que a internacionalização deste arquipélago foi um processo gradual e demorado e que, para atingir o estado de abertura para o mundo, o porto da cidade de Ribeira Grande teve que se desenvolver em termos políticos, administrativos e sociais.

O arquipélago cabo-verdiano destacou-se primeiro graças à sua forte ligação com a costa da Guiné, cuja importância foi logo percebida por comerciantes e aventureiros. Sendo uma região estratégica também para o rei de Portugal, Cabo Verde foi mencionado várias vezes na documentação régia. Isto prova que o rei tinha planos concretos para a sua colonização. Porém, ainda no século XVI, Cabo Verde deixou de ser uma região apenas interessante para a Coroa portuguesa, ganhando cada vez mais o interesse de outras potências europeias que compreenderam o papel que o arquipélago desempenhava nas rotas que passavam pelo Atlântico.

Importa salientar que o processo de internacionalização de Cabo Verde só foi possível graças às dimensões régia e regional que este desempenhava. Cada uma destas dimensões permitiu o desenvolvimento das seguintes, isto é, o reconhecimento régio

não seria possível sem a importância regional e a sua preponderância internacional foi promovida pela ação régia.

I.1.1. A dimensão regional de Cabo Verde

Embora o arquipélago cabo-verdiano fosse associado a uma região denominada de “Guiné de Cabo Verde”, esta identificação permaneceu até aos dias de hoje. A Guiné de Cabo Verde correspondia à região da costa ocidental africana entre os rios de Gâmbia e Nunes. Durante vários séculos, a região da Guiné e as ilhas de Cabo Verde funcionaram como um todo, sendo que a sua sede administrativa localizava-se na ilha de Santiago.

Convém observar que a expressão “Guiné de Cabo Verde” nasceu e foi utilizada informalmente pelos comerciantes e viajantes, prevalecendo a forma oral transplantada depois para a forma escrita. Neste quadro, o *Tratado breve dos rios da Guiné de Cabo Verde*, do mulato, nascido em Santiago, André Álvares de Almada, foi muito importante para o conhecimento desta região, pois passou a integrar a escrita e levando-a ao público português.

André Álvares de Almada definiu a ilha de Santiago como a fronteira da região da Guiné de Cabo Verde, conforme se observa no *Tratado*:

“quiz escrever algumas cousas dos Rios de Guiné do Cabo Verde, começando do Rio do Sanagá, até a Serra Leôa, que he o limite da Ilha de Santiago”.²

Neste contexto, vale a pena referir o trabalho de José da Silva Horta que declarou que as ilhas de Cabo Verde ganharam seu nome graças à proximidade com o cabo de Cabo Verde localizado na parte mais ocidental do Senegal³. O autor notou que: “entre o rio Senegal e a fresca e desejada Serra Leoa, projetando-se em limites incertos no sertão percorrido rios acima se situava a Guiné de Cabo Verde. Guiné do cabo, Guiné das ilhas do mesmo nome, Cabo Verde servia em simultâneo para indicar a

² André Álvares de ALMADA, *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo Verde de 1594*, publicado por Diogo Köple, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1841, p. 1.

³ José Horta de SILVA, “Evidence for a Luso-African identity in Portuguese accounts on Guinea of Cape Verde (Sixteenth – Seventeenth Centuries)”, em *History in Africa. A Journal of Method*, [New Jersey], vol.27, 2000, p. 99.

cabeça delas todas, a ilha de Santiago e a costa fronteira, ou melhor, se dirá os Rios de Guiné do Cabo Verde”.⁴

Deste modo, convém integrar a análise de Cabo Verde no âmbito mais vasto da Costa da Guiné. Com a dobragem do Cabo Bojador, em 1434, esta Costa tornou-se uma região de fluxo de muitas pessoas e um espaço de intercâmbio cultural. Os Europeus, entre eles os Portugueses de origem judaica, chegaram em número considerável a Guiné de Cabo Verde e, depois do seu descobrimento, passaram a habitar o arquipélago. As ilhas tornaram-se numa zona de passagem, “intermediária entre o já conhecido Norte africano e a desconhecida África Centro-ocidental e Austral”.⁵

Neste contexto de interdependência, surgiu o “trato da Guiné” que tinha como objetivo proteger os interesses económicos dos moradores da ilha de Santiago. A sobrevivência económica de Cabo Verde estava dependente do comércio com a Guiné. Mais para o final do século XVI, esta relação foi ameaçada pela deterioração da economia causada pela depreciação da moeda e a chegada dos concorrentes europeus.⁶

Deve salientar-se que foi o declínio económico do arquipélago que levou André Álvares de Almada, a escrever o seu *Tratado*, procurando assim voltar a evidenciar a região aos olhos da Coroa portuguesa e perscrutando um novo rumo para os moradores de Cabo Verde, apelando para a colonização da Serra Leoa. Este relato foi dedicado aos leitores Europeus e, por conseguinte, era abundante nas descrições exóticas sobre um outro mundo, utilizando a denominada “poética de exotismo”. O autor, ciente das relações interdependentes de Cabo Verde com a Guiné e na tentativa de melhorar a situação económica das ilhas, apresentou algumas propostas. Esta obra serviu como argumento para o André Álvares convencer o Rei, que a povoação da costa ocidental

⁴ José da Silva HORTA, “Ser português em terras de africanos. Vicissitudes da construção indenitária na Guiné do Cabo Verde (sécs. XVI-XVII)”, in *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 261.

⁵ Beatriz Carvalho dos SANTOS, “Por uma história da Guiné de Cabo Verde: das perspectivas às possibilidades de um estudo cultural (séc. XV ao XVII)”, in XVIII Encontro Regional (ANPUH - MG), 24-27 de Julho de 2012, Mariana, p. 2. Em linha, 14/04/2015, http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340668694_ARQUIVO_ArtigoBeatrizCarvalhodosSantos.pdf.

⁶ Rogério Miguel PUGA, “O Discurso (Etnográfico) da Alteridade no Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde (1594) do Capitão André Álvares de Almada”, in *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, (Actas do Congresso Internacional. Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Além-Mar, 2009), pp.1-3. Em linha, 20-03-2015, http://cvc.instituto-camoes.pt/ear/coloquio/comunicacoes/rogerio_miguel_puga.pdf.

africana era crucial tanto para os cofres portugueses, como para a sobrevivência de próprio Cabo Verde. Conforme notou Rogério Miguel Puga: “Almada, ao descodificar a realidade do Outro recorre a artifícios narrativos [...], pois o seu objetivo é dar a conhecer à Corte uma zona geográfica que urge povoar que muita riqueza trará aos cofres de Lisboa, sendo o comércio com portos da costa da Guiné também do interesse de Cabo-Verde”.⁷

Segundo o *Tratado* de Almada, a costa ocidental africana prometia muito mais do que o Brasil, onde havia apenas a indústria açucareira e o pau-brasil. A costa da Guiné oferecia maior variedade de produtos, como o marfim, a cera, o ouro, o âmbar e a malagueta.

“Povoando-se viria a ser de maior trato que o Brazil, porque no Brazil nao ha mais que açúcar e o pão, e algodão; nesta terra ha algodão e o pão que ha no Brazil, e marfim, cera, ouro, amber, malagueta, e podem-se fazer mitos engenhos d'açúcar, ha ferro, muita madeira para os engenhos e escravos para elles”⁸

A obra de Almada é, assim, prova contundente da interdependência das ilhas de Cabo Verde em relação à Costa da Guiné. Convém ainda notar que o papel regional de Cabo Verde, foi o que conseguir perdurar no tempo. Esta dimensão sobreviveu à dimensão régia e internacional, porque apesar do enfraquecer do comércio dos moradores de Santiago na Costa da Guiné, a proximidade geográfica continuou forte. Nos meados do século XX, a identidade da região da Guiné de Cabo Verde foi notada pelo próprio Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde. Este movimento de libertação nacional, apercebendo-se da cultura partilhada pelas duas zonas, decidiu avançar com uma luta anti-colonial conjunta. Esta unidade era fruto de uma história secular, onde as duas regiões estiveram unidas por uma política administrativa comum e por interesses mútuos no comércio, sobretudo de escravos.⁹

⁷ Ibidem, p. 4.

⁸ Ibidem, p. 93.

⁹ Carlos LOPES, *Construção de Identidade nos Rios de Guiné do Cabo Verde*, [Porto], Africana Studia, n.6, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 45.

I. 1.2. A dimensão régia de Cabo Verde

O reconhecimento do arquipélago de Cabo Verde por parte do centro metropolitano pode ser avaliado através de vários documentos produzidos no decorrer do século XV. O nome de Cabo Verde apareceu em vasta documentação real, principalmente nas cartas régias, cartas de privilégios, cartas de perdão ou cartas de mercê. Através destes instrumentos legais, o arquipélago foi sendo reconhecido como uma região independente e de relevância. Cabo Verde apareceu referido pela primeira vez, em 1460, na carta através da qual o D. Afonso V doou ao infante D. Henrique as ilhas de Cabo Verde e dos Açores, entregando a orientação espiritual à Ordem de Cristo¹⁰, e dois anos depois, em 1462, numa carta de doação de D. Afonso V ao infante D. Fernando.¹¹

Desde o seu descobrimento que Cabo Verde mereceu a atenção da Coroa portuguesa, desenvolvendo-se planos para a sua exploração. Estes planos passaram pelo povoamento e colonização efetiva do arquipélago que foi possível através de uma política de concessão de incentivos. Deste modo, o Rei outorgou aos moradores de Santiago o privilégio de puderem comerciar na costa da Guiné, com exceção da região de Arguim.¹² O carácter lucrativo das transações comerciais praticadas nesta região tinham sido notadas pela Coroa portuguesa, mas também por mercadores estrangeiros, nomeadamente Castelhanos, que vão afluír a Santiago para participarem nesse rendoso comércio. O rei de Portugal permitiu que aí fossem, entre outras razões, para se estabelecer o trato de urzela entre Cabo Verde e Sevilha. Neste comércio participaram os mercadores castelhanos Joham de Lugo e Pero de Lugo.¹³

Em 1472, o rei limitou os privilégios concedidos aos moradores de Cabo Verde, permitindo apenas que vendessem na Costa da Guiné as mercadorias produzidas nas ilhas e transportadas pelos seus navios. Esta medida foi essencial para o

¹⁰ “Carta do Infante D. Henrique doando a D. Afonso V a temporalidade das Ilhas de Cabo Verde e dos Açores, e à Ordem de Cristo a sua espiritualidade”, 18/09/1460 in ANTT, Ordem de Cristo, códices n.235, fl.11, n.233, fl.1623 em *HGCV-CD*, p. 13.

¹¹ “Doação ao Infante D. Fernando das ilhas de Cabo Verde”, 19/09/1462 in ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, L.1, fl.61, Místicos, L.2, fl.152-152 v. em *HGCV-CD*, pp. 17-18.

¹² “Carta régia concedendo aos moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde autorização para comerciarem na costa da Guiné, com excepção da zona de Arguim”, 12 /06/1466 in ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, L.4, fl.104, Livro das Ilhas, fl.10 em *HGCV-CD*, pp. 19-22.

¹³ “Carta de privilégio a Joham de Lugo e Pero de Lugo, castelhanos mercadores, que haviam feito trato de urzela nas ilhas de cabo Verde”, 30/09/1469 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl.118 v. doc. 2, publ. em *HGCV-CD*, pp. 23-24.

desenvolvimento económico do arquipélago, pois desenvolveu a agricultura pecuária e até alguns sectores da pequena indústria, nomeadamente dos panos de algodão.¹⁴

Cabo Verde ganhou maior notoriedade na esfera régia, quando o seu donatário, o duque de Beja, D. Manuel, se tornou rei de Portugal. Enquanto Duque, o senhorio de Cabo Verde constava do seu título oficial:

“Eu Dom Manuel, regador e governador da Ordem e Cavalaria do Nosso Senhor Jesus Cristo, duque de Beja, senhor das ilhas da Madeira e de Cabo Verde e dos Açores (...)”.¹⁵

Com a subida ao trono de D. Manuel I, em 1495, o senhorio de Cabo Verde e da Madeira extinguiu-se. De fato, D. Manuel foi o primeiro senhor das ilhas de Cabo Verde que se tornou rei de Portugal. Porém, o arquipélago não constou na titulação régia, que era “Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia”.

I. 1.3. A dimensão internacional de Cabo Verde

Em 1494, com o Tratado de Tordesilhas¹⁶, Cabo Verde ganhou notoriedade internacional, tornando-se um lugar importante, a partir da qual se contavam as 370 léguas da linha de meridiano que dividia o mundo entre Portugal e Castela.

“Los cuales dichos navíos, todos juntamente continúen su camino a las dichas islas de Cabo Verde, y de ahí- tomarán su rota derecha al poniente hasta las dichas trescientas setenta leguas, medidas como las dichas personas acordaren que se deben medir, sin perjuicio de las dichas partes, y allí- donde se acabare,

¹⁴ “Declaração e limitação da carta de privilegio concedida aos moradores da ilha de Santaigo em 12 de Junho de 1466”, 8/02/1472 in ANTT, *Livro das Ilhas*, fl.2 v-4, Brássio 2ª série, vol. I, pp.446-450, Dias Dinis, pp.47-50, publ. em *HGCV-CD*, pp. 25-28.

¹⁵ “Carta de D. Manuel, duque de Beja e senhor de Cabo Verde, fazendo mercê a Rodrigo Afonso, capitão de metade da ilha de Santiago, da sabedoria da dita ilha”, 14/01/1485 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 29, fl.5 v., doc. 3, publ. em *HGCV-CD*, pp. 49-50.

¹⁶ Tratado de Tordesilhas foi um tratado assinado entre o Reino de Portugal e o Reino da Espanha, na cidade espanhola de Tordesilhas, em 1494. O objetivo deste acordo foi resolver conflitos territoriais relacionados com as novas conquistas ibéricas.

se haga el punto y señal que convenga por grados de sur o de norte, o por singladuras de leguas, o como mejor se pudiere concordar [...].”¹⁷

A crescente importância de Cabo Verde foi cedo notada pelos corsários franceses e ingleses. Os piratas (assim foram chamados os corsários pelos Portugueses e Espanhóis), sem dúvida, simbolizaram a grandeza do arquipélago, pois, os estes escolhiam lugares comercialmente atrativos para as suas ações de pilhagem. Cabo Verde chamou a atenção de piratas, tais como, os Ingleses Francis Drake, James Lovell e John Hawkins, o Francês Jean Fleury e o Português Emanuel Serradas.

Os piratas reconheciam Cabo Verde como um lugar estratégico nas rotas comerciais transoceânicas, lugar de entreposto e também uma fonte de riqueza. As ilhas de Maio e de São Vicente também serviram frequentemente como base de apoio e lugar de abastecimento para os corsários. A abundância de sal nas águas que cercavam as ilhas, essencial na conservação da comida mantida a bordo, era um dos principais focos de atração. O arquipélago era um importante entreposto no comércio de escravos, o que era muito tentador para os piratas, que viam no roubo de escravos uma atividade muito lucrativa.

Deve notar-se que Cabo Verde foi alvo de ações de pilhagem no período em que já se encontrava em franca decadência económica, o que demonstra que, apesar de terem deixado de ser um centro comercial, as ilhas continuavam a desempenhar um papel estratégico na navegação do Atlântico. Oliveira Marques observou que este fator que, em determinado momento, permitiu a sua prosperidade e, mais tarde, a sua sobrevivência, foi também uma das razões para a atração de muitas catástrofes. Os corsários Ingleses, Franceses e Holandeses fizeram de Cabo Verde uma escala no seu caminho para às colônias portuguesas e castelhanas e, por vezes, incendiaram, destruíram, roubaram pessoas, gados e outros mantimentos nas vilas e cidades de Cabo Verde. Os primeiros a atacarem as ilhas foram os Franceses, em 1542, seguiram-se os Ingleses, em 1578, 1582, 1585 e 1598. A partir de 1598, apareceram os Holandeses que fizeram da ilha de Maio o seu ponto de escala nas viagens para o Brasil.¹⁸

¹⁷ *Tratado de Tordesillas, Reproducción facsímil y transcripción de la capitulación entre los Reyes Católicos y el Rey Juan II de Portugal para la partición del mar Océano (1494)*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Área de Educación, Centro de Publicaciones, 1973.

¹⁸ António Henrique de Oliveira MARQUES, “*História...*”, op.cit., p. 263.

Em 1585, a cidade de Ribeira Grande foi arrasada pelo célebre corsário Francis Drake. Este assalto foi já consequência da União Ibérica. Durante este período, os Portugueses ganharam como inimigos todos os antipatizantes da Espanha, ou seja, Ingleses, Holandeses e Franceses. Devido a esta nova ameaça, em 1587, foi construída a primeira fortaleza na margem esquerda da ribeira, na cidade da Ribeira Grande, na ilha de Santiago. As fortificações de algumas ilhas do arquipélago contiveram um pouco os atos de pirataria que se transferiram para a costa da Guiné. As sucessivas invasões e pilhagens dos corsários contribuíram para o declínio da Ribeira Grande. Em consequência, em 1614, esta cidade deixou de ser a capital de Cabo Verde que foi transferida para a vila da Praia, localizada também na ilha de Santiago, que passou a sede dos governadores e dos bispos, pois a sua posição geográfica era muito mais favorável. A cidade tinha melhores condições de saúde para os Europeus e um clima mais sadio. Em 1652, a cidade de Praia converteu-se oficialmente na capital de Cabo Verde, resultando daí o completo declínio da Ribeira Grande.

A situação econômica de Cabo Verde agravou-se bastante durante a União Ibérica, porque os Castelhanos não respeitaram as leis existentes, não respeitando a obrigação dos comerciantes passassem por Santiago, quando iam negociar na Guiné. Cabo Verde, por estratégico em várias rotas marítimas, tornou-se num lugar por onde passavam várias esquadras inimigas que rumavam para a Mina, para o Brasil e para o Oriente. Conforme observou Manuel Múrias, “naturalmente, Santiago era de todas as ilhas a mais direta e rudemente visada e a Ribeira Grande correu, por mais de uma vez risco de ser novamente saqueada”.¹⁹

Apenas em meados do século XVII, durante o reinado de D. João IV, foram fortificadas as cidades da Ribeira Grande e da Praia na ilha de Santiago, e também a cidade de S. Filipe na ilha de Fogo. Contudo, estas medidas foram tomadas tarde demais.²⁰ Desde então, o caos imperou nas ilhas de Cabo Verde. Portugal passou por problemas internos, procurando lutar pela sua recuperação política e econômica na época da Restauração. A partir da segunda metade do século XVII, a situação econômica em Cabo Verde piorou ainda mais. A somar aos problemas externos, os governadores eram acusados de prepotência, tiranias e desvios na Fazenda Real. Os responsáveis pela pobreza de Santiago eram os governadores corruptos, os oficiais da

¹⁹ Manuel MÚRIAS, *Cabo Verde...*, p. 37.

²⁰ *Ibidem*, pp. 35-38.

alfândega e da Fazenda, “os descaminhadores das receitas da Coroa”, os próprios moradores e até o clero.²¹ Conforme observou Daniel A. Pereira: “vivendo todos ao deus-dará, todos procuravam roubar e desviar o máximo que pudessem, em detrimento dos cofres da Fazenda Real. Era a lei da sobrevivência, do salve-se quem puder e quem souber”²². No próximo subcapítulo tratar-se-á, com maior profundidade, dos processos que conduziram à ascensão e ao declínio de Cabo Verde em apenas um século.

I. 2. Ascensão e declínio de Cabo Verde no século XVI

Através da análise da história da ilha de Cabo Verde, pode afirmar-se que o arquipélago de Cabo Verde conheceu uma dinâmica que a integrava na escala mundial. O seu processo de abertura e fechamento para o mundo ocorreu em apenas um século, com consequências na sociedade, cultura e comércio.

A navegação foi consideravelmente acrescentada através de três grandes acontecimentos, que mudaram a história mundial, a saber: o descobrimento da América (1492), do caminho marítimo para Índia (1498) e o “achamento” do Brasil (1500). A partir deste momento, o tráfico de bens e de pessoas aumentou exponencialmente, e no trânsito mundial, que passava pelo Atlântico, a ilha de Santiago teve papel central.

Ao analisar este processo, importa estudar as cinco fases principais da crescente importância de Cabo Verde na história do mundo. Inicialmente, Cabo Verde foi apenas um pequeno território que ligava Portugal e a Península Ibérica ao litoral africano. Mais tarde, tornou-se também numa escala da Carreira da Índia. Em seguida, converteu-se num ponto que juntava a América Central, a América do Sul, a África e os dois impérios ibéricos. Na quarta fase, serviu de ponto de escala e de abastecimento para os Ingleses, Franceses e Holandeses no comércio internacional. Finalmente, na última fase, Cabo Verde acabou por ser um lugar abandonado e esquecido.²³

Deste modo, prefiguraram-se duas linhas nas rotas marítimas que passavam por Cabo Verde. A primeira era determinada pela navegação vertical, que se baseava nos contatos comerciais estabelecidos entre Portugal e a costa africana e que, posteriormente, contribuiu para o avanço para o Atlântico Sul. A segunda tinha um

²¹ Daniel A. PEREIRA, *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1986, pp. 26-28.

²² *Ibidem*, p. 28.

²³ Iva CABRAL, Maria Emília Madeira SANTOS, Maria João SOARES, Maria Manuel Ferraz TORRÃO, *Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)*, [Lisboa], Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Inovação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004, p. 1.

caráter horizontal, unindo os interesses que os comerciantes europeus tinham na costa ocidental africana e os mercados americanos. Importa sublinhar que, a partir de 1520, Cabo Verde tornou-se o maior fornecedor de escravos para o Caribe. Consequentemente, surgiram três grandes circuitos que envolviam Cabo Verde: o circuito euro-africano, entre Cabo Verde e a Península Ibérica; o africano, entre Cabo Verde e a Costa da Guiné; e o afro-americano, entre a Costa da Guiné, Cabo Verde e América Espanhola.²⁴ Assim, este pequeno arquipélago atlântico constituiu, um ponto central no cruzamento das rotas transcontinentais, um lugar de passagem e de abastecimento obrigatório, uma base para vários tipos de embarcações.²⁵

Através da análise dos relatos de viagens, que se fará em seguida, procurar-se-á entender de que modo o arquipélago despertou os interesses de mercadores estrangeiros. Interessa também apurar se existiam vestígios de cosmopolitismo, tanto na cultura material, como nos hábitos, costumes e na vida financeira do arquipélago.

Embora a literatura de viagem possa ser uma excelente fonte historiográfica, deve atender-se como as verdadeiras intenções dos seus autores podiam influenciar os relatos. Muitos destes indivíduos procuravam fama e sucesso, fazendo uso da sua fantasia para seduzir os leitores com descrições sobre mundos desconhecidos. Por exemplo, Luís de Cadamosto confessou, que ia: “(...) movido do desejo de achar este ouro e também de ver várias coisas (...)”, indo “(...) a descobrir países novos, e experimentar a minha sorte (...)”.²⁶

Pensamentos desta natureza são perceptíveis noutros relatos de viagem, pois o homem da época das navegações e descobrimentos era aventureiro, curioso, atento às terras desconhecidas, procurando novas impressões. Não é, pois, de admirar que estes diários de viagens se apresentem, por vezes, abundantes em histórias pouco credíveis.

Cientes do contexto em que os textos foram produzidos, nas próximas páginas, procurar-se-á averiguar como Cabo Verde foi percebido por indivíduos que estiveram no arquipélago integrados em viagens de maior escala, que podiam abranger

²⁴ Iva CABRAL, Maria Emília Madeira SANTOS, *Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde - séculos XVI-XVII)*, pp. 1-2. Em linha, 29/03/2015, <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/344>.

²⁵ José SILVA, “Cabo Verde, Pousada nos Caminhos do Atlântico. Interinfluências culturais num arquipélago miscigenado”, *Vegueta. Anuário de la Facultad de Geografía e Historia*, [Las Palmas], (n.º 14, 2014), p. 102.

²⁶ Arlindo CORREIA, *As navegações de Cadamosto, Madeira e Cabo Verde*, Primeira Navegação, capítulo XXX. Em linha, 10/05/2015, <http://arlindo-correia.com/220507.html>.

apenas a Costa da Guiné ou todo o globo, como foi o caso da viagem de Francisco Carletti. Os relatos permitem também ilustrar as fases de ascensão e decadência de Cabo Verde.

I. 2.1. Cabo Verde uma região próspera. As viagens de Luís de Cadamosto

A descrição pormenorizada de Cabo Verde dos meados do século XV, aparece nos relatos de viagens de Luís de Cadamosto, um navegador veneziano, que esteve ao serviço do infante de D. Henrique. A escrita do navegador demonstra como o arquipélago de Cabo Verde foi visto como sendo próspero e cheio de potencialidades pelos primeiros descobridores.

A obra de Cadamosto é muito importante para a história de África, porque Luís de Cadamosto foi testemunha direta de alguns acontecimentos na costa ocidental africana. As descrições anteriores sobre a ação dos Portugueses em África constam das crónicas de Gomes Eanes de Zurara, que incidia na história de heroísmo dos membros da família real portuguesa e na glorificação das campanhas militares em Marrocos. Ao contrário, Luís de Cadamosto trouxe para a literatura as relações sociais e os contatos entre os Europeus e os Africanos, as tradições, costumes e crenças dos povos da costa ocidental africana.

Na primeira navegação realizada em 1455, Luís de Cadamosto descreveu Cabo Verde como um lugar desabitado, mas muito abundante e próspero, que servia muito bem como um ponto de abastecimento.

„ (...) encontramos três ilhotas pequenas, não muito longe da terra, desabitadas, e abundante de árvores verdejantes e grandes; e carecidos de aguada, deitámos âncora numa delas, que nos pareceu maior e mais frutífera, para ver se encontrávamos aí alguma fonte, mas desembarcando, não a encontramos, a não ser num lugar, onde parecia nascer alguma água, o que nós não pôde servir. Nesta ilha encontrámos muitos ninhos e ovos de diferentes aves, de nós desconhecidos, e aí estivemos todo o dia pescando à linha e com anzóis grandes e apanhámos muitíssimos peixes, entre eles dentais, e enormes douradas velhas, de doze a quinze libras de peso cada uma e foi isto no mês de junho”.²⁷

²⁷ Arlindo CORREIA, *As navegações...* (op.cit.), Primeira Navegação, capítulo XXXIV. Em linha, 10/05/2015, <http://arlindo-correia.com/220507.html>.

Luís de Cadamosto logo percebeu a possível importância de Cabo Verde nas rotas marítimas, porque, tudo o que seu navio precisou para se refazer da viagem conseguiu encontrar na ilha. Até o próprio navegador veneziano descansou lá, alimentou-se bem, abasteceu-se e ganhou força para as próximas viagens:

“(…) aqui estivemos dois dias de descanso e nos provemos dos ditos refrescos e com inúmeros pombos que matámos; e noto que à primeira ilha onde desembarcámos, demos o nome de Ilha de Boa Vista (…).²⁸

Cabo Verde, no relato de Luís de Cadamosto, era apresentado como um excelente ponto de abastecimento de produtos essenciais para a navegação, como o sal e água doce:

“(…) foram ao primeiro lugar deste rio, pela margem acima, onde acharam lagoas pequenas de branquíssimo e belo sal, de que trouxeram grande quantidade para o navio, e dele tomámos quanto nos pareceu; e igualmente, achando muito boa água, nos provemos dela (…). “

“(…) correndo ao longo da costa dum delas, que nos parecia abundante de árvores, descobrimos a boca dum rio que dela saia; e julgando que fosse de boa água aproximámo-nos da margem para nos prover dela (…)”²⁹

Além disto, este pequeno arquipélago possuía uma riqueza de fauna e flora em termos de biodiversidade:

“(…) encontrámos aqui grande quantidade de tartarugas, ou seja, “gajandre” (…)
e aqueles marinheiros mataram muitas e fizeram muitas comidas, dizendo que de outras vezes tinham comido delas no Golfo de Arguim, onde também apareciam, mas não tão grandes(…). ”

“(…) também pescámos na embocadura deste rio, e dentro dele, e achámos tanta quantidade de peixe, que é incrível de se dizer (…). ”³⁰

Por fim, os seus relatos confirmaram o conhecimento sobre a existência de dez ilhas:

²⁸ Arlindo CORREIA, *As navegações...* (op.cit.), Segunda Navegação, Capítulo I. Em linha, 10/05/2015, <http://arlindo-correia.com/220507.html>.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

“(…) descobriram que eram dez ilhas, entre grandes e pequenas, desabitadas, e só encontraram nelas pombos, aves de espécies estranhas e grande pescaria de peixes (...).³¹

Cabo Verde, nos relatos de viagens de Luís de Cadamosto, era um lugar muito próspero e florescente, recomendado para os navegadores que procuravam uma tranquila parada e escala. Ressaltou também, várias vezes, a proximidade de Cabo Verde com a rica costa ocidental africana, sublinhando o aspecto estratégico deste arquipélago atlântico.

I. 2.2. Cabo Verde como ponto de escala para São Tomé. O relato do piloto anônimo

No relato de viagem de Cadamosto, observamos a ligação de Cabo Verde com a costa ocidental africana, isto é, a ligação horizontal. O *Relato de viagens de um piloto anônimo português do século XVI a costa de África e a São Tomé* (documento datado de meados do século XVI) apresenta já a ligação vertical, mostrando Cabo Verde como uma escala para os navios que rumavam para as ilhas de São Tomé. No tempo da viagem do piloto anônimo a maior parte das ilhas continuavam desabitadas, como, por exemplo, a ilha de Sal.

“A Ilha [de Sal] é desabitada por ser estéril, não se encontrando aí outros animais senão cobras selvagens”.³²

Interessante acrescentar, também, que a importância de Cabo Verde nas rotas marítimas cresceu graças a grande reserva de sal nas ilhas, e, mesmo que administrativamente, Cabo Verde pertencesse à Coroa Portuguesa, os navegadores estrangeiros aproveitaram-se livremente do sal e das cabras.

“...[na ilha de Maio] uma laguna com mais de duas léguas de comprimento e outro tanto de largo completamente cheia de sal salificado pelo sal do qual se podiam carregar mil navios”.³³

³¹ Ibidem.

³² Piloto ANÔNIMO, *Viagens de um piloto português do século XVI à Costa de África São Tomé. Introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 85.

³³ Ibidem, p. 86.

Entre quase todas desabitadas e selvagens ilhas de Cabo Verde destacava-se a bem desenvolvida ilha de Santiago, onde nasceu a primeira cidade portuguesa dos trópicos, apelidada pelo piloto anónimo como “cidade grande”.

“[A ilha de Santiago] possui à beira-mar uma cidade com um bom porto chamado Ribeira Grande porque está situada no meio de duas altas montanhas entre as quais corre uma grande ribeira de água doce”³⁴

Em meados do século XVI, a cidade já tinha uma estrutura administrativa bem organizada. O piloto anónimo refere-se a um cargo de corregedor, ou seja, um funcionário judicial régio. Há também informação sobre dois juízes que eram eleitos, cada ano, pela Câmara Municipal. Enquanto um deles se ocupava dos assuntos relacionados à justiça para os habitantes da Ilha de Santiago e das outras ilhas vizinhas, o segundo juiz cumpria as tarefas mais avançadas, porque se ocupava de todos os assuntos relacionados com os navegadores.³⁵ Deve salientar-se que a criação de um cargo autónomo, com jurisdição sobre os marítimos, era uma ideia inovadora, que realça a importância de Cabo Verde como escala, entreposto e lugar estratégico. Isto mostra também que o arquipélago esteve sempre sob o controlo e o plano de colonização efetiva da Coroa portuguesa.

O relato traz também informações sobre os tipos de plantas cultivadas na ilha de Santiago. Na época, já haviam plantações de arroz, milho e algodão. Esta última cultura foi de grande relevância para o comércio interno entre Cabo Verde e a costa ocidental africana, pois os tecidos de algodão eram essenciais nas trocas comerciais. O piloto anónimo informou que já existiam moradores na Ribeira Grande.

“Esta cidade Ribeira Grande está virada ao Sul, tem boas casas de pedra e cal, é habitada por numerosos cavaleiros castelhanos e portugueses e conta mais de 500 fogos”³⁶.

O piloto anónimo estimou que a população de Ribeira Grande era constituída por quinhentos fogos, número que, vários historiadores, consideraram muito exagerado. Calcula-se que, em 1513, houvessem 114 fogos na cidade de Ribeira Grande, enquanto o tabelião Francisco de Paiva contou, em 1555, 500 vizinhos.

³⁴ Ibidem, p. 89.

³⁵ Ibidem, p. 89-90.

³⁶ Ibidem, p. 89.

No relato do piloto anónimo, há também bastantes informações sobre as árvores de fruto existentes naquela altura em Cabo Verde, tais como: laranjeiras, limoeiros, figueiras, romeiras. Estes produtos demonstram a existência de trocas entre Cabo Verde e a Península Ibérica, pois o autor referiu que, embora as frutas se dessem muito bem no solo cabo-verdiano, era necessário trazer todo o ano novas sementes de Espanha. O piloto anónimo fez a primeira referência à existência de coqueiros, chamados também de “nozes da Índia”, na costa ocidental africana. Os coqueiros eram originários do Sudeste asiático e das ilhas da Polinésia, embora, tenham chegado às Américas antes dos primeiros Europeus.

Estes exemplos demonstram que Cabo Verde se desenvolveu muito rapidamente, chamando a atenção de navegadores e de mercadores europeus, o que motivou o crescimento da Ribeira Grande.

I. 2.3. Cabo Verde ponto de escala para a Índia

O prestígio de Cabo Verde aumentou, sem dúvida, nos anos finais do século XV, quando foi encontrado o caminho marítimo para a Índia. Os navios que rumavam para a Ásia, precisavam fazer uma escala nos portos localizados ao longo da costa africana ocidental e oriental. Partiam de Lisboa, normalmente, no fim do inverno e seguiam numa linha norte-sul até às ilhas de Cabo Verde. Cabo Verde constava também dos relatos de viagens de regresso, quando os navios partiam da Índia, em dezembro ou no início de janeiro, aproveitando a monção. Depois, os navios seguiam em direção ao Cabo da Boa Esperança e de lá seguia para as ilhas de Santa Helena, Ascensão, Cabo Verde e Açores. Ao contrário de Moçambique e da Terceira, Cabo Verde não foi uma escala obrigatória. No entanto, serviu frequentemente para “fazer aguada”, ou seja, para abastecer os navios de água-doce, lenha e mantimentos frescos.

Em 1497, no *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, o arquipélago era referido como ponto de encontro pré-estabelecido caso os navios se perdessem uns dos outros.

“E foi de noite, tamanha a cerração que se perdeu Paulo da Gama de toda a frota por um cabo, e pelo ouro e capitão-mor. E depois que amanheceu não houvermos vista dela, nem dos outros navios, e nós fizemos o caminho das ilhas de Cabo

Verde, como tínhamos ordenado, que quem se perdesse que se seguisse esta rota”.³⁷

No caminho para a Índia, a armada de Vasco da Gama aportou a Cabo Verde para se abastecer:

“E ao outro dia que era quinta-feira [23/Julho/1497], chegamos a ilha de Santiago, onde pousamos na praia de Santa Maria, com muito prazer e folgar, e ali tomamos carnes e aguas e lenha e (estivemos) carregando as vergas dos navios porque nos era necessário”.³⁸

Importa assinalar que Cabo Verde foi também mencionado na torna-viagem de Vasco da Gama. Além disso, observa-se que ali cruzaram-se os caminhos de Américo Vespúcio na sua ida para o Brasil e de Pedro Álvares Cabral no seu regresso da Índia.

No início do século XVI, hesitou-se muito sobre o percurso e as escalas que os navios portugueses deviam efetuar. Contudo, não há dúvida que Cabo Verde era uma ilha tida como ponto estratégico na Carreira da Índia. Em 1500, a ilha de Santiago foi referenciada nas instruções de Pedro Álvares Cabral como ponto de paragem, ainda que não obrigatória. Nos regimentos de Francisco de Almeida, de 1505, e de Fernão Soares, de 1507, aparece outro importante ponto de escala localizado em Dakar - Besiguiche, que a partir do ano seguinte (1508) seria eliminado.³⁹

Num outro relato, “Navegação às Índias Orientais” escrito por Tomé Lopes, Cabo Verde surge como um dos lugares por onde passou o seu navio. Em 1502, D. Manuel mandou uma esquadra de vinte velas à Índia, repartida por três capitães-mores, a saber: Vicente Sodré, o almirante Vasco da Gama e Estêvão da Gama. Este último, foi acompanhado por Tomé Lopes, natural da cidade do Porto, que ocupou o cargo de escrivão. Tomé Lopes foi testemunha ocular dos vários eventos da viagem, embora tenha apenas avistado, mas não aportado a Cabo Verde.⁴⁰

³⁷ *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, Apresentação e notas de Neves Águas, Lisboa, Publicações Europa-América, 1987, p. 19.

³⁸ *Ibidem*, p. 20.

³⁹ Luís de ALBUQUERQUE, “Escalas da Carreira da Índia” in *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXVI, 1979, pp. 5-9.

⁴⁰ *Navegação às Índias Orientais escrita por Thomé Lopes*, Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes ou lhes são visinhas, Lisboa, Academia Real das Ciências, vol. II, nº. I-II, 1812, pp. 157-158.

"Em huma sexta feira no primeiro de Abril de mil quinhentos e dois (...) partimos da Cidade de Lisboa. (...) no dia quinze passamos pegados com as [ilhas] de Cabo Verde, de modo que fomos vistos da terra."⁴¹

A importância de Cabo Verde na navegação também pode ser aferida nas “Cartas Américo Vespúcio a Pedro Soderini Gonfaloneiro Perpetuo, da República de Florença sobre duas viagens feitas por ordem do Sereníssimo Rei de Portugal”, datadas de 1503. Convém explicar que, depois da descoberta do Brasil, o rei português D. Manuel I quis averiguar a veracidade dos relatos de Pêro Vaz de Caminha sobre as riquezas existentes nas terras de Vera Cruz. Apreciando a experiência marítima do mercador e navegador florentino Américo Vespúcio, o rei resolveu convidá-lo para participar das novas expedições oceânicas, desta vez ao serviço de Portugal. Desta forma, Américo Vespúcio realizou duas viagens para as recém-descobertas terras brasileiras. As ilhas de Cabo Verde apareceram nestas cartas como um entreposto no caminho para o Brasil, mas também como um lugar idílico para descansar.

"Partimos no dia dez de maio de mil quinhentos e três, e fomos em direito á Ilhas de Cabo verde, aonde sahimos em terra, e tomámos toda a casta de refrescos depois de nos termos demorado treze dias, seguimos a nossa viagem (...)"⁴²

Cabo Verde como ponto de abastecimento foi também mencionado no *Livro da Marinharia* de Bernard Fernandes. A viagem realizada, em 1537, por André Vaz para Moçambique fornecia informações sobre a importância do porto da cidade de Ribeira Grande, onde o navegador fez uma escala para reparar avarias no navio.

Cabo Verde apareceu também no *Livro da Marinharia* de Pêro Vaz Fragoso, navegador ou piloto natural de Viana do Castelo, que rumou para a Índia e cuja compilação foi datada de ano não anterior a 1566. Este arquipélago atlântico é aí referido como ponto de passagem na viagem para o Oriente.

⁴¹ Ibidem, p. 159.

⁴² “Cartas de Américo Vespúcio a Pedro Soderini Gonfaloneiro Perpetuo da República de Florença sobre duas viagens feitas por ordem do Sereníssimo Rei de Portugal” in *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portugueses ou lhes são visinhas*, Lisboa, Academia Real das Ciências, vol. II, nº. I-II, 1812, pp. 150-151.

"[...] e dahu devyde a espera allta da vayxa em duas partes yguaes e pasa amtre as ylhas de quabo verde e por cyma da ylha de sam vycente ao cabo verde e ao [cabo] ffrye e ao cabo de boa esperamca[...]"⁴³

Cabo Verde foi uma das paragens mais frequentes em duas das principais navegações que saíam da Europa em direção à Índia e para a América. Pelo arquipélago, passaram os navios que realizaram viagens históricas como a de Américo Vespúcio, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. O pequeno arquipélago era uma espécie de bússola natural, um instrumento de navegação e orientação.

I. 2.4. Cabo Verde como coração das rotas negreiras. O relato de Francisco Carletti

Cabo Verde, no seu período mais florescente, foi descrito pelo mercador florentino Francisco Carletti⁴⁴, que, entre 1594-1602, fez uma viagem de circunavegação do globo. Nos apontamentos que deixou sobre a sua aventura, descreveu Cabo Verde, notando como o arquipélago fazia parte das rotas comerciais atlânticas. Ainda convém lembrar que, antes de começar a analisar o arquipélago de Cabo Verde através do olhar do jovem mercador florentino, é essencial entender o caráter de Francisco Carletti e o processo editorial desta obra.

Francisco Carletti, acompanhado do pai, iniciou uma viagem mercantil ao redor do mundo, dirigindo-se primeiro a Cabo Verde, o maior entreposto de venda de escravos naquela época. A partir daqui, nasceu uma grande aventura marítima dos dois Carletti. Importante registrar que os dois perderam uma grande fortuna, o pai morreu na Ásia e o jovem Francisco voltou sozinho e pobre à sua terra natal. As suas experiências e os conhecimentos adquiridos nas viagens chamaram a atenção de Fernando I, grão-duque da Toscânia, que lhe ofereceu cargos palatinos e, no futuro, também cargos diplomáticos. A pessoa de Fernando I é importante, pois foi ele quem convenceu Francisco de Carletti a publicar as suas notas de viagens. Não é possível determinar com exatidão a data da primeira publicação.

⁴³ Luís de ALBUQUERQUE, *O Livro de Marinharia de Pero Vaz Fragoso*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1997, p. 286. Separata de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências, Lisboa, vol. XX, 1997.

⁴⁴ Francisco de Carletti foi um comerciante, viajante e cronista. Nasceu em 1575, em Florença, numa família de comerciantes ligados ao comércio na Península Ibérica. Aos 18 anos de idade, o jovem Francisco foi enviado à cidade espanhola de Sevilha que, na época, era um dos mais importantes portos comerciais ibero-atlântico, para aprender a profissão de mercador. FRANCISCO CARLETTI, *My voyage around the world*, London, Methuen & Co, 1965, p. xiii.

Quando se lê o “Relato de viagem ao redor do mundo” é necessário prestar atenção às circunstâncias de publicação deste livro. Carletti perdeu todas as suas notas originais, que foram confiscadas pelos corsários holandeses na ilha de Santa Helena. Em consequência disto, foi obrigado a recorrer à memória, com fim de reproduzir todos os acontecimentos. Assim, os relatos não são escritos espontaneamente. A obra tem um caráter principalmente comercial, influenciado pela sua condição de mercador, mas também porque o grão-duque Fernando I estava interessado, sobretudo, nos aspectos comerciais da viagem de Carletti. É indiscutível que o grande foco da obra são as realidades económicas que Carletti foi encontrando. Enquanto escrevia as suas memórias, o autor consultou vários outros relatos já existentes na época que influenciaram o produto final.⁴⁵ Não obstante, é perceptível nos seus escritos o pensamento aventureiro de Carletti, a sua paixão pelo exótico e as suas observações precisas do novo mundo. Não se pode deixar de referir que o seu enfoque, além do comércio, foram também os costumes das gentes nativas e a tentativa de entender as diferentes culturas. Na sua narrativa está patente o lado aventureiro de Francisco, mas também uma atitude muito humana. Francisco Carletti não negou que o principal objetivo do pai era aumentar a riqueza familiar. Porém, os objetivos do próprio Francisco não eram apenas materiais. O jovem Carletti manifestou compaixão pelos escravos:

“I remember having done under orders from superiors, causes me some sadness and confusion because truly Most Serene Lord it seems to me an inhuman traffic unworthy of a professed and piour (...) but be it known to everyone (...) that this business never pleases me.”⁴⁶

Na sua descrição de Cabo Verde, que consta do primeiro capítulo da obra, as ilhas eram comparadas com o Jardim das Hespérides, as guardiãs da ordem natural da mitologia grega⁴⁷. Duas possibilidades podem explicar esta comparação. As Hespérides eram as ninfas do poente, residentes nas margens do oceano, no extremo ocidental, na fronteira de três mundos diferentes: a terra, o paraíso e o inferno. Cabo Verde estava

⁴⁵ André TEIXEIRA, Maria Manuel Ferraz TORRÃO, *Negócios de escravos de um florentino em Cabo Verde: descrições e reflexões sobre a sociedade e o tráfico em finais do século XVI*, pp. 1-3. Em linha, 04/04/2015, http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/mmtorrao_ateixeira.pdf.

⁴⁶ Francisco CARLETTI, *My voyage around the world*, London, Methuen & Co, 1965, p. 13.

⁴⁷ Jan PARANDOWSKI, *Mitologia*, p.127, Em linha, 31/01/2016, <http://biblioteka.kijowski.pl/parandowski%20jan/jan-parandowski-mitologia.pdf>.

também situado nos cruzamentos de três mundos, pois era o ponto de onde partiam as rotas para a África, a Ásia e a América. As Hespérides eram também senhoras de um jardim com muitas árvores, que davam frutos em ouro. Cabo Verde era visto como um lugar fértil naturalmente e rico, em termos comerciais, sobretudo graças à sua condição enquanto entreposto no comércio de escravos. O tráfico negreiro tinha sido a causa que levava os Carletti a rumar para o arquipélago.

Nos seus escritos é possível encontrar algumas discrepâncias, o que prova que não fora testemunha ocular de tudo o que relatara. Por exemplo, referiu a incidência elevada de doenças tropicais no período das chuvas, apesar de ter estado em Santiago na época seca. A descrição topográfica da cidade de Ribeira Grande não é coincidente com a realidade, tendo mais semelhanças com Macau, que Francisco Carletti visitou posteriormente.⁴⁸

No entanto, o mais importante, para o estudo da presente dissertação, são os aspectos cosmopolitas que o mercador florentino atribuiu à Ribeira Grande, no final do século XVI. Através da narrativa de Carletti fica claro que havia na cidade uma abundante população flutuante, composta por mercadores oriundos de Portugal, da Madeira e das Canárias. Muitos mercadores da Península Ibérica e das ilhas atlânticas levavam para Cabo Verde vários bens alimentares como farinha, vinhos, frutos secos e legumes, que trocavam por carne caprina. A carne caprina e o algodão eram produtos essenciais nas trocas diretas de bens entre Cabo Verde, a costa ocidental africana e a Europa. Estes produtos cabo-verdianos, inicialmente consumidos apenas neste arquipélago, ganharam importância e alteraram o estilo consumista de outros povos. Assim, os Europeus saboreavam a salgada carne caprina, enquanto os tecidos de algodão conquistavam os novos mercados africanos, que em troca vendiam escravos.

Francisco Carletti também tomou nota da constituição social da Ribeira Grande, composta por Europeus, tais como sacerdotes e outros membros da estrutura eclesiástica, autoridades locais, nomeadamente o governador; por Africanos escravizados, alguns dos quais permaneciam nas plantações, enquanto que outros estavam de passagem, com destino aos portos negreiros de Cartagena. Os processos de mestiçagem não escaparam à sua observação. Os casamentos e quaisquer tipos de

⁴⁸ André TEIXEIRA, Maria Manuel Ferraz TORRÃO, *Negócios...*, op.cit, pp. 4-6.

relacionamentos entre os homens brancos e as mulheres negras, que Carletti apelidou de “mouras”, foram cuidadosamente descritos pelo jovem mercador florentino.

“It has its Bishop and inhabitants numbering about fifty houses of married Portuguese men, some with white women from Portugal, some with black women from Africa, and others with mulatto women born there of white men and Moorish (or black, as we should say) women”.⁴⁹

Carletti afirmou que Cabo Verde era um lugar muito importante para a Coroa portuguesa e para a Coroa espanhola, na época da União Ibérica, porque com o tráfico negreiro estes dois reinos obtinham grandes riquezas. Por este motivo, existia uma burocracia rigorosa, relativa ao trato negreiro, que exigia muitas licenças e autorizações para se introduzir os escravos no mercado americano.

Deste modo, pode afirmar-se que, para o jovem mercador florentino, apesar da importância económica de Cabo Verde, este também era uma espécie de paraíso, uma terra exótica. Se por um lado, o arquipélago era um éden, por outro era o maior fornecedor de mão-de-obra escravizada para as Américas. Convém lembrar que foi por este segundo motivo que o jovem Francisco rumou para Cabo Verde.

I. 2.5. Cabo Verde em decadência. O relato de William Dampier

A obra de William Dampier, *A new Voyage round the world*, publicada em 1697, comprova que a vertente internacional de Cabo Verde foi um fenómeno exclusivo do século XVI e que no século seguinte já se encontrava em decadência.

Como é bem sabido, as mudanças necessitam de tempo e a decadência foi lentamente tornando-se visível aos olhos dos moradores e dos visitantes de Cabo Verde. A conjuntura política e económica cabo-verdianas dos finais do século XVI provocaram uma crise já totalmente cristalizada nos finais de seiscentos, quando escreveu Dampier.

Contudo, o primeiro que alertou para a situação difícil de Cabo Verde foi André Álvares de Almada no seu *Tratado breve da Guiné de Cabo Verde*, em 1594. O autor do *Tratados* chamou a atenção para a condição debilitada dos moradores da ilha de Santiago:

⁴⁹ Francisco CARLETTI, *My voyage...* op. cit., p. 6.

“Porque me lembra ouvir muitas vezes dizeram homens muitos velhos na Ilha de S. Tiago, onde sou morador e eles o erão e tinhão nella molheres e filhos que para nehnuma parte se irião salvo se mandasse S. Magestade povoar a Serra Leoa, que para ella se irião de boa mente e deixarião tudo quanto na ilha tinhão, a qual segundo esta cançada de trabalhos que ha padecido depressa deixarão”.⁵⁰

André Álvares de Almada observou o perigo relativo aos corsários franceses e ingleses e as ameaças que estes constituíam para Cabo Verde.

“Porque pela continuação dos Francezes e Inglezes, da Ilha não armão navios para ella, o segundo tudo vai afracando cada vêz será peor. (...) Abrindo estas portas a seus vassallos, se fecharão aos estrangeiros, os quaes enriquecem as suas terras com o que destas partes levão; e della podem correr para a Costa da Malagueta com o mesmo trato, e cessarão os Francezes e Inglezes”⁵¹

Antes de se passar ao escrutínio da narrativa de Dampier, interessa fazer uma breve apresentação do autor. Dampier (1652-1715) foi um botânico britânico, ocasionalmente também *bucaneiro*⁵², descobridor da Austrália Ocidental (Nova Holanda), historiador natural e a primeira pessoa que circum-navegou o mundo três vezes, em 1697, 1701 e 1708. Assim, pode afirmar-se que atravessou frequentemente o mundo exótico, geográfica e etnograficamente. É indiscutível que foi um dos pioneiros das explorações científicas. A sua obra, comparável à de Francisco Carletti, também foi publicada depois de se ter realizado a sua primeira viagem.⁵³ *New voyage round the world* foi dedicada ao presidente da Sociedade Real, Charles Montagu Earl of Halifax.

Os finais do século XVII e o início do século XVIII foi uma época em que a ciência começava a estar no centro de interesse das viagens marítimas, desempenhando um papel inquestionável no envolvimento do Império britânico nas colónias americanas. As viagens científicas desempenhavam, assim, um papel no avanço da colonização, conforme observaram Sebastian Jobs e Gesa Mackenthun: “the turn to the eighteenth century also marked the turn from an earlier naive empiricism to an extreme scepticism

⁵⁰ André Álvares de ALMADA, *Tratado breve...*, op.cit., p. 93.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 93-94.

⁵² Bucaneiro era um pirata que atacava os navios espanhóis no Caribe.

⁵³ Adrian Mitchell Geraldine BARNES, “Measuring the Marvellous: Science and the Exotic in William Dampier” in *Eighteenth-Century Life*, [Williamsburg], vol. 26, n.º 3, The College of William & Mary, 2002, pp. 45-57.

- hence the great cultural investment in modern sciences as the building of an empire of truth and epistemic mercantilism.”⁵⁴

Desta forma, ao falar da experiência *bucaneira* de Willam Dampier, deve entender-se que no âmbito das suas atividades de pilhagem, também executou tarefas ligadas à sua curiosidade científica. Por exemplo, da sua exploração científica do Pacífico resultou num tratado de ventos e o surgimento da própria climatologia⁵⁵. A obra de William Dampier tinha um carácter bem diferentes dos textos analisados para o século XVI, pois estes foram escritos com o objetivo de atrair e seduzir os leitores europeus para um mundo desconhecido e, assim, nem sempre apresentavam um relato preciso. As descrições de Dampier, representante do espírito científico de uma nova época, podem ser, portanto, consideradas mais fiáveis.

A descrição sobre Cabo Verde de William Dampier é abundante em apontamentos sobre a sua geografia. Ao contrário dos outros relatos de viagem, na obra de Dampier já não existe uma Ribeira Grande rica e cosmopolita. Pelo contrário, segundo as observações do navegador britânico as trocas comerciais estavam organizadas de modo incipiente e realizavam-se apenas com o propósito de preencher algumas das mais elementares necessidades dos moradores do arquipélago, bem longe das trocas comerciais do século XVI, que envolviam produtos de elevado valor e mesmo alguns de luxo.

“Travelers must have a care of these People, for they are very thievish; if they see an opportunity will snatch anything from you, and run away with it. We did not touch at this Island in this Voyage, but I was there before this year in the year 1670(...).”⁵⁶

William Dampier usou frequentemente a palavra “pobre”, para descrever a situação econômica geral da ilha de Sal, mas também a dos moradores e, até mesmo, do governador e dos seus oficiais. O antigo escambo de produtos de luxo e exóticos fora substituído por trocas de produtos alimentícios e vestuário. Por exemplo, na ilha de Sal,

⁵⁴ Sebastian JOBS, Gesa MACKENTHUN, *Agents of Transculturation*, Munster, Verlag GmbH, vol.6, 2013, p. 131.

⁵⁵ Encyclopaedia Britannica. Em linha, 25/06/2015, <http://www.britannica.com/biography/William-Dampier>.

⁵⁶ William DAMPIER, *New Voyage round the world*, vol. I. Printed for James Knapton, London, 1697, p. 76.

que Dampier afirmou ser extremamente pobre, quase desabitada, e onde os navios estrangeiros não iam já há alguns anos, a tripulação britânica trocou com o governador, por piedade, as suas velhas roupas por carne caprina. Os poucos moradores portugueses que aí habitavam, também negociaram com os britânicos pedaços de âmbar em troca de roupa.⁵⁷

Os britânicos visitaram ainda as ilhas de S. Nicolau e de Maio, cujas situação econômica era um pouco melhor do que na ilha de Sal. Na ilha de S. Nicolau, rica em fauna e flora, havia uma atividade pecuária caprina bem desenvolvida, o que contribuía para algum bem-estar dos seus moradores. Não escapou à sua observação que o governador se encontrava bem vestido, o que contrastava com a aparência pobre dos seus funcionários. Dampier observou também o cultivo de plantas de origem americana, o milho e a batata, um importante legado do comércio atlântico que, durante o século XVI, fizera a riqueza de Cabo Verde.⁵⁸

William Dampier forneceu uma descrição detalhada da ilha de Santiago. Segundo seus relatos, nesta ilha havia duas grandes cidades, a Ribeira Grande e a Praia, mas também umas vilas menores. Notou que o governador desta ilha ainda exercia o poder em todo o arquipélago de Cabo Verde. Contudo, a rica cidade de Ribeira Grande do século XVI, tinha mudado drasticamente. Embora, o porto continuasse atraente para as tripulações estrangeiras, já não era um porto fervilhante de vida comercial. Primeiro, porque a situação econômica das ilhas piorara, e, por consequência, degradara-se também a qualidade de vida dos moradores da Ribeira Grande. Segundo, porque o comércio ganhou um caráter muito mais primitivo, no qual os moradores de Santiago ofereciam aos estrangeiros produtos elementares como novilhos, porcos, cabras, aves e ovos, em troca de produtos manufaturados como roupas, camisas e lençóis.⁵⁹

Face ao exposto, pode concluir-se que, na viragem do século XVII para o XVIII, a Ribeira Grande perdera o seu caráter cosmopolita, o seu valor econômico, político e estratégico. Estas características foram exclusivas do século XVI. No entanto, deve

⁵⁷ William DAMPIER, *New Voyage round the world*, vol. I. Printed for James Knapton, London, 1697, pp. 72-73.

⁵⁸ *Ibidem*, pp.74-76.

⁵⁹ William DAMPIER, *New Voyage round the world*, vol. I. Printed for James Knapton, London, 1697, pp. 67-77.

notar-se que a partir da fase de decadência, Cabo Verde começou a escrever a sua própria história, baseada sobretudo na população nascida endogenamente.

I.3 Cabo Verde e o Atlântico

I. 3.1. Cabo Verde e o Atlântico Sul

Ao analisar a história de Cabo Verde é essencial entender o contributo do oceano Atlântico para o desenvolvimento das várias formas de convivência social entre os indivíduos que aí viviam, assim como para o tipo de economia desenvolvida. É importante notar que houve uma forte ligação entre o Atlântico e Cabo Verde em construção, o que determinou a sua história e geopolítica. Não há dúvida de que a geopolítica, ou seja, a posição de Cabo Verde dentro das rotas comerciais do Atlântico, determinou o sucesso e o fracasso do arquipélago, o seu desenvolvimento e o seu declínio. Conforme observou Antônio Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva, “o Atlântico constitui, enquanto sistema socioeconômico, um campo estruturado de relações, quando os povos das suas várias margens estabelecem contatos seguros e estáveis, abrindo, assim, caminhos para a formação de redes de interdependências.”⁶⁰

A África atlântica permaneceu afastada, por muitos séculos, das outras costas deste oceano. Os povos viviam isolados. As relações sociais e comerciais mantinham-se muito limitadas e as únicas rotas que ligavam o sul com o norte da África era a rota transsaariana. Na época moderna, os avanços tecnológicos e marítimos, a curiosidade e o espírito humanista permitiram a “abertura do Atlântico. Este processo de abertura do espaço atlântico, que começou no século XV, com a exploração da costa ocidental africana e o descobrimento do Brasil, incentivou as interações multiculturais, sociais e comerciais entre as regiões banhadas pelo oceano Atlântico.

O “mundo atlântico” fez-se sentir nas várias regiões costeiras de ambos os lados do oceano, mas também em regiões mais longínquas como, por exemplo, na costa oriental africana, na Índia e na ilha de Madagáscar. Este espaço amplo mantinha-se bastante vivo, movimentado e sobretudo dinâmico. Pode observar-se a emergência de uma nova sociedade, a sociedade atlântica, cujos indivíduos passaram a partilhar produtos, valores e costumes. Os agentes foram conectados pelo oceano e interligados

⁶⁰ Antônio Leão de Aguiar Cardoso Correia e SILVA, *A influência do Atlântico na formação de Portos em Cabo Verde*, Lisboa, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990, p. 4.

pelas rotas marítimas. A sociedade atlântica, embora não muito homogênea do ponto de vista territorial, passou a ser integrada cultural e comercialmente. Os portos atlânticos tornaram-se os centros difusores de novidades, ideias e estilos de vida.⁶¹

Assim, durante os descobrimentos portugueses e espanhóis, o mundo atlântico criou-se e recriou-se constantemente, à medida que foi absorvendo novos espaços. Através deste oceano, nasceram os primeiros contatos estáveis transatlânticos entre os diferentes povos da Europa, da Ásia, da América e da África. Perante a crescente necessidade de circulação de capital, nasceram vários núcleos importantes do ponto de vista da geopolítica, com a finalidade de facilitar a comunicação, convivência e troca. Entre estes, encontrava-se Cabo Verde.

Deste modo, Cabo Verde nasceu no período de construção de um Atlântico intercomunicante, o que determinou o seu carácter portuário, urbano e mercantil. Cabo Verde funcionou durante muito tempo como uma cidade-porto e não como uma região virada para o interior. Os portos atlânticos tiveram um carácter fortemente urbano, que requeria uma administração bem estruturada. Além disso, os povoados nestas cidades, por seu carácter flutuante, aumentavam devido à alta taxa de imigração e não de nascimento.⁶²

A cidade-porto de Cabo Verde foi a Ribeira Grande, que assumiu as funções de ponto de escala, entreposto e o lugar de controlo e apoio ao tráfego internacional de escravos. Todas as outras atividades, nomeadamente agrícolas, começaram por ser secundárias e de apoio ao comércio. Contudo, no século XVII a realidade económica era já diferente, havendo uma nova ordem hierárquica entre os sectores, com a agricultura e a indústria, mais concretamente a panaria, a assumirem papéis mais importantes.

A região litorânea, onde se concentravam as atividades do comércio internacional, perdeu importância, dando lugar ao interior da economia agrária. As atividades económicas com dimensão internacional e transatlântica entraram em decadência, surgindo uma economia local e interior.⁶³ A economia cabo-verdiana

⁶¹ Estevam C. THOMSON, “O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)” em *Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, [Belo Horizonte], vol. 4, n.º 2, Ago/Dez 2012, pp. 80-85.

⁶² Antônio Leão de Aguiar Cardoso Correia e SILVA, *A influência...* op.cit., pp. 3-7.

⁶³ *Ibidem*, p. 12.

passou a alimentar-se de atividades como a agricultura, criação de gado, pescas, recolha de urzela e sangue-de-gado.⁶⁴

Contudo, o comércio foi o grande dinamizador do mundo atlântico, nomeadamente o comércio de escravos, que permitiu a ligação entre a África e a América. Se numa primeira fase, durante o século XVI, Cabo Verde esteve perfeitamente integrado neste circuito, no século XVII tinha-se tornado periférico, o que ditou o fim da sua dimensão internacional e transatlântica.

I. 3.2. Cabo Verde e o tráfico na costa ocidental africana

Cabo Verde teve dupla função no comércio de escravos do Atlântico, uma vez que foi receptor e local de escoamento de cativos para a América. Em Cabo Verde, como noutras colónias portuguesas do Atlântico, o trabalho forçado foi empregue nos sectores produtivos, na agricultura e na pequena indústria. Como escreveu James Walvin: “a utilização de trabalho escravo africano foi uma mudança-chave nesta nova forma de cultivo tropical - é uma mudança que viria a transformar os trópicos americanos (...). As novas colónias do Atlântico não recorreram à África para obter mão-de-obra, mas sim para obter mão-de-obra escrava”.⁶⁵

A integração do escravo africano no sistema colonial europeu fez-se por meio de duas etapas. Na primeira, ocorrida no século XV, o escravo africano foi sendo, paulatinamente, integrado nas várias práticas sociais europeias. Não há dúvida de que os escravos foram um elemento essencial no povoamento e na exploração dos arquipélagos atlânticos, particularmente de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ajudando a estabelecer uma certa continuidade com o continente fronteiro. Nos finais do século XV e princípios do século XVI, com o surgimento da América espanhola e portuguesa, a exploração da mão-de-obra escrava ganhou uma nova dinâmica. Devido ao baixo número de população oriunda da Península Ibérica, os colonos residentes nas Américas não foram capazes de preencher as necessidades de mão-de-obra local. Este facto, juntamente com as dificuldades de reduzir à escravidão os índios americanos, conduziram ao recurso de escravos africanos e ao seu transporte através do Atlântico. Assim, os cativos africanos tornaram-se a base fundamental da estrutura económica das

⁶⁴ Rui Ferreira Ribeiro de MEIRELES, “Os Açores e o Atlântico (séculos XIV - XVII)”, in *Relatório e contas da Comissão organizadora do Colóquio Internacional*, Angra do Heroísmo, XLVII, 1984, p. 31.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 50-51.

Américas, quer na produção agrícola, quer na exploração mineral e noutro tipo de atividades como, por exemplo, na instalação dos núcleos urbanos.⁶⁶

Deve sublinhar-se que a escravatura já existia em África. No Congo, no Benim e na Serra Leoa o modelo escravocrata era determinante na organização social. Contudo, na sua forma primitiva, esta baseava-se num sistema de parentesco e os cativos eram sobretudo, criminosos ou devedores, que perdiam a sua liberdade, ou de familiares, como forma de pagamento das suas dívidas. No Congo havia duas regiões de plantações e vilas de escravos, São Salvador e Banza Sônio. A elite congolense dispunha de escravos e, além disso, investia nas plantações de São Tomé, para onde enviavam os seus escravos. No Benim, as autoridades locais eram responsáveis por estabelecer e manter as relações de escravidão. Os cativos eram obrigados a trabalhar na mineração e eram utilizados como carregadores pelos comerciantes. A Serra Leoa foi a única região, das acima mencionadas, onde a escravatura resultava de guerras internas. No entanto, a escravatura transatlântica nasceu com a fundação das colónias portuguesa e espanholas na América, ou seja, os comerciantes europeus acentuaram o desenvolvimento da escravatura e transformaram-na numa instituição, alterando o seu carácter exclusivamente terrestre e dando-lhe uma dimensão marítima.⁶⁷ Mais tarde, a escravatura foi adoptada como forma de exploração colonial por Franceses, Holandeses e Ingleses.

I. 3.3. Cabo Verde e o tráfico de escravos transatlântico

Cabo Verde desempenhou um papel essencial no comércio triangular transatlântico de escravos, por estar localizado no meio do caminho entre a Europa, as Américas e a África. Podemos, então, atribuir-lhe as seguintes funções: um ponto de escala de navegação marítima, um ponto de passagem de escravos africanos provenientes da costa ocidental do continente africano, um armazém de escravos e um reservatório de mão-de-obra. Além disto, Cabo Verde foi o lugar onde os escravos contactavam pela primeira vez com a cultura europeia, onde eram obrigados a adotá-la e se preparavam culturalmente para a viagem para a América. Por exemplo, era em Cabo

⁶⁶ Isabel de Castro HENRIQUES, João MEDINA, *A rota de Escravos, Angola e a rede do comércio negro*, Ministério da Cultura, [Luanda], Cegia, 1996, pp. 116-122.

⁶⁷ Paul E. LOVEJOY, *A escravidão na África, Uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, pp. 80-85.

Verde que eram batizados, conheciam os primeiros rudimentos do Cristianismo e aprendiam algum Português.

A relação de Cabo Verde com o comércio de escravos organizado a partir da costa ocidental africana foi determinada pela própria Coroa portuguesa que, como se viu, concedeu aos seus moradores o direito de resgatar escravos na costa da Guiné. Perante as dificuldades de povoamento, o Rei tornou Cabo Verde uma zona franca, ou seja, todo o transporte de escravos e mercadorias era obrigado a aportar na ilha de Santiago com fim de se cobrarem impostos alfandegários e o dízimo devido à Fazenda Real.

Com o desenvolvimento de uma agricultura baseada na mão-de-obra escrava, surgiu em Cabo Verde uma sociedade escravocrata, onde os senhores eram grandes proprietários de terras, e exerciam também controlo sobre o comércio e a indústria artesanal.

A partir de 1472, o trato de escravos apenas podia ser realizado por navios que pertenciam aos moradores de Santiago e que possuíam o direito de aquisição de escravos na costa africana. A vila de Ribeira Grande reforçou, assim, a sua posição hegemônica relativamente às outras ilhas cabo-verdianas.⁶⁸

Arlindo Manuel Caldeira chamou a atenção para mais uma função desempenhada por Cabo Verde, a de intermediário no tráfico de escravos entre os mercadores da costa africana, da Península Ibérica e a América. Assim, o arquipélago era, na maioria das vezes, apenas um lugar de passagem para mercadores, marinheiros e escravos.

Entre 1541-1546 da cidade de Ribeira Grande partiram 68 navios espanhóis com 7442 escravos a bordo rumo à América. Os mercadores de Santiago frequentavam as regiões do atual Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Serra Leoa, com a finalidade de obter escravos. Teoricamente, os mercadores santiaguenses podiam trazer

⁶⁸ Leila Leite HERNANDEZ, *Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde*, São Paulo, Selo Negro, 2002, pp. 22-25.

à costa africana apenas mercadorias endógenas de Cabo Verde, ou seja, algodão e cavalos, mas também levavam metais, tecidos e ferramentas.⁶⁹

Em conclusão, através dos relatos de viagens e de outro tipo de documentação tornam-se perceptíveis as dimensões régias, regionais, que também comprovaram que Cabo Verde alcançou o seu esplendor máximo no século XVI. A dimensão régia e regional, visível sobretudo nos finais do século XV, coincidiram com as primeiras descrições do arquipélago, que procuraram mostrar as suas potencialidades. A dimensão internacional do século XVI ficou bem patente nos escritos de Francisco Carletti, que retratou as ilhas como lugares estratégicos e de grande relevância. A dimensão internacional de Cabo Verde expressou-se, sobretudo, através da sua influência no Atlântico Sul e no tráfico de escravos transatlântico. A dimensão internacional de Santiago permitiu o surgimento da cidade da Ribeira Grande e do seu cosmopolitismo.

⁶⁹ Arlindo Manuel CALDEIRA, *Escravos e traficantes no império português, o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013, pp. 55-60.

CAPÍTULO II

A cidade da Ribeira Grande na época do nascimento do Mundo Global

II.1. O desenvolvimento efêmero da Ribeira Grande. Ascensão e declínio

Iva Cabral, nas suas pesquisas sobre a ilha de Santiago, sublinhou dois aspetos importantes que devem ser tidos em conta. O desenvolvimento da navegação atlântica e o avanço para o Atlântico Sul estava estruturado para funcionar em dois planos – vertical e horizontal. O primeiro surgiu com o descobrimento do próprio arquipélago, desenvolvendo-se através das relações comerciais entre a Europa e a África, nas quais Santiago desempenhou as funções de mediador. A sua localização insular, bem como o afastamento geográfico do continente africano permitiram que os portugueses tivessem um porto seguro, sem demasiados custos políticos e militares, através do qual intervinham na costa fronteira.

A navegação horizontal, também notada por Iva Cabral, evoluiu com o descobrimento do caminho marítimo para a América e com o início do tráfico de escravos, encontrando-se Santiago no centro das relações entre a América e a África. Em consequência destas duas linhas de navegação, surgiram três importantes circuitos comerciais, a saber: o euro-africano, o africano e o afro-americano, que no decorrer do século XVI, construíram as carreiras transcontinentais que passavam na cidade da Ribeira Grande.⁷⁰

A ilha de Santiago era assim, simultaneamente, uma fortaleza e uma feitoria. A Ribeira Grande desempenhou as funções de fortaleza por ser um lugar de difícil acesso e de feitoria, pois era um centro comercial controlado pela Coroa portuguesa. Esta dupla função, que lhe advinha da sua posição privilegiada na encruzilhada do Atlântico, marcou de forma indelével a forma como será administrada e o tipo de instituições que viu serem transplantadas de Portugal.

Como observou Iva Cabral, “a descoberta de Cabo Verde não foi resultado de planos de pesquisas, como o caminho marítimo para a Índia, nem de missões

⁷⁰ Iva CABRAL, Maria Emília Madeira SANTOS, “Um Laboratório Expedito para uma Sociedade Crioula”. Em *linha*, 10/06/2015, <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/344/1/Um%20laborat%C3%B3rio%20expedito%20para%20uma%20sociedade%20crioula.pdf>, pp. 1-2.

exploratórias, como as que reconheceram e levantaram os litorais do continente africano. Foi um achado (1460) não previsto nas viagens marítimas portuguesas [...]”.⁷¹ Não obstante esta realidade, a ocupação do território foi desde cedo planeado, com a chegada de povoadores e das principais instituições administrativas, judiciais e eclesiásticas.

O relatório de Francisco de Andrade, sargento-mor da ilha de Santiago, datado de 26 de janeiro de 1582, contém importantes informações sobre Cabo Verde no século XVI. O documento fornece informações sobre a bem estruturada administração régia existente em Cabo Verde.

“Reside nesta ilha o bispo de todo este bispado [...] e tem a sua sé na casa da Santa Misericórdia desta cidade [...], reside também o capitão e governador da justiça, como a feitoria do trato, comércio de Guiné e todos os oficiais, assim da justiça como da fazenda que para o serviço da sua Majestade são necessários”.⁷²

Através dos dados fornecidos neste relatório é possível chegar a um número aproximado dos habitantes de Cabo Verde. Segundo Francisco de Andrade, a cidade da Ribeira Grande continuava a ser o lugar mais habitado em todo o arquipélago. Estimou que havia 508 moradores (vizinhos) e 5700 escravos. No interior da ilha haviam cerca de 6000 pessoas, mais precisamente 600 “homens brancos e pardos”, 400 “pretos forros casados” e 5000 escravos. Na crescente cidade da vila da Praia, que mais tarde se viria a tornar a nova capital de Cabo Verde, residiam 200 moradores e 1000 escravos. Por sua vez, na ilha do Fogo, residiam 300 moradores e 2000 escravos.⁷³

O início do século XVII trouxe o descontentamento dos moradores da ilha de Santiago, causado pela crescente miséria e pelo empobrecimento da população santiaguense. As causas para a decadência residiam na perda da sua posição privilegiada na cobrança de impostos aos navios que partiam para a América⁷⁴, na progressiva fragilização da sua posição no trato de escravos da Guiné, uma vez que os navios

⁷¹ *Ibidem*, p.1.

⁷² “Relações de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde”, 26/0/1582 in AGS – Guerra Antígua, maço 122, fls. 180 c. sgs, publ. em *MMA*, s. II, vol. III, doc.42, p. 99.

⁷³ *Ibidem*, pp.99-101.

⁷⁴ “Carta dos oficiais da câmara da cidade da Ribeira Grande ao rei”, 14/03/1616, Santiago in *AHU*, Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da série de Cabo Verde, 2014, Cx.1, D.46.

negreiros deixaram de passar pela ilha de Santiago, o que agravou ainda mais a sua situação econômica⁷⁵.

O descontentamento foi visível entre os funcionários régios e entre os indivíduos de maior prestígio, isto é, os proprietários de terra e os mercadores atuantes no comércio africano. Estes indivíduos tinham assento na Câmara da cidade da Ribeira Grande, a qual enviou uma carta ao rei D. Filipe II, fazendo queixa da sua difícil situação. Esta conduziu à miséria dos moradores da ilha de Santiago e da Fazenda Real, devido à falta de rendimento da feitoria, o que resultou na escassez de dinheiro para os pagamentos do clero e dos oficiais.⁷⁶

Independentemente da deterioração da situação social e econômica da Ribeira Grande, a cidade continuava a ser o principal centro de interesse de mercadores e oficiais régios. A análise do inventário do Arquivo Histórico Ultramarino permite também observar que a cidade continuava a desempenhar um papel administrativo importante ainda no século XVII. Até aos meados desta centúria, a correspondência administrativa foi sendo mantida entre Lisboa, Madrid e a Ribeira Grande e, apenas a partir da década de cinquenta, começaram a ser enviadas cartas de outros lugares do arquipélago, nomeadamente, da ilha do Fogo. Contudo, até ao final do século XVII, da Ribeira Grande foram enviadas as missivas dos governadores de Cabo Verde, dos provedores e dos membros da Mesa da Santa Casa da Misericórdia.

Os primeiros planos para mudar a capital da Ribeira Grande para a vila da Praia são datados da década de oitenta do século XVI. Numa carta de 24 de janeiro de 1582 enviada por um militar espanhol, Diego Florez de Valdez, ao rei D. Filipe I, apareceram as primeiras sugestões de mudança do trato para a cidade da Praia.

“A donde yo soy de parecer que vuestra Majestad debria de pasar el trato deste puerto de Santiago al de la Playa, por ser mejor puerto, y grande, y cerrado de todo temporal, y lugar a donde, si el enemigo se apoderase, seria señor de la isla,

⁷⁵ “Carta do Nicolau de Castilho ao rei”, 30/06/1616, Santiago in *AHU*, Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da série de Cabo Verde, 2014, Cx.1, D.51.

⁷⁶ Carta dos oficias da câmara da cidade da Ribeira Grande ao rei, 27/05/1617, in *AHU*, *Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da série de Cabo Verde*, 2014, cx.1, doc.58.

y puede hacerse fuerte con mucha facilidade, y a poca costa, y es lugar más sano [...]”.⁷⁷

Outra proposta de mudança da capital da Ribeira Grande para a Praia surgiu pela pena do cardeal Alberto ao Rei, em 12 de julho de 1586. Devido aos problemas de fortificação da ilha de Santiago, acreditava que a capital do arquipélago deveria ser mudada.

“E cada um deles me deu apontamentos assim sobre esta fortificação, como sobre se mudar aquela cidade para a vila da Praia, neste tempo, em que he mister tanto para se reedificar. Os quais que vi em conselhos. [...] E quer o capitão Gaspar Luís de Mello vise os que deu João Nunez, por estarem deferentes na mudança da cidade para a vila da Praia [...] E me parece que asi na fortificação daquela cidade como na mudança dela, será serviço da vossa majestade seguir a ordem que aponta Joao Nunez [...].⁷⁸”.

Para além dos problemas defensivos, a Ribeira Grande também era pouco sadia, ao contrário da Praia, que era vista como tendo um clima menos maléfico para os Europeus.

“Há na mesma ilha outra povoação que se chama a Villa da Praia, a qual tem bom porto e é lugar mais sadio que a cidade, porque está em um sitio alto [...]. E por estas razões se tratou algumas vezes de mudar a cidade para este sitio e fortificá-lo, o que se fizesse redundara em grande agmento a terra”.⁷⁹

A mudança da capital da Ribeira Grande para a vila da Praia foi decretada em 14 de agosto de 1652, mas somente foi realizada em 1769.⁸⁰ Embora o papel político e econômico da Ribeira Grande tenha diminuído significativamente na viragem do século XVI para o XVII, a cidade continuava a desempenhar um papel importante nas missões religiosas, pois ligava Cabo Verde com a África. Em meados do século XVII, a Ribeira

⁷⁷ “Carta de Diego Florez de Valdez ao rei D. Filipe I”, 21/01/1582 in *Colección de Documentos Ineditos para la historia de España por el Marqués de la Fuentesantana del Valle, D. José Sancho Rayon y D. Francisco de Zabáburu*, Madrid, 1889, tom. XCIV, pp. 540-544, publ. em *MMA*, S. II, vol. 3, doc. 41, p. 93.

⁷⁸ “Carta do Cardeal Alberto ao rei”, 12/07/1586 in AGS-Secretarias Provinciales (Portugal), liv. 1550, fl.357, publ. em *MMA*, s. II, vol. III, doc. 51. pp.140-141.

⁷⁹ “Relação da Costa da Guiné”, c.1606 in BAL – Cód. 51-VIII-25, fls.119-122 v., BNL – Cx. 207, doc. 88, publ. em *MMA*, s. II, vol. IV, doc. 56, p. 209.

⁸⁰ *Ibidem*.

Grande chamava a atenção de vários missionários que tencionavam fundar aí os seus conventos.⁸¹ Não há dúvida de que a nível comercial, a antiga capital de Cabo Verde perdeu importância no final do século XVI, mas apesar disto, no contexto religioso permaneceu um lugar importante.

II.2. As influências da cidade da Ribeira Grande

A cidade da Ribeira Grande foi reconhecida por vários historiadores, tanto lusófonos como internacionais, como um lugar cosmopolita no século XVI e um campo de experimentação em vários campos. Iva Cabral descreveu-a “como ponto estratégico cuja importância para o Atlântico oscilou ao sabor de muitos interesses, por aqui passaram notícias, ambições, riquezas, ruína, morte, destruição, mas também aqui surgiu capacidade de recuperação endógena e da iniciativa do isolamento”. A historiadora cabo-verdiana também afirmou que aqui surgiu a primeira sociedade escravocrata colonial e uma das primeiras elites coloniais. A Ribeira Grande foi assim um “laboratório onde se experimentou novas formas de colonização, novas relações sociais, novas vivências culturais”, tornando-se o primeiro “centro urbano colonial nos trópicos” onde “nasceu o encontro de dois mundos o Europeu e o Africano”.⁸²

A ilha de Santiago foi também centro de troca de conhecimento onde foram desenvolvidos processos de dimensão global, por exemplo, “formas de escravatura e plantações de açúcar nos trópicos foram transferidas em larga escala para a América Portuguesa”. A migração e circulação das pessoas ajudaram as ilhas atlânticas portuguesas a criarem “um vetor luso-tropical para a expansão e adaptação dos Portugueses na América”.⁸³

António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva reconheceu a especificidade da cidade da Ribeira Grande por ser um porto com um carácter urbano e transoceânico, que logrou concentrar uma população internacional, atrair funcionários régios e estabelecer

⁸¹ “Fundação do Convento da Soledade na cidade da Ribeira Grande”, 20/09/1657 in CMP – Fundo Azevedo, n.1Ç, Crónica da Província da Soledade, cit., tom. II, p. 904, publ. em MMA, s. II, vol. VI, doc. 62, pp. 121-122.

⁸² Iva CABRAL, Maria Emília Madeira SANTOS, Maria João SOARES, Maria Manuel Ferraz Torrão, “Cabo Verde, uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)”, p. 3. Em linda, 12/06/2015, [http://www.portaldocohecimento.gov.cv/bitstream/10961/358/1/Cabo%20Verde%20Uma%20Experi%C3%Aancia%20Colonial%20Acelerada%20\(Sec.XVI-XVII\).pdf](http://www.portaldocohecimento.gov.cv/bitstream/10961/358/1/Cabo%20Verde%20Uma%20Experi%C3%Aancia%20Colonial%20Acelerada%20(Sec.XVI-XVII).pdf).

⁸³ F. BETHENCOURT, D.R CURTO, *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, Lisboa, Edições 70, 2010 p. 117.

uma máquina burocrática. Conforme observou, “a prosperidade comercial, o crescimento da estrutura administrativa do estado e o alargamento da rede urbana, fazem-nos acreditar numa tendência democrática expansiva para todo o século XVI”.⁸⁴ O historiador comparou a cidade-porto com um microcosmos social “que alberga no seu seio uma grande heterogeneidade social”.⁸⁵

Assim, a internacionalização do porto da Ribeira Grande pode ser avaliada através das pessoas que aí moravam e pelas atividades comerciais por estas realizadas. No primeiro caso, convém destacar as diferentes origens dos viajantes, os seus modos de vidas distintos e as suas diversas ocupações profissionais. Portugueses, Castelhanos, Judeus, Ingleses, Franceses, Holandeses ou Africanos iam para a Ribeira Grande como funcionários régios, mercadores, contrabandistas, piratas, marinheiros, aventureiros, escravos. No caso das atividades comerciais, destaque-se a comercialização dos produtos através de importações, exportações, depósitos ou sistema de impostos, bem como a prestação de serviços, como o abastecimento, a reparação de navios, o fornecimento de alimentação ou de combustível e a troca de informações náuticas e meteorológicas.

Em virtude dos fatos mencionados, observa-se que a Ribeira Grande foi um caso excecional no Império português da época moderna, sendo um centro privilegiado de troca de conhecimento e de informações, um lugar onde se cruzavam as mais importantes rotas marítimas do mundo de então. O presente trabalho tem o objetivo estudar os vários processos que levaram à criação de dinâmicas internacionais no porto da primeira cidade lusófona nos trópicos – a Ribeira Grande. A internacionalização do porto cabo-verdiano ocorreu essencialmente por duas vias, através das políticas planeadas pela Coroa portuguesa e por ações que se podem classificar como espontâneas.

A partir do momento do seu achamento, Cabo Verde entrou para as preocupações coloniais da Coroa portuguesa, que procurou aí criar infraestruturas políticas, administrativas e comerciais. Os moradores de Cabo Verde compartilhavam o sentimento de necessidade de criação de instituições semelhantes às da sua terra de

⁸⁴ António Leão de Aguiar Cardoso Correia e SILVA, *A influência do Atlântico na formação de portos em Cabo Verde*, Centro de Estudos da História e de Cartografia Antiga, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990, p. 6.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 7.

origem. Em consequência disto, levaram consigo os padrões europeus, espalharam a doutrina cristã e estabeleceram as instituições políticas, públicas e religiosas já existentes em Portugal. Convém lembrar que a cidade da Ribeira Grande, mesmo tendo nascido num lugar antes desconhecido e deserto, foi construída por Portugueses e de acordo com as suas matrizes culturais.

Pela observação dos aspetos analisados, entende-se que Cabo Verde era uma colônia planeada e controlada, onde havia um projeto político. Isto ocorreu de acordo com os princípios do vigente sistema colonial que pretendia a ocupação efetiva de espaços ultramarinos estratégicos. Assim, havia um esforço para manter o domínio real sobre o arquipélago e de encontrar soluções para uma possível perda de controlo. Numa primeira fase, a ilha de Santiago foi sujeita ao sistema de capitánias hereditárias. Contudo, como os donatários acumulavam riqueza e tornavam-se cada vez mais influentes, poderosos e, em consequência, independentes, dividiu-se o arquipélago em mais capitánias hereditárias com objetivo de limitar o poder local, e criar novos órgãos administrativos que o controlavam, evitando desta maneira a concentração de poder numa só mão.

Através da hierarquização da sociedade cabo-verdiana, a Coroa portuguesa logrou manter a ordem. Isto mostra que os instrumentos políticos usados por Portugal serviram para manter o domínio real sobre Cabo Verde. Os privilégios outorgados pelo rei, o sistema de tributação e os impostos, a consequente política de *mare clausum*, o investimento nas plantações e o desenvolvimento do sistema escravocrata provam que a cidade da Ribeira Grande foi controlada pela Coroa portuguesa.⁸⁶

A partir de 1466, a presença portuguesa na ilha de Santiago e, nomeadamente, na cidade da Ribeira Grande ganhou um carácter contínuo, tornando-se a colonização mais sistemática. Não há dúvida de que o comércio e a perspectiva de lucro impulsionaram as ações régias, seguindo-se o princípio de que “onde há comércio, há poder”. Conforme observou Ângela Domingues, o poder local “visava controlar, desde a sua formação, o tráfico comercial que se desenvolveria entre Santiago e os rios da Guiné. Todo o aparelho real, ou seja, fiscal, montado em Cabo Verde até finais do

⁸⁶ Amarílis Barbosa MARTINS, *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*, Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2009, pp. 22-23.

século XV vive de necessidade de fiscalização tributária decorrentes do comércio com a costa africana".⁸⁷

Por outro lado, convém lembrar que, devido à distância geográfica muitos acontecimentos não podiam ser controlados pelo centro. O fator principal que determinou as ações espontâneas, isto é, não programadas, era o fato de originalmente Cabo Verde ser deserto, com um clima muito hostil, por onde proliferavam as doenças tropicais que punham em risco a saúde dos viajantes. Para as ações não planeadas pela Coroa também contribuíram a falta de mão-de-obra e a migração predominantemente masculina. A falta de recursos humanos e a pouca vontade dos Europeus se fixarem na cidade da Ribeira Grande proporcionaram fenômenos que fugiram totalmente ao controlo real. Seguindo-se este raciocínio, entende-se que algumas atividades comerciais aconteceram fora do âmbito legal. A ocupação por parte de Africanos de cargos políticos e eclesiásticos, também pode ser considerada como uma ação espontânea, uma vez que foi desencadeada pelo pouco interesse dos Europeus se fixarem em Cabo Verde.

II.3. O processo gradativo da internacionalização da cidade da Ribeira Grande

A internacionalização do maior porto cabo-verdiano do tempo na ilha de Santiago foi muito complexa, envolvendo várias etapas. Com a vinda dos primeiros Portugueses e dos escravos africanos, iniciou-se um processo de aportuguesamento e africanização da nascente vida pública e social do arquipélago. Estes dois processos, acrescentados pela europeização, construíram uma base para a gradual internacionalização da Ribeira Grande. Por esta razão, entende-se que o estudo das influências portuguesa, africana e europeia são essenciais para se entender o desenvolvimento gradativo da cidade da Ribeira Grande enquanto centro cosmopolita.

O grau de internacionalização de Cabo Verde pode ser apreciado através da circulação de bens, produtos, mercadorias e pessoas. Por outro lado, esta característica também pode ser avaliada através da experimentação e trocas culturais entre europeus e africanos. No arquipélago surgiram formas de vivência inéditas, nascidas deste contato, assim como um novo modelo econômico, que tinha por base o sistema escravocrata.

⁸⁷ Ângela DOMINGUES, "Administração e instituições: Transplante, adaptação, funcionamento", publ. em *HGCV-I*, p. 69.

O processo de aportuguesamento começou na própria construção da cidade da Ribeira Grande, expresso tanto nos edifícios físicos, como nas instituições sociais e políticas, que mimetizavam as existentes em Portugal. Pode supor-se que, apesar do seu caráter cosmopolita e, assim, das suas múltiplas influências, a cidade era na sua génese uma cópia do mundo português. Simultaneamente, o arquipélago cabo-verdiano estava também a ser africanizado, com a ida de escravos provenientes da costa ocidental africana, que levavam os seus próprias hábitos e padrões socioculturais.

Convém lembrar que, do ponto de vista político e administrativo, Cabo Verde mantinha as tradições portuguesas e seguia as mesmas regras que existiam em Portugal. A Ribeira Grande, além de ser o primeiro aglomerado populacional deste arquipélago, era também a primeira cidade fundada por europeus a sul do trópico de Câncer. A cidade foi construída, literal e metaforicamente, pelos portugueses e, por isso, a capital cabo-verdiana devia a sua feição à “metrópole”. A maior parte dos materiais que edificaram muitas das construções da Ribeira Grande foram trazidos de Portugal. Mas se neste caso a influência portuguesa foi meramente simbólica, o mesmo não se pode afirmar sobre as estruturas políticas e administrativas da Ribeira Grande, que eram réplicas das existentes nas cidades portuguesas do Reino e nos outros arquipélagos atlânticos. Apesar da base portuguesa, o modelo urbano da Ribeira Grande foi ajustado ao clima tropical africano.

No final do século XV e no início do século XVI, a Ribeira Grande era dominada pela pequena nobreza portuguesa, que ia para Cabo Verde à procura de recompensas pelos serviços militares e administrativos prestados ao rei. Consigo levavam as instituições e cargos administrativos que deviam facilitar a sua vida e também aprimorar a organização interna de Cabo Verde. A Câmara era o órgão político local de maior relevância e era constituída por juizes, tesoureiros, um escrivão, um procurador e vereadores. Os ofícios mais influentes estavam nas mãos dos juizes, que eram responsáveis pela ordem pública e o cumprimento das leis régias. As competências dos vereadores centravam-se na gestão dos bens do concelho, nomeadamente, cobravam impostos, zelavam pela propriedade comum, como poços ou caminhos, fixavam os salários e fiscalizavam os preços dos produtos.⁸⁸ O escrivão controlava as entradas e as saídas das rendas da Câmara e registava os atos eleitorais

⁸⁸ Ângela DOMIGUES, “Administração...”, op. cit, p. 67.

dos vereadores. Os corregedores e os feitores eram responsáveis pelo comércio. O almoxarife, coadjuvado por um escrivão, controlava o comércio com a costa da Guiné.⁸⁹ Nota-se que na cidade da Ribeira Grande existiam indivíduos com os seguintes títulos de nobreza, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e os seguintes ofícios, juizes e vereadores. O cargo de almotacé, que em Portugal era um funcionário de confiança, ligado à gestão financeira municipal, foi também mencionado em várias cartas. O ofício existia em Cabo Verde e a pessoa que o ocupava, sendo eleita pela Câmara, era responsável pela inspeção dos pesos, medidas, preços de géneros e pela limpeza da cidade⁹⁰.

O almoxarife era outro cargo de grande relevância que, tanto em Portugal como na Ribeira Grande, era responsável pela cobrança e arrecadação de impostos. Inicialmente, a sua área de atuação era limitada e as suas responsabilidades básicas estavam expressas na carta de privilégio de 1466. Com o crescente interesse dos Portugueses por Cabo Verde, as suas tarefas foram ampliadas sendo responsável pela cobrança de impostos sobre os movimentos comerciais e pelo controlo do tráfico.⁹¹ Na Ribeira Grande existia também um cargo de corregedor, que em Portugal representava a Coroa em todas as comarcas, exercendo o poder judicial. As mesmas funções foram-lhe atribuídas na capital cabo-verdiana. Além da estrutura administrativa, os Portugueses levaram consigo também as instituições e profissões que lhes facilitavam a vida em Cabo Verde. O fato de se estabelecer um hospital na Ribeira Grande e de se contratarem médicos prova que os Portugueses iam para Cabo Verde com o objetivo de se fixarem, e não apenas de explorarem superficialmente a região.

Pelo que atrás foi exposto, pode concluir-se que Portugal exerceu forte influência na cidade cabo-verdiana, o que se observa na continuação dos títulos de nobreza, ofícios régios e estruturas administrativas. Convém assinalar que este processo ocorreu no século XVI, quando Cabo Verde ainda desempenhava um papel muito importante no circuito internacional. Enquanto os reinóis tiveram oportunidade para lucrarem com o trato da Guiné continuaram a ir à ilha de Santiago. As ligações entre estes e Portugal mantiveram-se muito fortes. Quando Cabo Verde perdeu a sua posição privilegiada, a nobreza portuguesa deixou de comerciar com África através da Ribeira

⁸⁹ Amarílis Barbosa MARTINS, *Relações entre Portugal...*, op. cit., pp. 23-25.

⁹⁰ Paulo da Costa FERREIRA, “Do ofício de almotacé na idade de Lisboa (século XVIII)”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, 2ª série, nº. 1, (janeiro-junho 2014).

⁹¹ Ângela Domingues, “Administração...”, op. cit., p. 69.

Grande. A partir de então, ou seja, do final do século XVI, a sociedade cabo-verdiana mudou o seu rumo, porque o grupo social baseado nos portugueses do Reino não se renovou, o que deu espaço para o surgimento dos denominados “brancos da terra”.

Embora não haja documentos que refiram abundantemente o processo de africanização de Cabo Verde, este legado foi muito forte, sendo indiscutivelmente uma marca na genética e na cultura do arquipélago. As relações entre Africanos e Portugueses foram recíprocas. A cultura e a língua portuguesas passaram a fazer parte da vida dos Africanos, chegados a Cabo Verde, como deu testemunho André Álvares de Almada no *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*:

“Entre estes negros andam muitos que sabem falar a nossa língua portuguesa e andam vestidos ao nosso modo, E assim muitas ladinas chamadas tangomãos porque servem aos lançados. E estas negras e negros vão com eles de uns Rios para os outros e à ilha de Santiago”.⁹²

Nova formas culturais nasceram fruto de um processo de criouliização, de transformação e simbioses das heranças portuguesa e africana. Um dos mais destacados investigadores da língua crioula, Adolfo Coelho, defendeu que a “comunidade subordinada” não aceitava a língua dos “dominadores”, o que terá contribuído para o nascimento de um novo dialeto. Os “dominadores” foram assim obrigados ao uso de um novo idioma. Percebe-se que esta situação teve lugar em Cabo Verde e a língua portuguesa foi afastada da comunicação informal. A teoria de Adolfo Coelho demonstra como a “sociedade dominada” desempenhou um papel determinante no processo de criouliização.⁹³ Manuel Veiga, por sua vez, chamou atenção para o fato da minoria branca dominar diferentes dialetos da língua portuguesa, da mesma forma que os africanos falavam várias línguas africanas.⁹⁴ António Carreira, Néilson Eurico Cabral e Lopes da Silva acreditam que a língua crioula nasceu em Cabo Verde e de lá foi levada para o continente africano, através de uma intensa atividade econômica.⁹⁵

⁹² André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, 1594, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 92, pp. 325-326.

⁹³ Barbara HLIBOWICKA-WĘGLARZ, *Portugalskie języki kreolskie w Afryce*, Lublin, Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 2013, pp. 82-83.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 102.

⁹⁵ *Ibidem*, pp. 117-118.

Convém lembrar que foram enviados à ilha de Santiago escravos provenientes de muitas tribos e etnias diferentes da região da Guiné. Desta forma, pode afirmar-se que o próprio processo de africanização foi muito variado e complexo. Os escravos de várias origens tinham que se integrar entre si, partilhando o mesmo espaço de habitação e o espaço de trabalho, as plantações. Depois tinham também que se integrar na sociedade dos colonizadores europeus.

A europeização entende-se como o ato de europeizar algo, ou seja, um processo de formação da visão do mundo de acordo com os padrões europeus, seguindo um estilo de vida semelhante ao europeu. No caso de Cabo Verde, estes estão bem patentes na religião, através da evangelização dos africanos, que aparentemente eram forçados a abandonar as suas crenças, embora estas e os ritos africanos se tenham integrado no Cristianismo.

Aline Dias de Silveira propôs uma definição de europeização, notando que “frequentemente, é utilizado o termo europeização como sinónimo de modernização ou ocidentalização. Com isso, europeização designa, muitas vezes, a expansão europeia [...] mas também, em consequência desta expansão, o processo de europeização do mundo. Esta categorização serve, na maioria das vezes, para a exaltação da superioridade cultural de um centro e dos processos sofridos pelas regiões ditas periféricas”.⁹⁶

Desde sempre, que os Portugueses fizeram um esforço para manter Cabo Verde totalmente sobre domínio do Cristianismo. Entre os vários esforços, destaque-se a ordem de Sebastião que, seguindo as diretrizes do Concílio de Trento, mandou fundar um seminário na cidade da Ribeira Grande. Os alunos eram obrigados a frequentar aulas de gramática da língua latina e aulas de canto, apenas alguns dos exemplos dos mecanismos de europeização dos pupilos. Além disto, fixou-se uma renda anual de duzentos mil reais para sustento desta instituição.

“E cada um ano duzentos mil reais, com que no dito Seminário se doutrinem alguns moços e bons costumes e doutrina, nos quais duzentos mil reais entrarão

⁹⁶ Aline Dias da SILVEIRA, “Europeização e/ou Africanização da Espanha Medieval: Diversidade e unidade cultural europeia em debate”, *História*, São Paulo, 28 (2), 2009. Em linha, 15/06/2015, <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/22.pdf>, pp. 651-652.

os mantimentos ordenados e acrescentamentos do mestre de gramática e do canto que há na dita cidade”.⁹⁷

Sublinhe-se que a doutrinação era uma atividade a longo-prazo.

“E assim seria obrigado ensinar a Doutrina Cristã aos poucos”.⁹⁸

A Mesa da Consciência definiu a doutrinação de Cabo Verde como um grande projeto espiritual que,

“[...] disse se poderia seguir as almas dos moradores daquelas partes, assim cristãos como gentios. [...] E que os ministros que S. Majestade para isso deve mandar as ditas partes devem ser Padres da Companhia, por quanto, conforme a seus Institutos, são mais aptos para ensinar a doutrina, e para terem a seu cargo em partes tão remotas semelhantes Seminários”.⁹⁹

Importa sublinhar que foram os próprios reis portugueses que se envolveram na difusão da fé cristã na cidade da Ribeira Grande e que financiaram as construções das igrejas.

“Eu el Rei como governador etc. faço saber [...] que por tempo de três anos se deem em cada um deles três mil cruzados para se acabarem obras da sé da cidade de Santiago na ilha do Cabo Verde”.¹⁰⁰

A mesma atitude dos reis percebe-se ainda no início do século XVII, estes continuaram a difundir a fé cristã no ultramar português, segundo a declaração do rei Filipe I de Portugal,

“E porque minha primeira e principal obrigação é a da promulgação do santo evangelho, e aumento da nossa sagrada Religião nas terras e Conquistas Ultramarinas e em todas as mais de meus Senhorios [...] para que procureis por todos os meios possíveis que o gentio de todo o distrito desta Capitania do Cabo

⁹⁷ “Carta de D. Sebastião sobre a fundação do seminário de Cabo Verde”, 12/02/1570 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.2, fls. IOV-II, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 3, p. 7.

⁹⁸ “Alvará ao Capelão curado de S. Nicolau Tolentino”, 20/03/1572 in IAN/TT, *Chancelaria de Ordem de Cristo*, liv. 2, fls.52-53v, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 12, p. 33.

⁹⁹ “Consulta de Mesa de Consciência sobre a Guiné e Cabo Verde”, 27/04/1596 in ARSI, *Lus.*, vol.83, fls.329-329 v, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 95, pp. 383-384.

¹⁰⁰ “Construção da Sé de Cabo Verde”, 12/06/1586 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.6, fl.341, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 54, p. 138-139.

Verde venha em conhecimento de nossa santa fé, para o que tenho por muito importante a assistência dos Religiosos da Companhia de Jesus que lá se enviarão por minha ordem”.¹⁰¹

É preciso destacar também a importância dos neófitos negros e da sua integração na religião cristã, o que constitui prova do sucesso da europeização de Cabo Verde. O padre Fernão Rebelo apontou a capacidade intelectual dos africanos, reconhecendo que podiam ter oportunidade de ascensão dentro das estruturas eclesiais:

“Los gentiles sin fee au que la piden el zelo de V.P que interim de los muchos que van al Brasil, o de otros podia ir dos o três y quedarse en el Cabo Verde, por onde tiene de passar, y tomar experiência de la tierra y del fructo que pode hazerse, porque es gentio innumerable y de mas capacidade de todos los negro de Africa, de quien se puede ordenar sacerdotes e predicadores, para que por los mismos naturales se coserve y administre a Iglesia”.¹⁰²

Em consequência disto, nota-se que os africanos livres não eram necessariamente prejudicados, sendo possível fazerem parte das estruturas eclesiais. Tal era o caso do padre João Pinto, natural da Guiné, sacerdote de “raça preta” e de origem Jalofa que, incorporando os padrões europeus de vida e de costumes, entrou na Companhia de Jesus. O rei, Filipe I de Portugal, mandou pagar anualmente 60 mil reais ao padre João Pinto para que este se ocupasse da conversão dos infiéis de Cabo Verde e do sertão africano.

“[...] fazer mercê a João Pinto, meu capelão, natural de Guiné, que enquanto ele estiver a residir no sertão das Ilhas do Cabo Verde e contingentes a elas, na conversão dos gentios da dita ilha, tenha e ala de minha fazenda sessenta mil reais cada um ano que lhe serão pagos no almoxarifado da ilha de Cabo Verde”.¹⁰³

Destaque-se também a existência de duas profissões que serviam para a difusão da cultura europeia na cidade da Ribeira Grande, a de mestre de gramática de latim e a

¹⁰¹ “Regimento do Governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva”, 9/11/1605 in BAL, 51-VIII-21, fls.176-178, publ. em MMA, s. II, vol. IV, doc. 29, pp. 81-82.

¹⁰² “Carta do padre Fernão Rebelo ao padre Geral da Companhia”, 13/09/1585 in ARSI, *Lus.*, Cod. 69, fl.151, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 50, p. 129.

¹⁰³ “Alvará de mercê ao padre João Pinto, sacerdote de raça Jalofa”, 3/12/1587 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.7, fls. 272 v-273, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 60, p. 153.

de organista da Sé de Cabo Verde. Nos finais do século XVI, o mestre de gramática era muito mais bem remunerado do que o organista. A partir de 1588, o primeiro recebia trinta mil reais cada ano para seu mantimento¹⁰⁴, enquanto o segundo, apenas vinte mil reais.¹⁰⁵

Em virtude do que atrás foi dito e fazendo uso da definição de europeização proposta por Aline Dias de Silveira, observa-se que, no caso de Cabo Verde, a europeização não refletiu necessariamente a “exaltação da superioridade cultural de um centro e dos processos sofridos pelas regiões ditas periféricas”. Em Cabo Verde a europeização sentiu-se, sobretudo, na religião havendo espaço nas restantes dinâmicas culturais para a influência africana, portuguesa e mestiça. Todos os moradores de Cabo Verde estavam sujeitos a estes processos. Portanto, a europeização será associada principalmente com a cristianização, sendo um processo complementar ao aportuguesamento e à africanização, tendo contribuído de uma forma significativa para a formação de Cabo Verde. Convém assinalar que dificilmente se encontram outros modos de europeização, quer cultural¹⁰⁶, quer política. Cabo Verde, o arquipélago desabitado e deserto, teve que começar a sua existência a partir de zero.

Em conclusão, os três processos, aportuguesamento, africanos e europeização foram fenómenos complementares que moldaram a cultura e a sociedade da Ribeira Grande e os húmus onde se desenvolveu a sua dinâmica internacional, contribuindo de forma clara para o seu cosmopolitismo. Em seguida, vai analisar-se o contributo concreto que o processo de aportuguesamento e a africanização deram à Ribeira Grande.

II. 4 A internacionalização da cidade da Ribeira Grande

Para que o arquipélago de Cabo Verde tivesse conhecido um período de internacionalização foi necessário existir um período de desenvolvimento tanto endógeno como exterior. De facto, o século XVI constituiu uma época de grande

¹⁰⁴ “Mercê ao mestre de gramatica da ilha de Santiago”, 23/09/1588 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 7, fl.208 v., publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 65, pp. 169-170.

¹⁰⁵ “Mercê ao organista da Sé de Cabo Verde”, 23/09/1588 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 7, fl.299 v., publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 67, pp. 173-175.

¹⁰⁶ Nos relatos sobre os costumes africanos europeizados, por exemplo, o modo de vestir-se, predominam apenas as referências dos povos da costa ocidental africana. Acredita-se, porém, que as plantas europeias mudaram a dieta dos africanos na cidade da Ribeira Grande, da mesma maneira como as plantas africanas levaram a revolução de sabores na Europa.

prosperidade no comércio à escala global, com Portugal e Cabo Verde a desempenhar um papel de destaque.

O desenvolvimento comercial do porto da Ribeira Grande só foi possível graças às condições geradas pelo Reino de Portugal. Em primeiro lugar, vale a pena mencionar a estabilização política deste Reino, com a chegada ao poder da dinastia Avis. Observa-se que a partir do século XV, Portugal era um estado territorial, constituído com uma língua e um projeto comum, criando-se o sentimento de pertença a uma comunidade. Nos finais do século XV Portugal estabeleceu a paz com Castela, celebrada em 1479 e ratificada um ano depois, pondo assim fim ao conflito existente na Península Ibérica. Este tratado, nomeado de Alcáçovas-Toledo, foi o primeiro que reconheceu as zonas de influência ultramarina portuguesa e castelhana. As guerras destes vizinhos ibéricos estenderam-se ao palco internacional o que levou Portugal a procurar o reconhecimento internacional das suas terras recém-descobertas. Portugal manteve o controle sobre as suas possessões marítimas na Guiné, na Mina, nos Açores, na Madeira e em Cabo Verde. Castela ficou com a soberania sobre as ilhas das Canárias. A Portugal foi concedida a exclusividade da conquista do Reino de Fez.¹⁰⁷ O tratado estabeleceu as pazes perpétuas, elemento fundamental para o desenvolvimento do comércio internacional. A estabilidade política contribuiu para a criação de um sistema de troca de mercadorias muito elaborada e integrando novas rotas. No Tratado de Alcáçovas-Toledo foram fundamentais as seguintes declarações: “Pazes perpetuas e sin limitaciones de tempo alguno” e “buena paz y amistad leal para verdadera estable e firme perpetua e valedera para todo siempre jamas asi por mar como por tierra”.

Convém assinalar que os processos da internacionalização de Cabo Verde não ocorreram em condições de livre comércio, cuja importância foi enfatizada pelos economistas clássicos e neoclássicos, como Adam Smith. A sua ideia económica foi baseada na compatibilidade dos interesses económicos dos indivíduos e na harmonia geral, que devia resultar no intercâmbio internacional livre, salientando que as trocas comerciais beneficiavam as nações envolvidas.¹⁰⁸

O fenómeno do comércio internacional no porto da Ribeira Grande ocorreu num regime de *mare clausum*, ou seja, sob a jurisdição e dominação de Portugal e de

¹⁰⁷ Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa. Em linha, 15/06/2015, <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=768>.

¹⁰⁸ T. RYNARZEWSKI, *Strategiczna polityka handlu międzynarodowego*, Warszawa, Polskie Wydawnictwo Ekonomiczne, 2005, pp. 18-19.

Castela. Este regime foi uma política defendida pelos países da Península Ibérica na época da Expansão, que foi contestada no final do século XVI, com a criação de companhias marítimas holandesas e britânicas. Os dois tratados, o de Alcáçovas de 1479 e o de Tordesilhas de 1494, deram início à política do "mar fechado". Neste contexto histórico surgiu Cabo Verde internacional.

O economista polonês, Jerzy Dudziński observou que o comércio externo pode ser analisado através de cinco fatores, tais como: a circulação de bens; a excelência científica e técnica; a população; o capital; e a prestação de serviços. Todas estas formas de circulação são variantes de grande importância que incluem o recurso nacional no processo de intercâmbio internacional e devem, portanto, ser consideradas em conjunto.¹⁰⁹ Ao estudar o processo de internacionalização do porto da Ribeira Grande é possível analisar cada um destes pontos.

II.4.1. A circulação de bens na cidade da Ribeira Grande

Ao analisar a circulação de bens na cidade da então capital cabo-verdiana, convém assinalar as principais atividades comerciais. Desta maneira destaque-se o comércio externo que foi executado através da celebração de vários tipos de transações, que incluiu duas formas básicas de circulação de produtos, a importação e a exportação. O terceiro tipo de comércio, especialmente importante no estudo da Ribeira Grande, foi a reexportação, ou seja, a exportação de produtos provenientes de anteriores importações, nomeadamente os escravos.¹¹⁰ De facto, a reexportação foi a principal atividade comercial que teve lugar na cidade da Ribeira Grande.

A reexportação ocorre sempre devido à posição privilegiada de um lugar ou a condições políticas favoráveis. O porto da Ribeira Grande cumpria ambas as condições pois, por ser uma ilha localizada a meio caminho entre três continentes, teve um carácter estratégico e, além disto, por ser um lugar deserto e afastado dos reinos africanos, garantia a tão necessária estabilidade política e militar.

Como observou Ilídio Cabral Baleno, "a valorização da Ribeira Grande vai ser efetivamente um resultado do comércio externo. A importância deste setor é de tal

¹⁰⁹ J. DUDZIŃSKI, *Podstawy handlu zagranicznego*, Warszawa, Difin, 2010, p. 13.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 16.

ordem que todo o desenvolvimento socioeconômico da ilha a ele se encontra ligado, ficando, por conseguinte, muito suscetível às mínimas flutuações que se verificar”.¹¹¹

Produtos comerciais em Cabo Verde. Passagem e permanência

Pelo porto da Ribeira Grande passaram a maior parte das armadas que rumavam para a Índia e para as Américas. As embarcações que regressavam do Novo Mundo deixaram nos portos cabo-verdianos as sementes de novas espécies que posteriormente, foram aí plantadas ou conservadas, e depois levadas para o sul da África e para o Oriente. Desta forma, entende-o porto da Ribeira Grande foi uma placa giratória, através da qual se difundiram as plantas americanas pelo globo.

Ao nível da fauna, Cabo Verde foi também um receptáculo, onde os portugueses introduziram, por exemplo, as cabras que se davam aí muito bem. Esta informação encontra-se, entre outras fontes, na relação do piloto de Vila do Conde que exaltava a excelente qualidade da carne caprina.¹¹² Este piloto registou também os "inumeráveis jardins de laranjeiras, cidras, limeiras, romeiras e figos de boa qualidade", a introdução de "palmeiras que dão cocos" provavelmente vindas do Oriente. O piloto observou que eram plantadas as sementes de hortaliça que eram anualmente levadas de Espanha, pois era necessário replantá-las todos os anos.¹¹³

Gaspar Frutuoso, historiador e sacerdote, que escreveu nos finais do século XVI, notou a existência de muitas frutas como peras, figos, melões, uvas, que cresciam o ano todo e também de "muitas bananeiras que dão uns figos da feição de pepinos que se chamam bananas".¹¹⁴

Na carta do padre Baltazar Barreira ao conde Meirinho-Mor, datada de 1604, encontram-se informações sobre a riqueza da flora da ilha de Santiago. O autor da carta mencionou o cultivo de espécies como a cana-de-açúcar, tâmaras, marmeleiros, figueiras, limoeiros, melões, uvas, laranjas. Dois anos depois, acrescentou ainda as

¹¹¹ Ilídio Cabral BALEANO, "Povoamento e Formação da Sociedade", publ. em *HGGV-I*, p. 134.

¹¹² Jose E. Mendes FERRÃO, *A Aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2005, p. 49.

¹¹³ *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel CALDEIRA, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2009, pp. 89-91.

¹¹⁴ Jose E. Mendes FERRÃO, "A Aventura...", op.cit., pp. 53-54.

maçãs, as peras e os mamões.¹¹⁵ Algumas destas plantas tinham origem em África e na Ásia.

O capitão André Álvares de Almada fez observações semelhantes observando que a terra “é tão abundante de tudo que nada lhe falta, abastada de muitos mantimentos, muita fresca de ribeiras de água, laranjeiras, cidreiras, limoeiro, canas-de-açúcar, muitos palmares, muita madeira excelente”.¹¹⁶

Note-se que estas plantas, tendo circulado por vários continentes, foram cultivadas em Cabo Verde, passando pelo porto principal da Ribeira Grande. Das Américas foram trazidas para Cabo Verde o carrapato, a mandioca, o milho e a purgueira. O carrapato, com origem na América tropical, foi introduzido nas ilhas, não se sabendo quando, contudo, tornou-se num produto fundamental na indústria de *grog*, um dos dois principais produtos de exportação de Cabo Verde.¹¹⁷ A mandioca foi trazida da América do Sul.¹¹⁸ O milho teve uma passagem rápida da América para a África, cujo cultivo foi difundido por todas as terras tropicais. As fontes históricas apontam para a importação de milho de Cabo Verde entre 1514 e 1516.¹¹⁹ A purgueira foi introduzida em Cabo Verde ou pelos portugueses do Brasil, ou pelos espanhóis das Antilhas.

As plantas que foram trazidas para Cabo Verde do Oriente foram o arroz, a bananeira, os citrinos e o coqueiro. O arroz foi introduzido pelos portugueses muito cedo. Contudo, não se sabe se o arroz foi levado do Reino, onde já era muito bem conhecido, ou se foi trazido diretamente do Oriente. A bananeira foi descrita por Gaspar Frutuoso que a observou na ilha de Santiago, nos finais do século XVI.¹²⁰ Os citrinos, que provinham do sudeste asiático, foram provavelmente trazidos de lá pelos portugueses. O piloto de Vila do Conde já tinha feito referência à existência de laranjeiras na ilha de Santiago, em meados do século XVI.¹²¹ Nesta ilha os coqueiros eram de grande relevância. O piloto de Vila de Conde observou a presença de coqueiro,

¹¹⁵ Ibidem, pp. 67-69.

¹¹⁶ Maria Emília Madeira SANTOS, “As estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a fresca Serra Leoa, uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico”, Coimbra, 1998, (vol. XXXIV), p. 488. Separata da Revista da Universidade de Coimbra.

¹¹⁷ Jose E. Mendes FERRÃO, “A Aventura...”, op.cit., p. 115.

¹¹⁸ Ibidem, pp. 128-131.

¹¹⁹ Ibidem, p. 143.

¹²⁰ Ibidem, p. 184.

¹²¹ Ibidem, p. 206.

chamados de noz de Índia, nas proximidades da Ribeira Grande, por volta de 1545. Nos anos de 1582 e 1591, a presença destas plantas na ilha de Santiago foi notada por Gaspar Frutuoso, que observou que muitas palmeiras destas plantas davam cocos. O historiador britânico, H.C. Harries, num artigo "The Cape Verde region (1499-1549) - the key to coconout in the Western Hemisphere" supôs que as ilhas de Cabo Verde desempenharam um papel fundamental na distribuição do coqueiro no mundo ocidental e que, provavelmente, o coqueiro foi levado de Cabo Verde para a América Central e do Sul.¹²²

Convém também lembrar as tentativas de cultivo de cana-de-açúcar em Cabo Verde. As primeiras plantações surgiram logo após a descoberta deste arquipélago, tendo sido enviada da ilha de Madeira. Porém, a produção foi muito pequena e nunca chegou a competir com as plantações daquele arquipélago. O padre Baltazar Barreira, numa carta escrita ao padre João Álvares, em 1 de agosto de 1606, observou que " há também canaviais de açúcar, mas o faze-lo aonde não há engenhos de agua, custa muito trabalho, porque toda a cana se pisa em pilões". Duas décadas depois, em 1622, André Faro escreveu que na ilha de Santiago havia açúcar de boa qualidade, mas não era tão bom como o do Brasil. Em 1721, os negociantes de Lisboa continuavam a enviar um navio para Cabo Verde com fim de comprar o açúcar. Contudo, em 1797, João da Silva Feijó observou que o açúcar cabo-verdiano servia principalmente para a produção de aguardente.¹²³

A reexportação observa-se também no caso dos escravos, originários do litoral africano, que foram comercializados a partir da Ribeira Grande. Ressalta-se que este porto era ao mesmo tempo importador, exportador e um entreposto comercial de escravos, trazidos da costa ocidental africana.¹²⁴

A Ribeira Grande tornou-se no principal porto de reexportação de escravos a partir de 1492, quando os espanhóis e portugueses, perante a exploração do novo continente e a falta de recursos demográficos decidiram investir na mão-de-obra escrava. Não há dúvidas de que o escravo, enquanto produto comercial, serviu como móbil de ligação entre este porto cabo-verdiano e dos portos do continente americano. A

¹²² Ibidem, pp. 227-231.

¹²³ Ibidem, p. 32.

¹²⁴ Maria Manuel TORRÃO, "Atividade comercial externa de Cabo verde, organização, funcionamento, evolução", publ. em *HGCV-I*, pp. 293.

partir da primeira década do século XVI, existem numerosos registos de cobrança, que constituem prova do grande movimento de navios de escravos que passavam pela Ribeira Grande. Os navios negreiros pagavam aí os quartos e vintenas pelos escravos resgatados na costa da Guiné.

Em 1514, foram cobrados os impostos sobre o navio de Santa Catarina, pertencente ao armador João Vaz, no porto da Ribeira. Neste registo verifica-se que o escravo era tratado exatamente do mesmo modo que as outras mercadorias, como o marfim e o arroz. A partir desta data observa-se que os impostos cobrados sobre os escravos estavam equiparados às plantas, especiarias ou animais¹²⁵.

Os registos de cobrança, incluídos no *Corpo Documental da História Geral de Cabo Verde*, proporcionam informações sobre os outros gêneros de produtos que partiam, com os escravos, do porto cabo-verdiano, como o marfim, o arroz, o milho, as gamelas, os balaios, a cera, os couros vacuns e a manteiga. Estes registos permitem chegar a importantes conclusões. Do porto da Ribeira Grande partiam navios carregados de produtos não manufacturados, principalmente plantas e especiarias. Graças aos títulos de saídas e entradas dos navios pertencentes a Castela e às outras regiões europeias, sabe-se que à cidade da Ribeira Grande chegavam barcos carregados de produtos manufacturados e de luxo, que, provavelmente, não eram reexportados, mas seriam consumidos pelos moradores da cidade. Na lista de mercadorias que aportavam à Ribeira Grande encontravam-se produtos como: facas, sombreros, camisas de pano da terra, figos, jarretas de barro, vinho, biscoito, talhadores de málega branca, tigelas de málega, vassouras, pano francês, queijos, amêndoas, sabões, cordas, pregos, presilhas, canhamaço, jarras de azeite, panelas vidradas, toalhas de mesa, trigo, pano verde, pano vermelho, pano de Londres roxo, damasco preto, passas de uvas, salseirinhas de mostarda, caldeirinhas de cobre, almaraias de água rosada, mel de abelha, estopa, nozes. Nos registos de saída dos mesmos navios constavam principalmente escravos, marfim e algodão¹²⁶.

O gênero de produtos que chegavam à Ribeira Grande refletia a situação socioeconômica dos moradores daquela cidade. Tratavam-se de indivíduos com algum

¹²⁵ A lista das mercadorias publicada em *HGCV-CD-II*, p. 72.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 233-250.

poder de compra, capazes de importar produtos que não eram produzidos no arquipélago, nem na costa fronteiriça, e que não eram de primeira necessidade.

As mercadorias que passavam pelo porto da Ribeira Grande permitem fazer as seguintes afirmações. A esta cidade chegavam produtos vindos de todas as partes do mundo, de África, da Europa, da América e do Oriente, o que comprova o carácter internacional deste importante porto atlântico. Os habitantes da cidade, tanto os moradores brancos, como os escravos africanos, tinham acesso a produtos oriundos de várias partes do globo, nomeadamente, às frutas exóticas. Porém, convém explicar, que os produtos de luxo eram acessíveis exclusivamente para os moradores brancos. A chegada de mercadorias de luxo demonstra não apenas o cosmopolitismo cabo-verdiano, mas também explica melhor as circunstâncias que permitiram a internacionalização deste arquipélago. A intensiva troca de produtos ocorreu no momento em que a ilha de Santiago era dominada por uma elite que atingiu o seu ponto mais elevado em termos de influência, de poder, e de capacidade económica.

A ligação com África

Pela ilha de Santiago cruzavam-se dois grandes circuitos comerciais, nomeadamente, o circuito africano e o circuito euro-africano. Para o primeiro, a ilha de Santiago foi tanto o ponto de partida como o de chegada e o destino final era a costa ocidental africana. Porém, estima-se que, através dos cálculos incluídos no “Livro da Receita da Renda das Ilhas de Cabo Verde”, a média anual de navios que circulavam entre Cabo Verde e a costa da Guiné era de 14 a 15 navios. O segundo circuito, o euro-africano, dividia-se em dois centros motores, Portugal e Castela. Estes dois pontos regionais tinham a ilha de Santiago como ponto de escala, que se tornou numa placa giratória no contexto destes eixos comerciais importantes. A capital cabo-verdiana era o porto de chegada de produtos oriundos da Europa e o porto de partida com destino à costa da Guiné, e ainda o porto por onde passavam as mercadorias africanas que iam para a Europa.¹²⁷

Os produtos comerciais endógenos com maior sucesso no arquipélago serviram como forma de pagamento nas transações na costa africana. O algodão é disso exemplo. Este produto começou por ser comprado apenas pela Fazenda Real que, posteriormente, o distribuía aos contratadores ligados ao comércio negreiro. A

¹²⁷ Maria Manuel Ferra TORRÃO, “Atividade...”, op. cit., pp. 258-266.

importância do algodão fez com que muitos proprietários rurais investissem na manufatura de panos que depois eram trocados por produtos africanos.¹²⁸ Assim, o algodão tornou-se o produto endógeno de Cabo Verde com maior sucesso nas exportações. A importância do algodão é atestada pela política que a Coroa portuguesa teve sobre este produto. A partir de 1472, o algodão cultivado neste arquipélago passou a ser comercializado inicialmente apenas com a região da Guiné e depois com Lisboa e a Flandres. A partir de 1480, o algodão entrou na lista de mercadorias defendidas pela Coroa portuguesa, que não permitia a exportação das fibras brancas. Porém, após obter a licença régia, o comércio deste produto foi permitido em França, na Inglaterra e na Flandres.¹²⁹

A noz de cola foi outro fruto que desempenhou um importante papel como forma de pagamento no comércio interafricano, mais concretamente na costa africana entre o Senegal e Angola. No início do século XVI, tornou-se num produto fundamental nas rotas comerciais. A importância desta planta foi reconhecida pela maioria dos reis africanos. Supõe-se que a noz de cola era tão valiosa como o ouro ou os tecidos de algodão.¹³⁰ Esta fruta, além de ser apenas uma substância estimulante, desempenhava vários papéis na medicina, sendo também uma fruta simbólica, utilizada nos rituais religiosos africanos.

Sobre o grande valor da cola no comércio interafricano escreveu André Álvares de Almada, na sua obra intitulada *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*, através do qual sabe-se que esta planta era comercializada nas redes inter-regionais da costa africana.

“Entre todas a mais estimada é a cola, fruto que se dá na Serra Leoa e seus limites; e vale tanto neste Rio, que dão tudo a troco dela, assim mantimentos como roupa, escravos e ouro. E é tão estimada que a levam até ao Reino do Gran-Fulo, donde vale muito, e assim nos mais Rios do nosso Guiné”.¹³¹

¹²⁸ António CARREIRA, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Mira Sintra, Instituto Caboverdiano do Livro, 1983, pp. 30-31.

¹²⁹ Bertelina Maria do Rosário de BRITO, *Comércio de algodões e cavalos em Cabo Verde (1460-1535): Consequências económicas, sociais e institucionais*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 86-89.

¹³⁰ Site de Buala. Em linha, 19/06/2015, <http://www.buala.org/pt/a-ler/a-noz-de-cola-um-fruto-simbolico>.

¹³¹ André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*, Lisboa, Editorial L.I.A.M., 1964, p. 48.

“A cola, de que já tratámos, vale em todo Guiné, mas neste Rio é mais estimada que em todos os outros; usam estes negros dela como na nossa Índia do betele, porque com a cola, que é como uma castanha, caminha um negro todo o dia, comendo nela e bebendo da água, e tem-na por medicinal para o fígado e o urinar¹³²

“E a principal mercadoria que aqui corre são colas, nomeadas já algumas vezes, fruto que vem da Serra Leoa ao Rio Grande, e dele o trazem a este. Levam a este trato tudo o que levam a Gâmbia”.¹³³

“Colas, que é o principal resgate para o Rio de Gâmbia e os mais Rios de Guiné, a qual se dá em árvores como castanhas, em ouriços sem espinhos.”¹³⁴

A primeira referência da existência da cola em Cabo Verde foi feita por Francisco de Andrade, nos seus relatos sobre as ilhas de Cabo Verde, apontando como estes produtos era essencial nas trocas comerciais na Senegâmbia.

"uma fruta à maneira de castanha, que chamam cola, de que trazem navios carregados, que vale por toda a Guiné, principalmente no rio de Gâmbia, que é o principal resgate que com ela se faz"¹³⁵

Maria do Rosário Pimentel observou que "apesar do consumo de nozes de cola ser prática corrente entre muitos dos portugueses que frequentavam o litoral africano, ou que habitavam nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, o hábito nunca penetrou na Europa, a não ser pontualmente e, sobretudo, com indicações de caráter terapêutico".¹³⁶

A ligação com o Brasil

Em 1587, Gabriel Soares de Sousa, um português e colono agrícola residente na região da Bahia, publicou uma obra enciclopédica, intitulada *Tratado Descritivo do Brasil*, que tentava descrever a riqueza da terra brasileira. Nesta obra ressalta-se a importância das ilhas de Cabo Verde, como o principal exportador de plantas e animais

¹³² Ibidem, pp. 55-56.

¹³³ Ibidem, p. 81

¹³⁴ Ibidem, p. 126.

¹³⁵ Site de Buala. Em linha, 19/06/2015, <http://www.buala.org/pt/a-ler/a-noz-de-cola-um-fruto-simbolico>.

¹³⁶ Ibidem.

para o Brasil. Segundo o autor, as vacas, os cavalos, as cabras e as ovelhas que chegaram pela primeira vez ao Brasil eram oriundas de Cabo Verde.

“As primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem cada ano e não deixam nunca de parir por velhas”.¹³⁷

“As éguas foram à Bahia de Cabo Verde, das quais se inçou a terra, de modo que, custando em princípio a sessenta mil-réis e mais, pelo que levaram lá muitas todos os anos e cavalos, multiplicaram de uma tal maneira, que valem agora a dez e a doze mil-réis; e há homens que têm em suas granjearias quarenta e cinquenta, as quais parem cada ano; e esperam o cavalo poldras de um ano, como as vacas, e algumas vezes parem duas crianças juntas”.¹³⁸

“As ovelhas e as cabras foram de Portugal e de Cabo Verde, as quais se dão muito bem, umas e outras parem, tirada a primeira paridura, duas crianças e muitas vezes três, as quais emprenham como são de quatro meses e parem cada ano pelo menos duas vezes, cuja carne é sempre muito gorda, mui sadia e saborosa”.¹³⁹

Mas também produtos agrícolas foram transplantados de Cabo Verde para o Brasil, nomeadamente a cana-de-açúcar que teve um papel fundamental na economia brasileira, constituindo o seu primeiro ciclo económico e um dos mais duradouros. Para além da cana sacarina, também foram de Cabo Verde o arroz, o coco e o inhame.

“E comecemos nas canas-de-açúcar, cuja planta levaram à capitania dos Ilhéus das ilhas da Madeira e de Cabo Verde”.¹⁴⁰

“Levaram a semente do arroz ao Brasil de Cabo Verde, cuja palha se a comem os cavalos lhes faz muito mormo, e, se comem muito dela, morrem disso”.¹⁴¹

¹³⁷ Gabriel Soares de SOUSA, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Em linha, 19/06/2015, <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>, p. 163.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 164.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 164.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 165.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 169.

“Foram os primeiros cocos à Bahia de Cabo Verde, de onde se enche a terra, e houvera infinidade deles se não se secaram, como são de oito e dez anos para cima; dizem que lhes nasce um bicho no olho que os faz secar”.¹⁴²

“Da ilha de Cabo Verde e da de São Tomé foram à Bahia inhames que se plantaram na terra logo, onde se deram de maneira que pasmam os negros de Guiné, que são os que usam mais dele”.¹⁴³

As relações entre Cabo Verde e o Brasil foram estreitas desde o início, uma vez que durante a sua viagem de descobrimento em 1500, Pedro Álvares Cabral fez uma escala na cidade da Ribeira Grande, onde alguns anos atrás ancorou também o navio de Vasco da Gama na sua viagem para a Índia.

Após o descobrimento do Brasil, observa-se o estabelecimento de uma intensiva troca comercial que abrangia plantas, animais e seres humanos. Contudo, convém lembrar que do Brasil vieram as plantas que revolucionaram a vida dos moradores de Cabo Verde e que se tornaram a base alimentar desta sociedade, ou seja, milho maíz, milho grosso, feijões e mandioca.

Vitor Paim Gobato, o antigo Embaixador do Brasil em Cabo Verde escreveu "(...) contrariar o poeta e trovador cabo-verdiano B. Leza quanto cantava ser Cabo Verde um pedacinho do Brasil. Sinto que, na verdade, o Brasil é bem antes um pedaço de Cabo Verde".¹⁴⁴

II. 4.2. A circulação do conhecimento científico e técnico na Ribeira Grande

Os objetos da transação podem ser também bens e serviços, assim como bens industriais intangíveis, tais como o *know-how*, ou seja, o conhecimento da técnica, tecnologia ou da organização relacionada com o processo de produção de um determinado produto.¹⁴⁵

Maria Manuel Ferraz Torrão denominou a área do oceano Atlântico por “Atlântico Revolucionário”, reconhecendo a sua importância [...] enquanto espaço da circulação de ideias e de informações, muitas delas fundamentais na modificação da

¹⁴² Ibidem, p. 168.

¹⁴³ Ibidem, p. 169.

¹⁴⁴ Ibidem, pp. 23-24.

¹⁴⁵ J. RYMARCZYK, *Handel zagraniczny, organizacja i technika*, Warszawa, Polskie Wydawnictwo Ekonomiczne, 2002, pp. 24-25

erudição europeia da época, a expressão revolucionária assume, igualmente, uma relevância digna de registo no campo da evolução dos conhecimentos a nível da cultura material e da história das mentalidades”.¹⁴⁶

O conhecimento científico e técnico circulava pelo império português, atingindo também a Ribeira Grande. Neste campo, destaquem-se, entre outros, a produção cavalar, a indústria têxtil, as letras de câmbio, sendo estas formas de pagamento nas transações internacionais, o conhecimento médico e as aprendizagens vivenciais.

Cavalos e algodão

Cabo Verde foi um lugar de transplantação de várias espécies vegetais e animais que, embora terra hostil ao ser humano, oferecia condições climáticas favoráveis a um determinado setor agropecuário. Convém lembrar, que as duas mercadorias, o algodão e os cavalos, foram produzidas neste arquipélago devido ao seu grande valor económico e social, reconhecido entre os povos africanos. A criação de cavalos e o cultivo de algodão foram as duas atividades produtivas que deram maior contributo para o comércio negreiro, sendo estes produtos os mais procurados na costa africana entre os chefes locais que tentavam elevar o seu estatuto social.

O cavalo tornou-se num dos meios de pagamento nos contratos de arrendamento entre a ilha de Santiago e a costa da Guiné. Os cavalos eram animais muito procurados entre os africanos, devido à impossibilidade climática de desenvolver a sua criação no continente africano. A posição geoestratégica e as boas condições naturais propícias à produção cavalar, fizeram da ilha de Santiago um lugar destacado na criação destes animais.¹⁴⁷

"E neste rio de Casamansa [povo Mandinga] vale muito o ferro, e aqui há resgate de escravos por cavalos e por lenços e por pano vermelho".¹⁴⁸

¹⁴⁶ Maria Manuel Ferraz TORRÃO, “Circulação de conhecimentos científicos no Atlântico. De Cabo Verde para Lisboa, Memórias Escritas, Solos e Mineiras, Plantas e animais. Os envios científicos de João da Silva Feijó, José Damião Rodrigues”, *O Atlântico Revolucionário, circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Açores 2012, p. 137.

¹⁴⁷ António Correia e Silva, “Espaço, Ecologia e Economia Interna”, publ. em *HGCV-I*, pp. 187-188.

¹⁴⁸ “Do caminho, rotas e conhecensas do Rio de Gâmbia pera o Cabo Roxo e Rio Grande”, Duarte Pacheco Pereira, op. cit., liv.1, cap. 30, publ. em *MMA*, s. II, vol. I, doc. 106, p. 645.

“E a gente que nesta terra habita são Gogolis e Beafares, e são sujeitos a el-rei do Mandingas. E estes são muito negros de color, e muitos deles andam nus e outros vestidos de panos de algodão. Aqui se resgatam escravos, seis e sete por um cavalo [...]”.¹⁴⁹

O algodão foi outro produto excepcional na história do arquipélago cabo-verdiano, sendo prova das trocas de conhecimento a nível mundial, onde foram envolvidas três culturas diferentes, a europeia, a africana e a asiática. As fibras brancas já eram conhecidas na costa ocidental africana, mas faltava a tecnologia têxtil e de tingimento de algodão. Convém lembrar que a indústria têxtil já existia na África, mas baseava-se principalmente na transformação de couro e de tecidos feitos de tronco de algodão.

André Álvares de Almada, no *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*, observou o costume de usar panos de algodão entre os Jalofos da costa ocidental africana.

“[...] trazem as pernas nuas, e nos pés uns alpercatas de couro cru; e nas cabeças umas carapuças do mesmo pano de algodão”.¹⁵⁰

“[...] em toda esta costa, terra dos Jalofos até os Mandingas, há muito boa roupa de algodão, panos pretos e brancos, e de outras muitas maneiras de preço, e os tintos são tão finos que cegam aos que os veem, os quais se tiram para os outros Rios aonde os não há.”¹⁵¹

Como os tecidos coloridos, de origem asiática, foram de grande importância para os europeus, os moradores de Cabo-Verde resolveram estabelecer também a sua própria produção nas ilhas. Este tipo de algodão passou a ser denominado como produto-rei.¹⁵²

No início do século XVI, os portugueses, no arquipélago cabo-verdiano, começaram a praticar a manufatura de tecidos de algodão, aproveitando a mão-de-obra escrava. Os primeiros “panos da terra” foram tingidos de azul, com o extrato de noz de cola, um produto que, como se viu, era oriundo da Senegâmbia e levado para Cabo

¹⁴⁹ Ibidem, p. 648.

¹⁵⁰ André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*, Lisboa, Editorial L.I.A.M, 1964, p. 12.

¹⁵¹ Ibidem, p. 19.

¹⁵² António Correia e Silva, “Espaço...”, op. cit., pp. 183-184.

Verde. Após a descoberta do caminho marítimo para a Índia, os portugueses procuraram nas terras banhadas pelo oceano Índico o índigo, que passou a ser o mais importante colorante na produção de panos.

Notou-se que a cultura e a indústria têxtil foram transferidas da África para as ilhas, onde ganharam maior dinamismo graças ao conhecimento tecnológico dos portugueses, que investiram em novas técnicas de produção, sendo depois enriquecidas com a chegada de produtos da Índia. Clifford Pereira afirmou que os “panos de algodão se tornaram num ícone da identidade de Cabo Verde”,¹⁵³ tendo notado que “no centro das rotas comerciais portuguesas da Europa para a África, Índia e Brasil, a cultura dominante de Cabo Verde, Kriolu (crioulo), evoluiu como resultado de um intercâmbio global e é demonstrada na história de panos de terra”.¹⁵⁴

Aprendizagens vivenciais

Convém observar que as condições climáticas, bem como as qualidades botânicas e geográficas, eram desconhecidas de todos os indivíduos vindos para Cabo Verde, tanto de Europeus como de Africanos. Embora não haja registos que permitam entender melhor o processo de assimilação e de combate à natureza, supõe-se que deve ter sido um trabalho difícil, na qual participaram os africanos, empregando nesta empresa os seus conhecimentos e práticas quotidianas, adquiridas no continente fronteiriço. Não há dúvida de que a maior ameaça para os Europeus residentes no arquipélago eram as doenças tropicais, como a “doença da terra”, cujos sintomas foram descritos pelo Piloto Português na sua viagem à ilha de S. Tomé.

“Não há memória de que tenha entrado pestilência nesta ilha como nas de Cabo Verde, ande se diz que uma vez que houve grandíssima e tal que o sangue afogava o coração. Aos brancos acometem febres ardentes e fluxos, pelo muito que bebem sem comer, em o tempo que não faz vento, e poucos são os habitantes que passam de cinquenta anos, sendo coisa extraordinária ver um

¹⁵³Ibidem, p.9.

¹⁵⁴Clifford Pereira, “Panos da Escravidão: Panos da terra”. Em linha, 18/06/2015, https://www.academia.edu/6861797/Panos_da_Escravid%C3%A3o_Panos_de_terra, p. 1

homem branco com barba branca, mas os negros chegam a cento e dez anos, por ser o clima apropriado a sua natureza”.¹⁵⁵

Com o passar do tempo, Portugueses e Africanos aprenderam a viver e sobreviver em Cabo Verde, aprofundando o seu conhecimento médico e científico. Porém, é preciso lembrar que, em 1563, foi publicada a primeira obra sobre medicina tropical, intitulada *Colóquio dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, escrita por Garcia da Orta. O fato do livro ser lançado em português, permite supor que era também acessível a alguns dos moradores de Cabo Verde ou viajantes que por aí passaram.

As inovações sociais podem ser entendidas também como novas formas de convivência. Neste âmbito, Cabo Verde apresenta-se como um importante caso de estudo, pois aí surgiu a primeira sociedade escravocrata do Atlântico.

Outro aspecto importante no campo da inovação social, que também se verificou em Cabo Verde, está relacionado com a conversão dos africanos que chegavam ao arquipélago. Em 23 de março de 1514, o rei D. Manuel I mandou obrigatoriamente batizar os escravos da Guiné.

"Mandamos que qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja, que escravos ou escravas da Guiné tiverem, os façam batizar e fazer cristãos".¹⁵⁶

Vários documentos, entre os quais a consulta da Junta sobre o batismo dos negros adultos, datada de 27 de junho de 1623, confirmam que os escravos eram batizados no porto da ilha de Santiago de Cabo Verde, antes de serem embarcados para as Índias de Castela.¹⁵⁷

Pelo que atrás foi exposto, pode concluir-se que tudo o que foi exportado de África para a América ou para a Ásia, passou por um processo de adaptação em Cabo Verde. Plantas, animais (gado) e escravos foram sendo aí preparados para a reexportação. É necessário lembrar que não era fácil transferi-los de uma zona climática

¹⁵⁵ “Notícias das Terras de Guiné (fins do século XVI), Piloto Português - Navegação de Lisboa à Ilha de S. Tomé, publ. em *MMA*, s. I, vol. IV, doc. 142, p. 631.

¹⁵⁶ “Batismo dos escravos da Guiné”, 23/03/1513 in *Ordenações de D. Manuel*, liv. IV, Título XCIV, publ. em *MMA*, s. II, vol. II, doc. 25, pp. 69-70.

¹⁵⁷ “Consulta da Junta sobre o batismo dos negros adultos”, 27/06/162 in IA/TT, *Mesa de Consciência e Ordens*, liv.26, fl.130, in AHU, Cód.35, fls. 120-124, publ. em *MMA*, s. I, vol. VII, doc. 39, pp. 124-130.

para outra, sem preparação prévia. Os vegetais foram plantados em Cabo Verde com fim de se observar se as sementes de outras regiões medravam em terras e zonas climáticas diferentes. No caso dos animais foi testada a sua resistência nos trópicos. Por último, os escravos também eram submetidos a um processo de adaptação, uma vez que eram batizados na Ribeira Grande, sede da missão cristã em África, onde lhes era ensinada a língua portuguesa e onde eram obrigados a aceitar as matrizes culturais básicas dos Europeus.

Letras de câmbio

Perante a crescente demanda de escravos africanos e o conseqüente aumento do tráfico negreiro, foi necessário melhorar as formas de pagamento para facilitar as transações de dimensão transcontinental. O novo sistema comercial exigia o pagamento à distância. Portanto, a partir de metade do século XVI, surgiram as letras de câmbio, utilizadas pelos comerciantes que iam de Cabo Verde para a costa da Guiné. Maria Manuel Ferraz Torrão explicou que “a letra de câmbio consistia no envio de um documento pelo qual o dador fornecia uma soma de dinheiro ao tomador, confiando num subseqüente acerto de contas habitualmente noutra local e noutra moeda, podendo, em casos de quebra de compromisso, recorrer às disposições legais estabelecidas para o efeito”.¹⁵⁸

As letras de câmbio tornaram-se cada vez mais presentes entre os mercadores, especialmente com a crescente insegurança nas rotas marítimas do Atlântico, causada pelas pilhagens dos corsários. Assim, tornou-se um instrumento importante nas negociações internacionais e foi utilizado principalmente pelos agentes envolvidos no tráfico de escravos. Os comerciantes residentes em Portugal davam crédito aos seus representantes da ilha de Santiago que compravam os escravos.¹⁵⁹

Novos desafios

Em Cabo Verde, que foi, como se viu, um verdadeiro campo de experimentação, surgiram novos desafios que precisavam de ser imediatamente superados. Novas formas de vivência e de relações sociais, foram necessárias numa terra isolada e numa zona

¹⁵⁸ Maria Manuel Ferraz TORRÃO, “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento” in *HGCV-II*, p.102.

¹⁵⁹ *Ibidem*, pp. 103-104.

climática diferente. As circunstâncias permitiram o nascimento de uma sociedade distinta e mista, que foi obrigada a aprender tudo a partir do zero.

Conforme foi observado por João Medina e Isabel Castro Henriques, trata-se de uma operação, que também se registrou, embora em menor escala em Cabo Verde, destinada a africanizar a ilha. Estabeleceu-se assim, uma dicotomia, opondo por um lado o mato africanizado, à plantação europeizada".¹⁶⁰ Aproveitando a mão-de-obra africana e o *know-how* europeu, foi possível introduzir plantas do Mediterrâneo, importar plantas asiáticas (jaca, bananeira), assim como espécies americanas (batata doce, mandioca, caju, milho) e ainda plantas africanas (inhame e palmeira dendê).¹⁶¹ Desta maneira, criou-se um novo tipo de homem, obrigado a confrontar-se com a natureza do arquipélago que foi também profundamente transformada pela colonização. Este “novo homem” teve que aprender como cultivar as plantas oriundas de diferentes regiões. Neste caso, o *know-how* europeu, mais especificamente a agricultura europeia, não foram suficientes, sendo necessário recorrer e conciliar os conhecimentos europeu e africano. Não havia nenhuma aprendizagem prévia que facilitasse o processo de cultivo de plantas exóticas, assim o sucesso nasceu de um processo de tentativa e erro.

Pode concluir-se que a novidade não residiu apenas no cruzamento racial, mas principalmente no cruzamento de conhecimento. A sobrevivência de Cabo Verde só foi possível graças à soma de todos os esforços individuais. A cooperação entre os Europeus e os Africanos, embora baseada na relação senhor-escravo, assegurou a sobrevivência da comunidade cabo-verdiana. Perante tantos desafios, ninguém era auto-suficiente. Apenas a troca de conhecimento viabilizou a continuação desta sociedade.

Note-se que por Cabo Verde circulavam não apenas produtos exóticos, mas também o conhecimento científico e o *know-how*, sem os quais não seriam possíveis o desenvolvimento e a sobrevivência deste arquipélago. A Ribeira Grande, por ser localizada num lugar estratégico do império português do século XVI, tornou-se no centro das trocas de conhecimento a nível global, envolvendo várias heranças e tradições culturais.

¹⁶⁰ Isabel Castro HENRIQUES, João MEDINA, *A Rota dos Escravos, Angola e Rede do comércio negro*, [Lisboa]: Cégia, Ministério da Cultura, Angola, p. 120.

¹⁶¹ *Ibidem*.

II. 4.3 A circulação da população na Ribeira Grande

Cabo Verde despovoado, deserto e geograficamente isolado não facilitou a fixação de indivíduos. Como ficou expresso nos capítulos anteriores, a ilha de Santiago atraiu comerciantes, ou seja, uma população flutuante. Esta flexibilidade do primeiro povoamento europeu na África Subsaariana foi compreendida por Iva Cabral, que escreveu: “encontramos assim na primeira capital das ilhas de Cabo Verde e em outras vilas, além dos oficiais régios e camarários subalternos, outro estrado de moradores técnicos e artífices. Eles eram pilotos, marinheiros, padeiros, pedreiros, calafates, sapateiros, boticários, cirurgiões, caçadores, açougueiros e barbeiros. Prestadores de serviços especializados, estes homens davam ao quotidiano um caráter de comunidade urbana e aberta a toda uma população flutuante que entrava e saía do porto, com destinos e origens tão distantes como a Itália e o Peru”.¹⁶² Desta maneira, entende-se que a cidade da Ribeira Grande atraiu pessoas de várias origens, mas também de diferentes profissões.

Para a compreensão da sociedade cabo-verdiana é necessário estudar as principais sociedades que contribuíram para a sua formação. Ilídio Cabral Baleno observou que “para a formação da sociedade cabo-verdiana contribuem inicialmente elementos provenientes de duas áreas geográficas, bastante distintas. Em função da sua procedência vamos dividi-los em dois grandes grupos, brancos europeus e negros africanos [...]”.¹⁶³ Tendo em conta estes aspetos, ou seja, que todos os moradores eram estranhos e que vinham de regiões diferentes, o historiador Baleno entendeu que Cabo Verde era uma autêntica Babel.

Supõe-se que os primeiros portugueses a irem para a ilha de Santiago eram oriundos primeiro do norte e, mais tarde, do sul de Portugal. Não há dúvida de que eram atraídos pelos incentivos comerciais concedidos pelo rei português. Uma vez que seus direitos de comerciarem com a costa da Guiné foram limitados, os portugueses foram obrigados a dedicar-se também à atividade agrícola. Em consequência do crescente interesse dos reinóis pelo rápido enriquecimento através do trato da Guiné, a ilha de Santiago e, em especial, a Ribeira Grande conheceu um rápido desenvolvimento,

¹⁶² Iva Cabral, “Cabo Verde Uma experiência colonial acelerada (sécs. XVI-XVII)”. Em linha, 10/06/2015,

[http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/358/1/Cabo%20Verde%20Uma%20Experi%C3%Aancia%20Colonial%20Acelerada%20\(Sec.XVI-XVII\).pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/358/1/Cabo%20Verde%20Uma%20Experi%C3%Aancia%20Colonial%20Acelerada%20(Sec.XVI-XVII).pdf), pg.5-6.

¹⁶³ Ilídio Cabral BALENO, “Povoamento e formação da sociedade”, publ. em HGCV-I, p. 148.

construindo-se estruturas administrativas e políticas, que conduziram às atracções de mais agentes, para além dos comerciantes.

Depois da chegada dos primeiros comerciantes reinóis, começaram a vir também os primeiros indivíduos que se dedicaram, por exemplo, ao controle e regulamentação das atividades comerciais, à gestão política e administrativa, à assistência espiritual e sanitária. Ilídio Cabral Baleno observou que “assim temos uma camada de indivíduos formada por almoxarifes, contadores, feitores, vedores da Fazenda, ouvidores, missionários, padres, provedores, almotacés, além dos outros. Alguns apenas se encontravam no exercício de missões temporárias e regressavam ao reino depois de terminadas as mesmas, mas outras acabavam por se fixar efetivamente, tornando-se vizinhos”.¹⁶⁴ Iva Cabral notou também a presença de escudeiros, cavaleiros e criados do rei, que se fixaram por um tempo curto ou indeterminado.¹⁶⁵

Além da presença voluntária de portugueses em Cabo Verde, observou-se também a presença forçada, ou seja, de degradados, assim como de profissionais cujos ofícios eram considerados necessários para o desenvolvimento das ilhas, ou seja, os mecânicos e os “homens do mar”. Convém assinalar que a população de Cabo Verde era, de fato, em grande medida, flutuante, formada por mercadores e tripulações de navios que nas ilhas passavam apenas alguns dias, com o fim de carregar e descarregar mercadorias ou fazer aguada. Os cristãos-novos encontraram também em Cabo Verde um lugar, fugindo às perseguições religiosas em Portugal.¹⁶⁶

Entenda-se que o isolamento de Cabo Verde foi quebrado através da ação de dois tipos de intermediários: a população flutuante e os lançados. Os primeiros, foram constituídos por mercadores, pilotos e marujos que abasteciam os moradores da ilha de Santiago dos produtos de primeira necessidade, como alimentos ou os bens produtos manufaturados. Enquanto, os lançados, na costa ocidental africana, desempenhavam, para além de um papel comercial, uma função política. Conforme observou Carlo Lopes, os lançados construíram “a primeira cadeia de ligação entre os poderes locais e a presença europeia, numa altura em que essa presença ainda não se tinha transformado

¹⁶⁴ Ibidem, p. 149.

¹⁶⁵ Iva CABRAL, “Ribeira Grande: Vida urbana, gente, mercancia, estagnação”, publ. em *HGCV-I*, p. 230.

¹⁶⁶ Ilídio Cabral BALENO, “Povoamento...”, op. cit., pp. 150-151.

em dominação territorial”.¹⁶⁷ Deste modo, contribuíram para o desenvolvimento do comércio na região da costa ocidental africana e Cabo Verde, tornando-se intermediários entre as populações locais e os exploradores europeus e contribuíram para o estabelecimento de uma língua franca na região – o crioulo.¹⁶⁸ Sobre estes, escreveu André Álvares de Almada:

“E se não foram estes Portugueses lançados, não tiveram estas duas nações tanto trato em Guiné, nem comércio como tem hoje [...]. Hoje atravessam estes Portugueses lançados todos os Rios e terras dos negros, adquirindo tudo o que acham nelas”.¹⁶⁹

“Este lançado Português se foi ao Reino do Gran-Fulo por ordem do duque de Casão, que é um negro poderoso que habita neste porto [...] e na corte do Gran-Fulo se casou com uma filha sua, da qual teve uma filha, e querendo-se tornar para os portos do mar, lhe deu o sogro licença que a trouxesse consigo. E chama-se João Ferreira natural do Crato, da nação e chamado pelos negros o Ganagoa, quer dizer na língua dos Beafares, homem que fala todas as línguas”.¹⁷⁰

“[...] correndo beira-mar a costa até o porto de Joala, que é onde residem hoje os lançados, em uma aldeia que ali está, povoada de negros, na qual residem também os nossos debaixo da proteção e guarda do alcaide que o Rei ali tem posto [...] onde recolhem algumas vezes os lançados as suas embarcações de lanchas que tem para o seu trato, por temor das nossas galeotas quando lá andam, ou de alguns vizinhos da Ilha [de Santiago].¹⁷¹”

Entre os moradores de Cabo Verde encontravam-se também estrangeiros que iam para Cabo Verde à procura das suas riquezas endógenas, por exemplo, os genoveses procuravam algodão e os castelhanos de Sevilha a urzela.¹⁷² Os primeiros estrangeiros a chegarem à ilha de Santiago foram os Genoveses, membros da tripulação ou da família de António de Noli. Porém, estes nunca desempenharam um papel de grande relevância

¹⁶⁷ Carlo LOPES, “Construção de identidade nos rios de Guiné do Cabo Verde”. Em linha, 29/06/2015, http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_045.pdf, p. 57.

¹⁶⁸ Ibidem, pp. 57-58.

¹⁶⁹ André Álvares de ALMADA, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, 1594, publ. em MMA, s. II, vol. III, doc. 92, p. 252.

¹⁷⁰ Ibidem, pp. 252-253.

¹⁷¹ Ibidem, p. 256.

¹⁷² Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Palas Editora, 1984, p. 172.

no comércio ou na política do arquipélago. Os mais relevantes e ativos estrangeiros que atuaram em Cabo Verde foram os Castelhanos, tanto como moradores, quanto como mercadores. Vários relatos de viagens, inclusive o do Piloto Anônimo, fizeram referência à presença de espanhóis na Ribeira Grande.

“ Esta cidade [da Ribeira Grande] está virada a Sul, tem boas casas de pedra e cal, e habitada por numerosos cavaleiros portugueses e castelhanos e conta mais de 500 fogos”.¹⁷³

Este relato proporciona também informações interessantes sobre o papel dos castelhanos enquanto intermediários, ou seja, agentes que forneciam plantas, sementes, e mercadorias aos moradores de Cabo Verde. Em 1469, detecta-se já a presença de Castelhanos, pois os mercadores Joham de Lugo e Pero de Lugo conseguiram uma carta de privilégios para fazer o trato de urzela, nas ilhas de Cabo Verde.

“[...] trato de urzela das suas ilhas do Cabo Verde com Joham de Lugo e Pero de Lugo castelhanos mercadores, moradores em a cidade de Sevilha com condição que eles tragam a dita urzela em navios de Castela ou quaisquer que lhes prover a nossos reinos [...] e realmente seguramos o dito Joham de Lugo e Pero de Lugo e todas suas mercadorias navios e companhia que andarem e forem no dito trato”.¹⁷⁴

Como atrás foi exposto, o estudo dos títulos das mercadorias que entravam e saíam do porto da Ribeira Grande fornece informações sobre os produtos que iam a bordo dos navios castelhanos para a ilha de Santiago, o que constitui prova da importância que estes mercadores tiveram na ligação de Cabo Verde à Europa. A sua presença neste arquipélago foi fundamental, se levarmos em conta dois pontos: primeiro, porque eram estes que forneciam grande parte dos mantimentos aos moradores de Santiago; segundo, porque participaram ativamente no tráfico de escravos, sendo simultaneamente compradores de escravos na Ribeira Grande e os fornecedores desta mercadoria na América Espanhola.

¹⁷³ *Viagens de um piloto português do século XVI a costa de África e a São Tome*, op. cit., pp. 89-90.

¹⁷⁴ "Carta de privilégio a Joham de Lugo e Pero de Lugo, castelhanos mercadores que haviam feito trato de urzela nas ilhas de Cabo Verde", 30/09/1499 in *ANTT*, Chancelaria de D. Afonso V, L.21, fl.118, v.D.2, publ. em *HGCV-CD*, pp. 23-24.

A cidade da Ribeira Grande era um lugar principalmente de passagem. A sua população foi composta, em grande maioria, pelas pessoas de curta estadia. Este caráter flutuante foi percebido também por Luís de Camões que, na sua epopeia *Os Lusíadas*, também esteve na ilha de Santiago, porém, do mesmo modo, apenas de passagem: “àquela ilha aportamos que tomou o nome de guerreiro Santiago. Tornámos a cortar o imenso lago do salgado Oceano, e assi deixámos a terra onde refresco doce achamos”.

II. 4.4. A circulação do capital escravo na Ribeira Grande

A circulação de capital entende-se como o processo de movimento de capital, que passa pelas fases de circulação e produção, estando os dois processos interligados. Este movimento é uma repetição ininterrupta de constante rotação.

Na ilha de Santiago, o capital estava maioritariamente nas mãos dos “moradores-armadores”, que detinham o direito de trato com a região da Guiné. Conforme observou Maria Emília Madeira Santos, “os privilégios, que o estatuto de morador-vizinho proporcionava, eram indispensáveis para o trato com a costa africana. A sua ausência impossibilitava a armação legal de navios, que representava, na época, a empresa mais lucrativa da ilha”. Convém assinalar que, para ter acesso a este negócio, “o morador-armador” era obrigado a investir o seu próprio capital, pois tinha que alugar um navio, comprar as mercadorias e alimentar sua tripulação. Os financiamentos das primeiras armações foram realizados com capital português, trazido pelos mercadores do Reino. Embora não haja forma de determinar o momento em que este tipo de atividade se tornou autofinanciada, acredita-se que, independentemente dos custos da armação, as mercadorias eram de tão grande valor, que cedo justificaram as quantias gastas, tornando-se assim numa atividade lucrativa.¹⁷⁵ As principais atividades comerciais realizadas na Ribeira Grande foram desenvolvidas do grupo social dos “mercadores-armadores”, pois eram estes que armavam os navios, que adquiriam as mercadorias que, posteriormente, era trocadas por escravos africanos.

Nos primórdios da existência de Cabo Verde, a propriedade fundiária não era considerada lucrativa e, portanto, não houve grande investimento. Porém, a situação mudou após a publicação da carta régia de 1472, pois esta limitou as atividades económicas dos moradores de Santiago, obrigando-os à utilização apenas de produtos

¹⁷⁵ Maria Emília Madeira SANTOS, Iva CABRAL, “O nascer de uma sociedade através do Morador-Armador”, publ. em *HGCV-I*, pp. 373-376.

com origem no arquipélago. A partir desta data, os moradores passaram a dedicar-se à pecuária e à agricultura e, por consequência, a terra tornou-se numa fonte de capital.

Não obstante, o maior e mais importante capital de Cabo Verde foi o capital escravo. Thomas Piketty, o economista francês observou que “[...] nas sociedades em que os escravos representavam uma parte importante da população, o valor de mercado do capital escravo podia, naturalmente, alcançar níveis bastante altos [...]”.¹⁷⁶ O autor fez uma análise de um caso extremo, onde quase toda a população era propriedade de uma minoria. Este tipo de análise pode também aplicar-se ao estudo da sociedade da Ribeira Grande, uma vez que esta era dominada por uma elite europeia que, de fato, constituía uma minoria. O autor comparou o valor do capital nacional e da renda nacional ao capital escravo, concluindo que “se os escravos representam 60% da renda nacional e se a taxa de retorno anual de todas as formas de capital for de 5%, o valor de mercado de estoque total de escravos é igual a doze anos de renda nacional [...] - isto é 50% maior do que o capital nacional simplesmente porque os escravos rendem 50% a mais do que o capital. Se somarmos o valor dos escravos ao valor do capital, obtemos vinte anos de renda nacional, já que a totalidade dos fluxos anuais de renda e produção é capitalizada à taxa de 5%”.¹⁷⁷

Convém assinalar que na época moderna, o escravo representava o maior capital, acumulação e fonte da riqueza e era a mercadoria mais procurada. Importava-se o escravo para a América para que este produzisse produtos de exportação. Maciel Morais Santos observou que “os escravos eram mercadorias e que faziam parte do capital produtivo americano¹⁷⁸”. Percebe-se a dupla natureza do escravo africano no comércio negreiro. Nos mercados americanos, onde era vendido, representava uma mercadoria que era consumida produtivamente. Contudo, nos mercados africanos, ganhava a forma da mercadoria de exportação.¹⁷⁹

Note-se um acontecimento excepcional neste porto cabo-verdiano, onde o capital escravo era transferido. De fato, este foi a única mercadoria que fazia dupla parte do processo produtivo. Nas relações comerciais entre a África e Cabo Verde foi

¹⁷⁶ T. PIKETTY, *O capital no século XXI*, capítulo IV: Capital escravo e capital humano Intrínseca, Rio de Janeiro, Edição digital, 2014.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ Maciel Morais SANTOS, “O preço dos escravos no tráfico atlântico - hipótese de explicação”, *Africana Studia*, n.7, 2004, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 164.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 178.

considerado exclusivamente uma mercadoria de exportação, sendo apenas passivo. No Brasil, porém, participava ativamente no processo produtivo, sendo responsável pela produção das mercadorias de exportação. Desta forma, entende-se que a transformação do capital escravo ocorria no porto da Ribeira Grande, onde chegava como mercadoria e de onde partia para participar da produção americana.

O pequeno porto da Ribeira Grande foi responsável pela transformação do escravo em capital escravo, o que lhe permitiu, como notou Iva Cabral, tornar-se “centro de um comércio florescente de produtos africanos”.¹⁸⁰

II. 4.5. A prestação de serviços na Ribeira Grande

Desde o início do século XVI, no porto da Ribeira Grande costumavam ancorar navios em busca de alimentação e abastecimento. As tripulações faziam aí escala com fim de reparar os navios. Cabo Verde foi reconhecido por este tipo de serviço, conforme pode observar-se na carta da Câmara da Ribeira Grande ao secretário António Carneiro:

“E é grande escala para os naus e navios de sua alteza, e assim para os navios de São Tomé e ilha de Príncipe e para os navios que vão do Brasil e da Mina e todas partes da Guiné, que quando aqui chegam perdido e sem mantimento e gente aqui sem remédios e providos de todo o que lhe faz mester, com aqueço a Afonso d’Albuquerque, que vinha da Índia em nau Santiago e assim Álvaro Barreto que veio a nau Santa Marta, que aqui chegam perdidos e foram providos de todo o que lhe foi necessário, a há se deu oitenta e tantos mil reais para seu fornecimento [...]”¹⁸¹

O porto da Ribeira Grande, como ponto de abastecimento, foi controlado pela Coroa portuguesa. Desta forma, observa-se que o arquipélago cabo-verdiano prestava serviços, que se podem designar como marítimos, de acordo com a política régia. Uma prova disto é a carta enviada pelo rei ao corregedor de Cabo Verde, mandando os funcionários locais abastecerem a armada de Martim Afonso de Sousa de mantimentos e de dinheiro, até à quantia de trezentos cruzados.

¹⁸⁰ Iva CABRAL, “Ribeira Grande...”, op. cit., p. 230.

¹⁸¹ “Carta da Câmara da Ribeira Grande ao Secretário Carneiro”, 25/10/1512 in IAN/TT, CC-I-12-23, publ. em MMA, s. II, vol. II, doc. 20, p. 58.

“Eu el Rei mando vos corregedor com alçada na ilha de Cabo Verde [...], onde quer que for ter Martim Afonso de Sousa, do meu conselho, com esta armada que ora mando ao Brasil [...] que sendo vos por ele requerido quaisquer mantimentos ou dinheiro que lhe seja necessário para provimento da dita amada [...], que lhes deem e isto até valia de trezentos cruzados somente”.¹⁸²

O rei mandava fornecer às armadas tudo que uma tripulação precisasse:

“Eu el Rei vou envio muito saudar, eu mando ora uma armada ao estreito de Magalhães aos efeitos que ho geral dela leva por instrução [...] e porque pode ser que a dita armada tome esta ilha de Santiago me parece (ainda que ho dito geral leva uma provisão minha que e vos mostrará, para lhe acudirem com mantimentos e com o mais que lhe for necessário [...]).”¹⁸³

Os navios, que faziam escala e que se abasteciam no porto da ilha de Santiago, contribuíam para a economia de Cabo Verde, pois ao se abastecerem as tripulações eram obrigadas a pagar os mantimentos. O Rei ordenava que todas as mercadorias adquiridas pelas armadas deviam ser compradas pelo valor da terra, ou seja, os produtos não podiam ser vendidos por um valor mais alto, sendo uma prova da existência da circulação de moeda em Cabo Verde.

“Eu el Rei faço saber aos que este alvará virem, que mando ora uma armada ao estreito de Magalhães [...]. E porque pode ser que a dita armada tome a ilha da Madeira, ou alguma das do Cabo Verde [...] mando aos capitães das ditas ilhas e portos [...] que com muita brevidade façam acudir a dita armada com os mantimentos e coisas que lhe foram necessárias e pedidas pelo geral dela, fazendo ele pagar tudo às partes pelo preço e estado da terra”.¹⁸⁴

¹⁸² “Carta régia ao Corregedor de Cabo Verde”, 25/11/1530 in ATT, CC, I-46-27, publ. em *MMA*, s. II, vol. II, doc. 69, pp. 216-217.

¹⁸³ “Carta régia ao governador de Cabo Verde”, 13/09/1581 in AGS - Guerra Antígua, maço 109, fl.462, publ. em *MMA*, s. II, vol. III, doc. 39, p. 89

¹⁸⁴ “Provisão para Cabo Verde e seus Portos”, 13/09/1581 in AGS, *Guerra Antígua*, maço 109, fl.464, publ. em *MMA*, s. II, vol. III, doc. 38, p. 88.

Apesar da forte presença de uma dinâmica internacional em Cabo Verde, em especial na Ribeira Grande, durante todo o século XVI, nunca houve acumulação de capital derivado dos ricos circuitos comerciais. Em termos financeiros, a Ribeira Grande nunca poderia substituir a Antuérpia, cidade que desempenhou, na época, a função de capital-mundo, no âmbito do comércio à escala global. A cooperação de longa data entre Antuérpia e Lisboa permitiu que o rei português enviasse todos os produtos vindos do Oriente, África e América para aquela cidade. Desta forma, observa-se que a riqueza do comércio internacional contribuiu para o desenvolvimento econômico da Europa, mas não da Ribeira Grande. Tal facto, deriva do próprio sistema colonial, que não permitia o enriquecimento das suas colônias. Apesar destas fortes limitações impostas pela Coroa e mesmo sem grande capital financeiro, o pequeno arquipélago cabo-verdiano conseguiu ultrapassar as suas fronteiras, contribuindo para a difusão cultural e comercial da Europa, da América, da África e da Ásia, sendo um ponto de encontro de quatro continentes.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo oferecer uma viagem no espaço e no tempo por Cabo Verde, com o fim de compreender melhor a trajetória, durante o século XVI, da primeira cidade portuguesa no ultramar, isto é, a Ribeira Grande. Assim, a investigação centrou-se nos estudos dos aspetos cosmopolitas desta cidade, o primeiro núcleo populacional português nos trópicos. O estudo aprofundado da vasta documentação régia, religiosa e dos relatos de viagens dos grandes navegadores, aventureiros e, até, piratas, ofereceu uma visão interessante dos moradores da cidade da Ribeira Grande, tentando reconstruir a vida desta comunidade cosmopolita, que residia no pequeno porto, localizado no coração do Império Português Quinhentista.

Antes de apresentar o estilo de vida, os costumes e a percepção do mundo dos moradores da cidade da Ribeira Grande, convém resumir os dois elementos essenciais da análise do contexto histórico. Primeiro, é necessário explicar que o fenómeno da internacionalização, que contribuiu para o nascimento da comunidade cosmopolita santiagoense, durou apenas um século, isto é, começou e terminou no século XVI. Os primeiros anos foram marcados, entre outros aspectos, pelas políticas executadas pela Coroa portuguesa, os privilégios comerciais e, especialmente, as vantagens no trato com a Guiné. Este processo de desenvolvimento terminou com as múltiplas consequências derivadas da União Ibérica. A comunidade cosmopolita exigiu o aparecimento de uma cidade política e administrativamente bem estruturada e Santiago de Cabo Verde deixou de ser num lugar deserto e isolado. A Ribeira Grande foi fundada em 1462 e elevada à cidade em 1533. A partir de 1460, neste porto cabo-verdiano desenvolviam-se as instituições políticas (a Câmara municipal, o tribunal, o almoxarifado), eclesiásticas (uma capela, posteriormente a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, a residência episcopal), bem como órgãos da vida pública (a prisão e o hospital). Note-se que existia uma divisão do poder administrativo, fiscal, eclesiástico, judicial e militar. O desenvolvimento da cidade conduziu a uma tomada de consciência dos moradores da Ribeira Grande que, abertamente, defendiam os seus privilégios comerciais e políticos na Câmara municipal. A bem desenvolvida vida quotidiana da Ribeira Grande permite imaginar a primeira comunidade cosmopolita dos trópicos.

O porto da Ribeira Grande tornou-se num dos centros do império português no século XVI. Serviu como ponto de escala e de abastecimento para os navios nas suas

viagens para à África, à Ásia ou o Brasil. Além disso, foi um lugar estratégico no cruzamento das mais importantes rotas marítimas e também um centro de troca de bens entre a costa ocidental africana, a Europa e Cabo Verde, de onde, em seguida, as mercadorias eram transacionadas numa escala internacional. A Ribeira Grande era um lugar de grande relevância na navegação atlântica, tanto horizontal como vertical, sendo também um centro de três importantes circuitos comerciais, a saber: o euro-africano, o africano e o afro-americano. Ademais, foi também um lugar estratégico no tráfico de escravos na costa ocidental africana e no comércio triangular transatlântico. Porém, convém assinalar que o processo de abertura de Cabo Verde para o mundo não era completamente independente das intenções da Coroa portuguesa. Esta, por sua vez, desenvolveu conscientemente os seus planos em relação a este porto cabo-verdiano, tentando manter a continuidade política e organizar a vida econômica e política deste arquipélago. As informações apresentadas permitem entender as circunstâncias internacionais e o contexto histórico mais amplo do nascimento da primeira comunidade cosmopolita nos trópicos. Com o propósito de entender os aspectos internacionais de Cabo Verde no século XVI, que o conduziram a uma vivência cosmopolita, procurou responder-se às seguintes perguntas: quem foram, o que pensaram e como viveram os primeiros habitantes cosmopolitas de Santiago? O século XVI foi um século de grandes mudanças, não apenas em termos do avanço técnico e marítimo, mas principalmente na percepção do mundo. O Renascimento revolucionou o pensamento europeu. As ilhas atlânticas, nomeadamente Cabo Verde, passaram a atrair mais Europeus. Entre os que vinham para este arquipélago, foram os reinóis, mas também os mercadores e os aventureiros que se encantaram por estas terras exóticas. Cabo Verde oferecia a possibilidade de um rápido enriquecimento com o trato da Guiné, assim como a aceitação de novos conhecimentos. O arquipélago de Cabo Verde foi visto como um lugar sem limites e sem fronteiras, um campo de experimentação. Por estas razões, não se deve estranhar que era a ilha que apresentava as condições necessárias para o surgimento da primeira comunidade cosmopolita nos trópicos. Afastados da Coroa portuguesa e obrigados a enfrentarem o clima hostil de uma ilha inicialmente desabitada e deserta, os moradores de Cabo Verde tinham mais liberdade de ação, desenvolvida num processo de tentativa e erro. Percebe-se que o mar desempenhou papel-chave na construção da cidade cosmopolita da Ribeira Grande. A dinâmica do Atlântico condicionava esta cidade e incentivava as interações multiculturais. Este pequeno porto cabo-verdiano fazia parte do amplo mundo atlântico, cujos agentes estavam interligados

através das rotas marítimas. As sociedades atlânticas, ou seja, o litoral do continente europeu, africano e americano, compartilhavam valores semelhantes, enquanto os portos atlânticos se tornaram nos centros de difusão de ideias, novidades e estilos de vida, facilitando, desse modo, a comunicação, a convivência e, principalmente, a troca. Isto explica porque os moradores da Ribeira Grande puderam ser capazes de pensar de uma forma mais global.

A sociedade da Ribeira Grande era verdadeiramente cosmopolita, pois não foi composta somente por Portugueses. A sua composição social variou muito. Houve, entre outros, Judeus, Ingleses, Franceses, Holandeses, Genoveses, Castelhanos de Sevilha e Africanos (livres, forros e escravos). Por conseguinte, observa-se que o movimento migratório dividiu-se em duas etapas, o fluxo migratório entre Europa e Cabo Verde e o movimento interno na região da Guiné de Cabo Verde. Alguns destes indivíduos permaneceram na Ribeira Grande, outros estavam apenas de passagem. Os que permaneceram ocupavam-se da atividade comercial, como a importação, a exportação ou a reexportação. Aqueles que somente faziam escala neste porto, paravam para se abastecerem de combustível ou de alimentação, reparar os navios ou obter informações náuticas ou meteorológicas. Nem todos os habitantes da Ribeira Grande eram funcionários régios, mercadores, marinheiros ou contrabandistas. Houve sacerdotes e representantes de profissões urbanas, como pedreiros, sapateiros, barbeiros, boticários, etc. Alguns, como os criminosos, degredados e mecânicos de navios (chamados de homens de mar) foram obrigados a ir para o arquipélago, enquanto outros, como os aventureiros e piratas foram, simplesmente, atraídos a Cabo Verde. A Ribeira Grande foi uma cidade excepcional só império português, com a população muito internacional. É possível supor que esta cidade era uma Babel, onde os habitantes falavam várias línguas. Nesta cidade, caracterizada por grupos sociais e ofícios diferentes, com uma parte considerável de população flutuante, cruzavam-se várias informações, conhecimentos, crenças e saberes. Os moradores da Ribeira Grande cultivavam estes conhecimentos, enquanto os viajantes e as tripulações traziam novidades. Mesmo geograficamente isolados, os habitantes deste porto transoceânico conseguiram uma ligação com o mundo exterior graças aos estantes e aos lançados. Os estantes abasteciam-se de produtos da primeira necessidade, enquanto os lançados tornaram-se nos intermediários entre a administração colonial e os poderes locais africanos do continente. Contudo, convém assinalar que o elemento fundamental da

sociedade cabo-verdiana foi o escravo africano que também contribuiu para o cosmopolitismo da Ribeira Grande. Os escravos eram oriundos de várias regiões da costa ocidental africana, representavam tribos diferentes e falavam as suas línguas locais, engrandecendo a cidade Babel da ilha de Santiago. As relações culturais entre estes e os moradores brancos da Ribeira Grande podem ser consideradas recíprocas. Por um lado, o escravo entrou no processo de integração das práticas sociais europeias, sendo batizado, catequizado e obrigado a falar português, por outro lado, influenciou a língua falada localmente, tornando-a mais africana e menos portuguesa e ainda enriqueceu a vida social com as suas tradições e costumes. O escravo, entre a costa ocidental da África e Cabo Verde, foi apenas uma mercadoria, que se transformava na cidade da Ribeira Grande, a partir da qual rumava para o Brasil, onde participava ativamente na produção americana.

A vida dos moradores da Ribeira Grande girava em torno do seu porto, que se tornou no centro das atividades comerciais, em especial na Praça do Município, onde se cruzavam as ruas mais movimentadas da cidade. Na Rua da Misericórdia, onde se localizava a sede da Misericórdia, o hospital e a igreja, habitavam as pessoas mais poderosas. Na Rua da Banana, por sua vez, residiam os mais ricos proprietários de terra. Os Judeus, mestiços e deportados viviam nos seus guetos na rua do Calhau, enquanto os negros na rua de Nossa Senhora do Rosário, onde se localizava a congregação dos negros.

Os habitantes da Ribeira Grande do século XVI tinham uma dieta variada que englobava frutas e verduras vindas do todo mundo. Cabo Verde era um lugar de passagem também para as sementes que eram transplantadas, assim como para os animais que aí se aclimatizavam. Exemplo disto foram a cana-de-açúcar, o arroz, os cocos, o inhame, as cabras, as ovelhas, os cavalos e as vacas que passaram primeiro por Cabo Verde, antes de entrarem no Brasil. Observe-se que os moradores da Ribeira Grande Quinhentista conheciam os sabores do mundo, saborearam as frutas regionais como figos, laranjas, romãs, cidras, limões, peras, uvas, tâmaras, melões, provaram a carne caprina salgada, “aves estranhos”, tartarugas e peixes de “espécies estranhas”. Conheceram também os sabores das Américas como os da mandioca e do milho.

Os habitantes da Ribeira Grande comiam também produtos do Oriente, como arroz, bananas, citrinos e cocos. Todos estes produtos, que foram consumidos em Cabo Verde, alteraram também o estilo consumista de outros povos que lá residiam. Os

moradores dos grupos sociais mais elevados viviam uma vida de luxo na cidade da Ribeira Grande. Saboreavam iguarias europeias como biscoitos, queijos, amêndoas, nozes, passas de uva, mel, azeite, sendo todas estas acompanhadas por vinho. Comiam com facas e talhadores de málega branca, em painéis vidrados e tigelas de málega. Usavam sombreros, vestiam camisas do pano da terra, roupas de pano francês, pano verde, pano vermelho, pano de Londres roxo ou damasco preto.

O isolamento geográfico, o afastamento de Lisboa e a falta das quaisquer tradições antes da chegada dos Portugueses, determinaram a vida na cidade da Ribeira Grande, porque foi necessário construir tudo a partir de zero. Nestas terras africanas foram experimentados pelos europeus produtos exóticos, que contribuíram para o estabelecimento de novas formas de vivência, novos modelos econômicos e distintas regras de convivência social. Por esta razão, a assimilação cultural dos Europeus e dos Africanos foi determinada pela necessidade de sobrevivência numa terra hostis e os dois grupos, querendo ou não, foram obrigados a uma cooperação, interação e diálogo. Neste pequeno porto atlântico misturaram-se os conhecimentos da técnica, da tecnologia e da organização de produção, nomeadamente, na produção cabo-verdiana de panos da terra feitos de algodão, que uniu o conhecimento europeu com o africano e o asiático. Cabo Verde também deu o seu contributo para o desenvolvimento da medicina, proporcionando informações sobre as “doenças da terra” e o conhecimento acerca da prestação de serviços. Os habitantes da Ribeira Grande pagavam as transações internacionais com cavalos, especialmente importante no comércio de escravos, e depois com letras de câmbio. Os habitantes da cidade da Ribeira Grande foram fundamentalmente influenciados pela cultura europeia. Este porto era, de fato, uma cópia do mundo português e foi construído por pedras, tijolos e azulejos portugueses. Transplantaram-se as instituições e ofícios régios como a Câmara, os juizes, os tesoureiros, os escrivães, os procuradores, os vereadores e os almoxarifes, enquanto os Portugueses continuaram sendo fidalgos e cavaleiros em terras tropicais. Os moradores da Ribeira Grande viviam um estilo da vida europeu e os Africanos foram introduzidos nesses mesmos costumes. Em Cabo Verde, no século XVI, era possível frequentar um seminário religioso, estudar com um mestre de gramática de latim ou com um organista na Sé de Cabo Verde. Os Europeus frequentavam as suas igrejas, enquanto os Africanos foram cristianizados, doutrinados e batizados. O porto da Ribeira Grande

tornou-se também num importante centro da difusão de estilo, crenças e fé dos Europeus.

Por esta razão, a reflexão crítica será indispensável para avaliar, de uma forma mais objetiva, o caráter cosmopolita da cidade da Ribeira Grande. Primeiro, é necessário observar que o fenómeno de internacionalização deste porto não foi totalmente independente. Seguramente, houve certas circunstâncias internacionais, mas a vasta documentação régia prova que houve um constante controle por parte da Coroa portuguesa, que foi responsável pela dinâmica do desenvolvimento da Ribeira Grande nos seus primórdios. Entre as atividades exercidas pela Coroa, destaquem-se a política populacional, o sistema de incentivos e o financiamento de várias instituições criadas em Cabo Verde. A base para o processo de internacionalização foram o prévio aporuguesamento e africanização, seguidos pela europeização. O conceito de “cidadão do mundo” para os habitantes e Cabo Verde, no século XVI, deve ser utilizado com precaução. Segundo esta teoria, os cosmopolitas não encontram diferenças entre os povos e as regiões, considerando o mundo como uma só pátria. Porém, este conceito não é aplicável a uma sociedade escravocrata de oportunidades profundamente desiguais, como a sociedade cabo-verdiana, onde uns não eram iguais aos outros. A cultura europeia era a mais privilegiada na cidade da Ribeira Grande e, por tanto, os Africanos foram excluídos do processo da internacionalização, obrigados a ser apenas um objeto, não se beneficiando diretamente com este processo.

Em suma, os habitantes da Ribeira Grande encontravam-se na fronteira de vários mundos, aproveitando um pouco de cada um deles. Em virtude dos fatos exposto, a Ribeira Grande pode ser apresentada como uma cidade cosmopolita, apesar dos limites desse cosmopolitismo, bem diferente do que se vive no tempo presente. O cosmopolitismo cabo-verdiano caracterizou-se pela circulação de pessoas, mercadorias, conhecimentos, ideias e sabores que revolucionaram a vida dos habitantes da Ribeira Grande. Porém, em grande medida, este foi vivido apenas pelos Europeus brancos. De fato, o processo de internacionalização ocorreu numa época em que a cidade era dominada pelos reinóis, isto é, os Portugueses, e terminou com a partida dos mesmos, nos finais do século XVI. Em resumo, conforme diz a letra da canção da mais importante voz cabo-verdiana, Cesária Évora, “tudo tem seu limite, bô pudêr ca ê infinito, o li ê que ê Cabo Verde”.

ANEXO 1

Internacionalização do Arquipélago Cabo-verdiano

Nr.	Autor	Período	Característica	Observações
1.	Luis de Cadmosto: <i>As navegações de Cadamosto, Madeira e Cabo Verde</i>	Meados do século XV	Uma região próspera e abundante, porém desabitada	Natureza: - “muito boa água” - “lagoas pequenas de branquíssimo e belo sal” Fauna: - “ninhos e ovos de diferentes aves” - “peixes: dentais, e enormes douradas velhas” - “grande quantidade de tartarugas, ou seja, “gajandre”” - “pombos, aves de espécies estranhas e grande pescaria de peixes”
2.	<i>Relato de viagens de um piloto anônimo português do século XVI a costa de África e a São Tomé</i>	Meados do século XVI	Ligação vertical: Cabo Verde como uma escala para os navios que rumavam para as ilhas de São Tomé	Fauna: - cobras selvagens Flora: - laranjeiras, limoeiros, figueiras, romeiras. -coqueiros, chamados também de “nozes da Índia”, Sociedade: - a primeira cidade portuguesa dos trópicos: “cidade grande - uma estrutura administrativa bem organizada: corregedor, dois juízes, Câmara Municipal.
3.	<i>Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama</i>	1497	Ponto de encontro pré-estabelecido e de abastecimento	„E ao outro dia que era quinta-feira [23/Julho/1497], chegamos a ilha de Santiago, onde pousamos na praia de Santa Maria, com muito prazer e folgar, e ali tomamos carnes e águas e lenha e (estivemos) carregando as vergas dos navios porque nos era necessário”
4.	Tomé Lopes: <i>Navegação às Índias Orientais</i>	Início do século XVI	Ponto de encontro pré-estabelecido	“Em huma sexta feira no primeiro de Abril de mil quinhentos e dois (...) partimos da Cidade de Lisboa. (...) no dia quinze passamos pegados com as [ilhas] de Cabo Verde, de modo que fomos vistos da terra”
5.	“ <i>Cartas de Américo Vespúcio a Pedro Soderini Gonfaloneiro Perpetuo, da República de Florença sobre duas viagens feitas por ordem do Sereníssimo Rei de Portugal</i> ”	1503	Entrepasto no caminho para o Brasil, mas também como um lugar idílico para descansar.	"Partimos no dia dez de maio de mil quinhentos e três, e fomos em direito á Ilhas de Cabo verde, aonde sahimos em terra, e tomámos toda a casta de refrescos depois de nos termos demorado treze dias, seguimos a nossa viagem (...)".

6.	<i>Livro da Marinharia de Bernard Fernandes</i>	Início do século XVI	Ponto de abastecimento	A viagem realizada, em 1537, por André Vaz para Moçambique fornecia informações sobre a importância do porto da cidade de Ribeira Grande, onde o navegador fez uma escala para reparar avarias no navio
7.	<i>Livro da Marinharia de Pêro Vaz Fragoso</i>	Meados do século XVI	Ponto de passagem na viagem para o Oriente para um navegador ou piloto natural de Viana do Castelo, que rumou para a Índia e cuja compilação foi datada de ano não anterior a 1566	"[...] e dahu devyde a espera allta da vayxa em duas partes yguaes e pasa amtre as ylhas de quabo verde e por cyma da ylha de sam vycente ao cabo verde e ao [cabo] ffryo e ao cabo de boa esperamca[...]".
8.	Francisco Carletti: <i>My voyage around the world</i>	1594-1602	Cabo Verde como coração das rotas negreiras, situado nos cruzamentos de três mundos, pois era o ponto de onde partiam as rotas para a África, a Ásia e a América. Lugar fértil naturalmente e rico, em termos comerciais, sobretudo graças à sua condição enquanto entreposto no comércio de escravos	Sociedade: - população flutuante, composta por mercadores oriundos de Portugal, da Madeira e das Canárias - Ribeira Grande – grande núcleo - Europeus sacerdotes e outros membros da estrutura eclesiástica, autoridades locais, nomeadamente o governador - Africanos escravizados, alguns dos quais permaneciam nas plantações, enquanto que outros estavam de passagem, com destino aos portos negreiros de Cartagena - Os processos de mestiçagem Trocas comerciais - carne salgada caprina, tecidos de algodão Bens alimentares: - farinha, vinhos, frutos secos e legumes, que trocavam por carne caprina e algodão
9.	André Álvares de Almada: <i>Tratado breve da Guiné de Cabo Verde</i>	1594	Condição debilitada dos moradores da ilha de Santiago Perigo relativo aos corsários franceses e ingleses	"para nehuma parte se irião salvo se mandasse S. Magestade povoar a Serra Leoa, que para ella se irião de boa mente e deixarião tudo quanto na ilha tinhão, a qual segundo esta cançada de trabalhos que ha padecido depressa deixarão"
10.	William Dampier: <i>A new Voyage round the world</i>	1697	Cabo Verde em decadência	- as trocas comerciais estavam organizadas de modo incipiente - escambo de produtos de luxo e exóticos fora substituído por trocas de produtos alimentícios e vestuário - comércio ganhou um caráter muito mais primitivo

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTAÇÃO AVULSA IMPRESA

1. “Alvará ao Capelão curado de S. Nicolau Tolentino”, 20/03/1572 in IAN/TT, *Chancelaria de Ordem de Cristo*, liv. 2, fls.52-53v, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 12, p. 33.
2. “Alvará de mercê ao padre João Pinto, sacerdote de raça Jalofa”, 3/12/1587 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.7, fls. 272 v-273, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 60, p. 153.
3. “Baptismo dos escravos da Guiné”, 23/03/1513 in *Ordenações de D. Manuel*, liv. IV, Título XCIV, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. II, doc. 25, pp. 69-70.
4. “Carta da Câmara da Ribeira Grande ao Secretário Carneiro”, 25/10/1512 in IAN/TT, CC-I-12-23, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. II, doc. 20, p. 58.
5. “Carta de D. Manuel ao hospital de Santiago de Cabo Verde”, 30/6/1497, in IAN/TT, Chancelaria de D. Manuel, liv.29, fl.15, Livro das Ilhas, fls. 71-71 v. publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. I, doc. 54, pp. 584-586.
6. “Carta de D. Manuel, duque de Beja e senhor de Cabo Verde, fazendo mercê a Rodrigo Afonso, capitão de metade da ilha de Santiago, da sabedoria da dita ilha”, 14/01/1485 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel*, L.29, ffl.5 v.D.3, publ. em *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vol. I, pp. 49-50.
7. “Carta de D. Sebastião sobre a fundação do seminário de Cabo Verde”, 12/02/1570 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.2, fls.IOV-II, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 3, p. 7.
8. “Carta de privilégio a Joham de Lugo e Pero de Lugo, castelhanos mercadores, que haviam feito trato de urzela nas ilhas de cabo Verde”, 30/09/1469, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.31, fl.118 v. D. 2, publ. em *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vol. I, pp. 23-24.
9. “Carta do Cardeal Alberto ao rei”, 12/07/1586 in *AGS-Secretarias Provinciales (Portugal)*, liv. 1550, fl.357, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 51. pp. 140-141.

10. “Carta do infante D. Henrique doando a D. Afonso V a temporalidade das ilhas de Cabo Verde e dos Açores, e à Ordem de Cristo a sua espiritualidade”, 18/9/1460, in IAN/TT, *Ordem de Cristo*, códices n. 235, fl.11, n. 233, fl.1623, publ. em *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vol. I, p. 13.
11. “Carta do Nicolau de Castilho ao rei”, 30/06/1616, Santiago em *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*, Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da série de Cabo Verde, 2014, Cx. 1, D. 51.
12. “Carta do padre Fernão Rebelo ao padre Geral da Companhia”, 13/09/1585 in *ARSI*, Lus., Cod. 69, fl.151, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 50, p. 129.
13. “Carta do Padre Frutuoso Ribeiro para o Padre Francisco Martins”, 14/3/1580 in *BNL – CA*, Ms. 308, fls. 221-223, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. I, vol. III, doc. 43, pp. 187-190.
14. “Carta dos oficiais da câmara da cidade da Ribeira Grande ao rei”, 14/03/1616, Santiago em *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*, Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da série de Cabo Verde, 2014, Cx. 1, D. 46.
15. “Carta dos oficias da câmara da cidade da Ribeira Grande ao rei”, 27/05/1617, em *Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*, Catálogo Parcial do Fundo do Conselho Ultramarino da série de Cabo Verde, 2014, Cx. 1, D. 58.
16. “Carta régia ao Corregedor de Cabo Verde”, 25/11/1530 in IAN/TT, CC, I-46-27, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. II, doc. 69, pp. 216-217.
17. “Carta régia ao governador de Cabo Verde”, 13/09/1581 in *AGS - Guerra Antígua*, maço 109, fl.462, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 39, p. 89.
18. “Carta régia concedendo aos moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde autorização para comerciarem na costa da Guiné, com excepção da zona de Arguim”, 12/6/1466, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, L.4, fl.104, *Livro das Ilhas*, fl.10, publ. em *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, vol. I, pp. 19-22.
19. “Construção da Sé de Cabo Verde”, 12/06/1586 in IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.6, fl.341, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 54 p. 138-139.

20. “Consulta da Junta sobre o baptismo dos negros adultos”, 27/06/162 in IAN/TT, *Mesa de Consciência e Ordens*, liv.26, fl.130, in AHU, Cód.35, fls. 120-124, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. I, vol. VII, doc. 39, pp. 124-130.
21. “Consulta de Mesa de Consciência sobre a Guiné e Cabo Verde”, 27/04/1596 in ARSI – Lus., vol.83, fls.329-329 v, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 95, pp. 383-384.
22. “Fundação do Convento da Soledade na cidade da Ribeira Grande”, 20/09/1657 in CMP – Fundo Azevedo, n.1Ç, *Crônica da Província da Soledade*, cit., tom. II, p. 904, publ. em *MMA*, s. II, vol. VI, doc. 62, pp. 121-122.
23. “Mercê ao mestre de gramatica da ilha de Santiago”, 23/09/1588 in IAN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 7, fl.208 v., publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 65, pp. 169-170.
24. “Mercê ao organista da Sé de Cabo Verde”, 23/09/1588 in IAN/TT, Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 7, fl.299 v., publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 67, pp. 173-175.
25. “Provisão ao médico da Ribeira Grande”, 12/03/1555, in AHU, Cabo Verde, cx. I, papéis avulsos de 1612, n.31, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. II, doc. 134, p. 449.
26. “Provisão para Cabo Verde e seus Portos”, 13/09/1581 in AGS, Guerra Antígua, maço 109, fl.464, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc. 38, p. 88.
27. “Provisão régia sobre a fundação do colégio em Cabo Verde”, 1606 in ARSI – Lus, cód.83, fls.337-338, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. IV, doc. 50, p. 182.
28. “Regimento do Governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva”, 9/11/1605 in BAL – 51 – VIII-21, fls.176-178, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. IV, doc. 29, pp. 81-82.
29. “Relação da Costa da Guiné”, c.1606 in BAL – Cód. 51-VIII25, fls.119-122 v., BNL – Cx. 207, doc. 88, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, II, vol. IV, doc. 56, p. 209.
30. “Relações de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde”, 26/0/1582 in AGS – Guerra Antígua, maço 122, fls. 180 c. sgs, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. II, vol. III, doc.42, p. 99.

RELATOS DE VIAGENS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

1. ALMADA, André Álvares de, *Tratado breve dos Rios de Guine do Cabo Verde de 1594*, publicado por Diogo Köple, Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.
2. ALMADA, André Álvares de, *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*, Lisboa: Editorial L.I.A.M, 1964.
3. ALMADA, André Álvares de, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde, 1594*, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s.II, vol. III, doc. 92.
4. ANÔNIMO, Piloto, *Viagens de um piloto português do século XVI à Costa de África São Tomé. Introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel Caldeira*. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
5. CARLETTI, Francisco, *My voyage around the world*, London: Methuen & Co, 1965.
6. “Cartas de Américo Vespúcio a Pedro Soderini Gonfaloneiro Perpetuo da República de Florença sobre duas viagens feitas por ordem do Sereníssimo Rei de Portugal” em *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas*, Lisboa: Academia Real das Ciências, vol. II, n. I-II, 1812.
7. “Do caminho, rotas e conhecensas do Rio de Gâmbia pera o Cabo Roxo e Rio Grande”, Duarte Pacheco Pereira, liv.1, cap. 30, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s.II, vol. I, doc. 106.
8. DAMPIER, William, *New Voyage round the world*, vol. I, London Printed for James Knapton, 1697.
9. *Navegação às Índias Orientais escrita por Thomé Lopes*, Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes ou lhes são visinhas, Lisboa: Academia Real das Ciências, vol. II, num. I-II, 1812.
10. “Navegações de Luiz de Cadamosto: a que se juntou a viagem de Pero Cintra, capitao portuguez” in *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhes são visinhas*, publicada pela Academia Real das Sciencias, tom.II, num. I e II, Lisboa, 1812.

11. “Notícias das Terras de Guiné (fins do século XVI), Piloto Português-Navegação de Lisboa à Ilha de S. Tomé”, publ. em *Monumenta Missionária Africana*, s. I, vol. IV, doc. 142, p. 631.
12. Obras de Luís de Camões, príncipe dos poetas de Hespanha. Segunda edição, da que, na Officina Luisiana, se fez em Lisboa nos annos de 1779 e 1780. Tomo I, parte II. Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira. Com licença da Real Meza Censoria, Lisboa, 1782.
13. *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama*, Apresentação e Notas de Neves Aguas, Lisboa: Publicações Europa-América, edição 149501/4337, 1987.
14. SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Em linha, 19/06/2015, <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>, p.163.
15. *Tratado de Tordesillas, Reproducción facsímil y transcripción de la capitulación entre los Reyes Católicos y el Rey Juan II de Portugal para la partición del mar Océano (1494)*, Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Área de Educación, Centro de Publicaciones, 1973.
16. *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introdução, tradução e notas por Arlindo Manuel CALDEIRA, Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2009.

OS ESTUDOS

1. A lista das mercadorias publicada em *História Geral de Cabo Verde: corpo documental, vol. II* coord. ALBUQUERQUE Luís de; SANTO, Maria Emília Madeira, Lisboa: IICT, 1988-1990, p. 72.
2. ALBUQUERQUE, Luís de, “Escalas da Carreira da Índia” em *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXVI, 1979.
3. ALBUQUERQUE, Luís de, “O Livro de Marinharia de Pero Vaz Fragoso”, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1997, p.286. *Separata de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, Lisboa, vol. XX, 1997.
4. BALEANO, Ilídio Cabral, “Povoamento e Formação da Sociedade” in *História Geral de Cabo Verde, vol. I*, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2a ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 125-237.

5. BARNES, Adrian Mitchell Geraldine, “Measuring the Marvellous: Science and the Exotic in William Dampier” in *Eighteenth-Century Life*, [Williamsburg], vol. 26, n. 3, The College of William & Mary, 2002, pp. 45-57.
6. BETHENCOURT, F.; CURTO, D.R, *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*, Lisboa: Edições 70, 2010.
7. BRITO, Bertelina Maria do Rosário de, *Comércio de algodões e cavalos em Cabo Verde (1460-1535): Consequências económicas, sociais e institucionais*, Dissertação de Mestrado em História, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013.
8. CABRAL, Iva; SANTOS, Maria Emília Madeira, *Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde - séculos XVI-XVII)*. Em linha, 29/03/2015, <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/344>.
9. CABRAL, Iva; SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, FERRAZ, Maria João; TORRÃO, Manuel, *Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVII)*, [Lisboa]: Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, Secretaria de Estado da Ciência e Inovação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2004.
10. CABRAL, Iva; SOARES, Maria João; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, “Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (séculos XVI-XVIII)”, *Africana*, Porto: Universidade Portucalense, nº 6 (especial), 2001.
11. CABRAL, Iva; SANTOS, Maria Emília Madeira, “O nascer de uma sociedade através do Morador-Armador”, publ. em in *História Geral de Cabo Verde, vol. I*, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2ª ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 371-431.
12. CABRAL, Iva, “Ribeira Grande: Vida urbana, gente, mercancia, estagnação” in in *História Geral de Cabo Verde, vol. II*, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2ª ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.
13. CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Escravos e traficantes no império português, o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

14. Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, Cidade Velha. Em linha, 17/03/2015, <http://www.cmrgrs.com/historia/historia-de-cidade-velha/>, 07-02-2015
15. CARREIRA, António, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Mira Sintra: Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.
16. CORREIA, Arlindo, *As navegações de Cadamosto, Madeira e Cabo Verde*, Primeira Navegação, capítulo XXX. Em linha, 10/05/2015, <http://arlando-correia.com/220507.html>.
17. COSTA, José Pereira da, “As ilhas e a expansão marítima”, in *Os Açores e o Atlântico (séculos XIV - XVII)*, (Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de 1983, Instituto Histórica da ilha Terceira, 1983), Angra do Heroísmo, 1984, (vol. XLI, 1983), p. 31. Separata do Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira.
18. *Das relações históricas Cabo Verde/Brasil*, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
19. DUDZIŃSKI, J., *Podstawy handlu zagranicznego*, Warszawa: Difin, 2010.
20. DOMINGUES, Ângela, “Administração e Instituições, Transplante, Adaptação, Funcionamento”, in *História Geral de Cabo Verde, vol. I*, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2a ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 41-125.
21. FERRÃO, José E. Mendes, *A Aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2005.
22. HENRIQUES, Isabel de Castro; João MEDINA, *A rota de Escravos, Angola e a rede do comércio negreiro*, Ministério da Cultura, [Luanda]: Cegia, 1996.
23. HERNANDEZ, Leila Leite, *Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde*, São Paulo: Selo Negro, 2002.
24. HEYWOOD, Linda; THORNTON, John, *Central Africans Atlantic Creoles and the Foundation of Americas, 1585-1660*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
25. *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, vol. II, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2a ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

26. *História Geral de Cabo Verde: corpo documental*, vol. I e vol. II, coord. ALBUQUERQUE Luís de; SANTO, Maria Emília Madeira, Lisboa: IICT, 1988-1990.
27. HLIBOWICKA-WĘGLARZ, Barbara, *Portugalskie języki kreolskie w Afryce*, Lublin: Wydawnictwo Uniwersytetu Marii Curie-Skłodowskiej, 2013.
28. HORTA, José da Silva, „Ser português em terras de africanos. Vicissitudes da construção indenitária na Guiné do Cabo Verde (sécs. XVI-XVII)”, in *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*, Lisboa: Caleidoscópico, 2009.
29. JOBS, Sebastian; MACKENTHUN, Gesa, *Agents of Transculturation*, Munster: Verlag GmbH, vol.6, 2013.
30. LOPES, Carlos, *Construção de Identidade nos Rios de Guiné do Cabo Verde*, [Porto]: Africana Studia, n. 6, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
31. LOVEJOY, Paul E., *A escravidão na África, Uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
32. MARTINS, Amarílis Barbosa, *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona e Humanidades e Tecnologias, 2009.
33. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Palas Editora, 1984.
34. MEIRELES, Rui Ferreira Ribeiro de, “Os Açores e o Atlântico (séculos XIV - XVII)” in *Relatório e contas da Comissão organizadora do Colóquio Internacional*, Angra do Heroísmo, XLVII, 1984.
35. *Monumenta Missionária Africana*, coligida e anotada pelo padre António Brássio C. S. Sp, edição digital, org. Miguel Jasmin Rodrigues, Lisboa 2011.
36. MÚRIAS, Manuel, *Cabo Verde, Memória Breve*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca Geral das Colónias, República Portuguesa, Ministério das Colónias, 1939.
37. PARANDOWSKI, Jan, *Mitologia*, Em linha, 31/01/2016, <http://biblioteka.kijowski.pl/parandowski%20jan/jan-parandowski-mitologia.pdf>.
38. PEREIRA, Clifford, “Panos da Escravidão: Panos da terra”. Em linha, 18/06/2015,

- https://www.academia.edu/6861797/Panos_da_Escavid%C3%A3o_Panos_de_terra.
39. PEREIRA, Daniel A., *Estudos da História de Cabo Verde*, Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.
 40. PIKETTY, T., *O capital no século XXI*, capítulo IV: Capital escravo e capital humano Intrínseca, Rio de Janeiro: Edição digital, 2014.
 41. PIRES, Fernando de Jesus Monteiro de Reis, “Da cidade de Ribeira Grande à Cidade Velha” in *Cabo Verde. Análise histórico-formal do Espaço Urbano, séc. XV – XVIII*, [Praia]:, Câmara Municipal da Praia, 2004.
 42. PUGA, Rogério Miguel, “O Discurso (Etnográfico) da Alteridade no Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo-Verde (1594) do Capitão André Álvares de Almada”, em *O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, (Actas do Congresso Internacional. Instituto de Investigação Científica Tropical e Centro de História de Além-Mar, 2009). Em linha, 20-03-2015, http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rogerio_miguel_puga.pdf.
 43. RYMARCZYK, J., *Handel zagraniczny, organizacja i technika*, Warszawa: Polskie Wydawnictwo Ekonomiczne, 2002.
 44. RYNARZEWSKI, T., *Strategiczna polityka handlu międzynarodowego*, Warszawa: Polskie Wydawnictwo Ekonomiczne, 2005.
 45. SANTOS, Maciel Morais, “O preço dos escravos no tráfico atlântico - hipótese de explicação”, *Africana Studia*, n.7, Porto: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
 46. SANTOS, Maria Emília Madeira, “As estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a fresca Serra Leoa, uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico”, Coimbra: Separata da Revista da Universidade de Coimbra, (vol. XXXIV), 1998.
 47. SANTOS, Matilde Mendonça dos, “Elites e poderes locais em Cabo Verde (séculos XV- XVII)”, XXXI Encontro da APHES (18-19 de Novembro de 2011). Em linha, 17/10/2015, http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_6d/matilde_santos_paper.pdf.
 48. SCHWARTZ, Stuart B., *Segredos Internos, Engenheiros e escravos na sociedade colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

49. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Palas Editora, 1984.
50. SILVA, António Correia e, “Espaço, ecologia e economia interna” in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2a ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 179-237.
51. SILVA, António Leão de Aguiar Cardoso Correia e, *A influência do Atlântico na formação de Portos em Cabo Verde*, Lisboa: Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990.
52. SILVA, Évora José, “Cabo Verde, Pousada nos Caminhos do Atlântico. Interinfluências culturais num arquipélago miscigenado” in *Vegueta*, n.14, [Las Palmas]: *Anuário de la Facultad de Geografía e Historia*, 2014.
53. SILVA, José Horta de, “Evidence for a Luso-African identity in Portuguese accounts on Guinea of Cape Verde (Sixteenth – Seventeenth Centuries) in *History in Africa. A Journal of Method*, [New Jersey], vol.27, 2000.
54. SILVEIRA, Aline Dias da, “Europeização e/ou Africanização da Espanha Medieval: Diversidade e unidade cultural europeia em debate”, *História*, São Paulo, 28 (2), 2009. Em *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa. Em linha, 15/06/2015, <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=768>.
55. Site de Buala. Em linha, 19/06/2015, <http://www.buala.org/pt/a-ler/a-noz-de-cola-um-fruto-simbolico>.
56. Site da Cidade Velha. Em linha 3/07/2015, <http://cidadevelha.com/ribeira-grande-como-foi-uma-vez>.
57. TEIXEIRA, André; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, *Negócios de escravos de um florentino em Cabo Verde: descrições e reflexões sobre a sociedade e o tráfico em finais do século XV*. Em linha, 04/04/2015, http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/mmtorrao_ateixeira.pdf.
58. THOMSON, Estevam C., “O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX)” em *Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, [Belo Horizonte], vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012.
59. TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, „Atividade comercial externa de Cabo Verde, organização, funcionamento, evolução” in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I,

- coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2a ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001, pp. 237-347.
60. TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, “Circulação de conhecimentos científicos no Atlântico. De Cabo Verde para Lisboa, Memórias Escritas, Solos e Mineiras, Plantas e animais. Os envios científicos de João da Silva Feijó, José Damião Rodrigues”, *O Atlântico Revolucionário, circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*, Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Açores, 2012.
61. TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, “Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento” in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, coord. SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de, 2a ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.
62. WALVIN, James, *Uma história da escravatura*, Lisboa: Tinta da China, 2007.